

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 55, DE 2024

(Do Poder Executivo)

MSC 380/2024

OF 429/2024

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4693, de 14 de setembro de 2018, que renova a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 380

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.693, de 14 setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2018, que renova, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso.

Brasília, 25 de junho de 2024.

Brasília, 14 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, publicada em 3 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



PORTARIA Nº 4693/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/09/2018, às 18:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357824** e o código CRC **38760B46**.

Brasília, 14 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, publicada em 3 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



PORTARIA Nº 4693/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/09/2018, às 18:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357824** e o código CRC **38760B46**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 429/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.693, de 14 setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2018, que renova, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 26/06/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5849242** e o código CRC **29ED8B7B** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.016488/2015-02
Interessado:	SJC - Sistema Juínense de Comunicação Ltda.
Sector:	Secretaria de Radiodifusão
CNPJ:	03.931.109/0001-30
Serviço:	Rádio Frequência Modulada
FISTEL:	50401480704
UF:	MT
Localidade:	Brasnorte
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada
Número do Tipo:	428
Documentos Restritos:	Balanço Patrimonial - evento SEI n.º3234676

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias

433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 12/11/2018, às 09:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3551226** e o código CRC **5035C9C3**.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3551226

HELENA DE
FARIAS
FURLANETTO

Assinado de forma digital por
HELENA DE FARIAS
FURLANETTO
Dados: 2018.12.10 16:05:34
-02'00'

 **Menu Principal** ▼**Sistemas
Interativos**SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT**Município: Brasnorte****Entidade****Município****Data Outorga****Validade**

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA

Brasnorte

30/03/2005

30/03/2015

Usuário: - **Data: 01/04/2015** **Hora: 15:04:49****Registro 1 até 1 de 1 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

Processo n. 53900.016488/2015-02

1. Considerando que, mediante consulta realizada no dia 01.04.2015 ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (evento SEI n.º 0444416), foi constatado que a concessão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, encontra-se vencida, encaminho estes autos Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial - SDCOM, para que verifique se há pedido da Entidade, referente à Renovação de Outorga para o período 30.03.2015 a 30.03.2025.

2. Solicito, caso seja localizado o pedido mencionado no item 1, seja este apensado ao presente processo.

3. Em caso de não localização do pedido mencionado no item 1, seja tal fato certificado nos autos, de forma a viabilizar o prosseguimento da análise.

4. Após, retornem os autos para o SLPOS, para o prosseguimento da análise.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 01/04/2015, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0444418** e o código CRC **86261ACE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

[Secretaria]

[Subsecretaria ou Departamento]

Protocolo nº: 53900.016488/2015-02

Certifico e dou fé que até a presente data não foram localizados novos processos ou novos pedidos da Entidade aptos a serem relacionados, conforme solicitado.

Devolvo o processo para análise.

Em 02/04/2015



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nível**, em 02/04/2015, às 10:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0445684** e o código CRC **8F434D71**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 6982/2015/SEI-MC

Processo n. 53900.016488/2015-02

Assunto: Revisão de Outorga. Instauração *ex officio*.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado, de ofício, em face da SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, com vistas à revisão de outorga.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a outorga da permissão para a execução do referido serviço, pelo prazo de 10 (dez) anos, se materializou por meio da Portaria n.º 424, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, tendo sido aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004.

3. Vale consignar que a vigência da referida outorga teve seu termo final em 30.3.2015, e que, de acordo com a legislação que rege a matéria, as empresas que desejarem a renovação dos prazos de concessão ou permissão devem dirigir requerimento a esta Pasta, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término dos respectivos prazos.

4. No caso da Interessada, o período para apresentação se deu entre 30.9.2014 a 30.12.2014. Ocorre, porém, que, esgotado o prazo legal, não foi localizado nos registros mantidos nesta Pasta, o correspondente pedido de renovação, conforme se verifica dos termos do Despacho Interno SDCOM (evento SEI n.º0445684). Por essa razão, constata-se que o serviço vem sendo executado de forma irregular, fazendo-se necessária, portanto, a instauração do presente Processo de Revisão de Outorga, conforme os termos do art. 3º da Portaria nº 153 de 16.3.2012 c/c/ art. 7º, II do Decreto nº 88.066 de 26.1.1983 e art. 10 e 11 da Portaria nº 329 de 4.7.2012.

ANÁLISE

5. Diante do exposto, opina-se, em face do princípio do contraditório esculpido na Constituição Federal e no art. 12 da Portaria 329 de 04/07/2012, pela remessa de Ofício à Entidade, instruído com cópia desta Nota Técnica, para no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, apresentar defesa.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 02/04/2015, às 18:28, conforme art. 3º, III, "b", das



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, substituto**, em 02/04/2015, às 18:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0445887** e o código CRC **348B4D1F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1ª andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 10134/2015/SEI-MC

Brasília, 02 de abril de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.
Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4
72320 000 Juína/MT

Assunto: **REVISÃO DE OUTORGA. Prazo para defesa. Processo nº 53900.016488/2015-02**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a não apresentação de pedido de Renovação de Outorga para o período de **30.03.2015 a 30.03.2025**, cujo período para apresentação expirou em **30.12.2014**, informa-se que foi instaurado processo de Revisão de Outorga, seguindo os ditames legais do Decreto 88.066 de 26 de janeiro de 1983, da Portaria n. 153 de 16 de março de 2012 e da Portaria 329 de 4 de julho de 2012.

2. Assim, encaminha-se anexa Nota Técnica n.º6982/2015/SEI-MC com a qual, em atenção ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, fica Vossa Senhoria notificada a apresentar defesa, caso tenha interesse, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento deste Ofício.

3. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, substituto**, em 02/04/2015, às 18:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0445942** e o código CRC **2010C752**.

OF:10134/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
SJC - SISTEMA JUISENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
AV.HILDA LOURDES PERSICI PEDREOTTI, Nº 831, 1º ANDAR, MÓDULO
4
CEP: 72.320-000 JUÍNA/MT
PROC.: 53900.016488/2015
REVISÃO DE OUTORGA



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR

PESO / WEIGHT (kg)



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 03864774 9 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARBÃO (R))

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília - DF

53900.022035/2015-15

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

Brasnorte/MT, 24 de abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga e Serviços

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – S/300 – Ala Oeste

Brasília – DF

Assunto : Renovação de Outorga
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT

REFERÊNCIA Processo n. 53900.016488/2015-02
Ofício n. 10134/2015/SEI-MC

Na Missão de acompanhamento das outorgas dos serviços de radiodifusão, especificamente no processo de que trata do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações apresentou um ofício de exigência a esta emissora com a finalidade de apresentar a defesa no que tange ao pedido de renovação da outorga do serviço de FM no período compreendido de 30/03/2015 a 30/03/2025.

DA ARGUMENTAÇÃO E DEFESA:

O SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, todavia vem respeitando toda a regulamentação técnica e jurídica vigentes para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada. Inclusive a emissora está prestando um serviço público à população da região de Brasnorte há 10 anos, apresentando para tanto conteúdos informativos, noticiosos e entretenimento.

De acordo com o Plano Básico de Distribuição de Canais de Frequência Modulada, o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda é pioneiro no serviço de radiodifusão em FM na cidade em comento, além de ser a única emissora que presta esse serviço (Rádio FM) na localidade.

Em conformidade com a legislação, o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda, ao longo desses anos, tem atendido tempestivamente a todas as taxas e contribuições com o Fistel, a qual não se apresenta com nenhuma pendência nesse sentido.

Contudo, de acordo com a Lei do processo administrativo (Lei 9.784/1999), o administrado tem o direito de apresentar as alegações de defesa. E, nesse âmbito o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda vem apresentar o presente recurso para a reconsideração,

MC/PROTOCOLO GERAL

RECEBI O ORIGINAL

Em 07 05 15

Nome Legível

trataula

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

objetivando a continuidade da exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, no município de Brasnorte/MT.

Ademais, observando o pleno interesse da emissora, apresenta, em anexo, o requerimento de renovação da outorga para o período de 30/03/2015 a 30/03/2025 e toda a documentação correlata norteadada pela Portaria MC n. 329 de 2012. Portanto, a emissora entende que conforme solicitado no ofício em epígrafe apresenta as alegações de defesa, bem como a documentação instrutória para o novo período de renovação, em conformidade com as diligências estabelecidas no referido ofício de exigência expedido a esta entidade.

Inclusive, vale ressaltar que conforme parecer do Ministério das Comunicações, anexo 01, houve um equívoco no lançamento dos valores de outorga desta empresa e que foram lançados dois valores referente à segunda parcela da outorga (sequenciais 0002 e 0003). Com isso o MC submeteu à Anatel para o cancelamento do boleto sequencial 0002 por meio do Ofício n.º 354/2013/GTCO/SCE/MC. Portanto, nesse período até a data de 26/03/2015, a emissora constava como devedora indevidamente, pois a entidade cumpriu rigorosamente com os valores assumidos na outorga de prestação do serviço. Fato este, impedia que o Ministério das Comunicações e Anatel avaliasse todos os processos da emissora. Contudo, na data anteriormente citada (26/03/2015) o MC providenciou o cancelamento do débito equivocado e com isso promoveu imediatamente a liberação da emissora no sistema do MC e Anatel. Nesse sentido, foram evidenciados inúmeros esforços da emissora para equacionar a situação de todos os processos e procedimentos, inclusive o pedido de renovação de outorga de Brasnorte/MT que apresentamos com o objetivo de continuidade na prestação do serviço.

Diante do exposto, e considerando as garantias a serem atendidas e principalmente que o interesse público prevalece, o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda entende que conforme alegações e documentação apresentada, atende as condições de exigência do Ofício 10134/2015/SEI-MC. Nesse sentido, a emissora, ratifica seu interesse na renovação da outorga e pleiteia as seguintes situações:

- 1- Que este conceituado Ministério avalie este pedido de renovação de outorga, considerando que a emissora atendeu todos os quesitos jurídicos e técnicos;
- 2- Que o interesse público prevalece na continuidade da prestação do serviço que esta emissora vem apresentando ao longo desses anos de trabalho e atividade da Rádio;
- 3- Que o processo de revisão da outorga seja convertido em renovação da outorga pelo novo período requerido pela emissora e a correspondente renovação seja concedida para o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda na localidade de Brasnorte/MT.

No mais aguardamos deferimento da autorização e aproveitamos para apresentar nossos votos de estima e consideração.

Nestes termos,
pede deferimento.


CARMEM SILVIA SILVA

Gerente

CPF: 570.511.789-20

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

Brasnorte/MT, 24 de abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga e Serviços

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – S/300 – Ala Oeste

Brasília – DF

Assunto : Renovação de Outorga
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT

O SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 03.931.109/0001-30, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, solicitar a **renovação da outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada(FM)**, na cidade de **Brasnorte/MT**, em conformidade com a Portaria MC n.º 329, de 04 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, a qual estabelece os procedimentos e documentação correlata para a finalidade de renovação da outorga para o período de 30/03/2015 a 30/03/2025.

Para tanto, encaminha os documentos necessários para a instrução do processo.

Nestes termos,
pede deferimento.

x

CARMEM SILVIA SILVA

Gerente

CPF: 570.511.789-20

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O
DECRETO-LEI n.º 236 de 1967

Declaro, para os devidos fins, que o **SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na cidade de Brasnorte/MT, de que:

- (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da permissão que será renovada; e
- (ii) não excede os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que será renovada.

Brasnorte/MT, 24 de abril de 2015.



CARMEM SILVIA SILVA

Gerente

CPF: 570.511.789-20

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O
REGULAMENTO DE RADIODIFUSÃO

Declaro, para os devidos fins, que o **SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), na cidade de Brasnorte/MT, em consonância a Legislação de Radiodifusão que somente brasileiros natos exercem e exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Brasnorte/MT, 24 de abril de 2015.

x 

CARMEM SILVIA SILVA

Gerente

CPF: 570.511.789-20



MUNICÍPIO DE JUÍNA
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 0290/2015

Nome Civil ou Comercial

6387 SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME
CPF/CNPJ 03.931.109/0001-30

Residência ou Domicílio Tributário

Logradouro.: RUA VICTOR BERNAKZ

Bairro.....: MODULO 01

Município.....: JUINA

MT 78320-000

DESCRIÇÃO

PARA FINS DIVERSOS


FINALIDADE DA CERTIDÃO

PARA FINS DIVERSOS

Certificamos, a requerimento da parte Interessada que, revendo os arquivos desta Prefeitura Municipal de Juína, Estado de Mato grosso, na repartição competente, não encontramos **nenhum débito inscrito nos livros de dívida Municipal**.

Fica ressalvado os direitos da Fazenda Pública a futuros lançamentos ou verificações que forem posteriormente apurados.

A presente Certidão Negativa de débitos Municipais terá validade de 60(sessenta) dias a contar desta data.


Prefeitura Municipal de Juína
Nelson Ferreira Pancheski
Dépto. Tributação
Portaria nº 4.272/2014

Validade: 23/06/2015

JUINA 24 de Abril de 2015.

Login: ALINE.MISSIO

TRAVESSA EMANUEL, Nº.605-CX.POSTAL 01- CEP 78.320-00, CENTRO-JUINA-MT
FONE 66.3566-8300 FAX 66.3566-8340, E-MAIL: arrecadacaopf@juina.mt.gov.br



Sistema de Certidão Negativa de Débito

Data: 24/04/2015 - 16:16:07

Certidão referente ao ICMS/IPVA para fins gerais

Número : **0014132191**

Certidão fornecida para Inscrição Estadual : **13.195.240-4**

Razão Social : **SJC SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME**

Emitida em : **24/04/2015**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, excetuada a eventual existência de créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI e/ou acordo de parcelamento.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND/SEFAZ.

-Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: www.sefaz.mt.gov.br

Esta Certidão tem validade até **24/05/2015** - Fornecimento Gratuito

Código de Autenticidade : **TTBT7TM2TLAT229L**





Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS
TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ: 03.931.109/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 09:01:50 do dia 29/12/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/06/2015.

Código de controle da certidão: **AA86.60A5.FF72.9C02**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03931109/0001-30

Razão Social: SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

Endereço: AV. DOS JAMBOS 786 / CENTRO / JUINA / MT / 78320-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2015 a 13/05/2015

Certificação Número: 2015041403570904427620

Informação obtida em 24/04/2015, às 17:14:23.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO EM GERAL DE JUINA

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EMPREGADOS

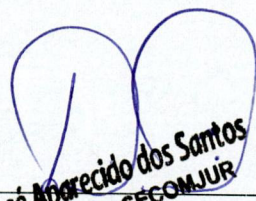
O **SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO EM GERAL DE JUINA**, inscrito no CNPJ nº 00.866.149/0001-58, com sede na Av. dos Beija Flores, 193, Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, através de seu presidente, Sr **JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS**,

CERTIFICA

Que a empresa **S J C – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, com sede na Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, encontra-se quites com suas contribuições sindicais referente os empregados, nos últimos 5 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade e para que a presente produza os efeitos desejados, firmamos-a.

Juina-MT, 27 de abril de 2015



Sindicato dos Empregados do Comércio em Geral de Juina
José Aparecido dos Santos
Presidente

SÍNDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO EM GERAL DE JUINA

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EMPREGADOR

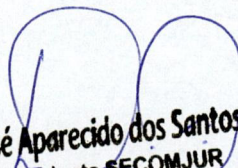
O **SÍNDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO EM GERAL DE JUINA**, inscrito no CNPJ nº 00.866.149/0001-58, com sede na Av. dos Beija Flores, 193, Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, através de seu presidente, Sr **JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS**,

CERTIFICA

Que a empresa **S I C – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, com sede na Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, encontra-se quites com suas contribuições sindicais referente os empregador, nos últimos 5 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade e para que a presente produza os efeitos desejados, firmamos-a.

Juina-MT, 27 de abril de 2015


José Aparecido dos Santos
Presidente SECOMJUR

Sindicato dos Empregados do Comércio em Geral de Juina
José Aparecido dos Santos
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços e Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 6393/2015/SEI-MC

ASSUNTO: Cancelamento de boleto de segunda parcela junto ao SIGEC, no sequencial 002, já que houve duplicidade na emissão do boleto de 2ª parcela do valor devido pela outorga.

REFERÊNCIA: Processo nº 53670.001489/2000-19. Concorrência nº 078/2000-SSR/MC.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da outorga deferida à empresa SJC Sistema Juinense de Comunicação Ltda. que já teve o contrato de concessão da outorga em onda média Regional, na localidade de Juína/MT, Concorrência nº 078/2000, assinado em 26 de outubro de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 subsequente, podendo ser submetido à análise, o processo de aprovação de locais e equipamentos. Ocorrência de duplicidade de cobrança da 2ª parcela da outorga no Sistema Integrado de Gestão de Crédito da ANATEL - SIGEC. Necessidade de regularização do sequencial 002, do Fistel 504.0699.81-67 no SIGEC.

ANÁLISE

2. Compulsando os autos em comento, foi verificado que o ofício nº 354/2013/GTCO/SCE/MC, que encaminhou a Nota Técnica nº 431/2013/GTCO/SCE-MC, à ANATEL, solicitando o cancelamento do sequencial 002, não foi atendido. O Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial - SLCOM, não conseguiu, à época da elaboração do novo boleto de 2ª parcela, efetuar a alteração do vencimento do boleto no sequencial 002 no SIGEC nem sequer cancelar o sequencial retro. Motivo pelo qual, fora emitido novo boleto bancário gerando o sequencial 003, que foi devidamente adimplido em 15/04/2013 (doc.0433741). Destaca-se, que o Subgrupo Técnico de Radiodifusão Comercial - STCOM, necessita da regularização do FISTEL dessa

outorga, com o cancelamento do sequencial 002, para análise e liberação do processo de aprovação de local e equipamentos da entidade.

3. Em razão do exposto é necessário que o SLCOM promova a regularização do sequencial 002, no FISTEL nº 504.0699.81-67, referente a essa permissão. Empós, os autos devem retornar ao Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial- SDCOM, para arquivamento junto à Concorrência nº 078/2000/SSR/MC, tendo em vista que a entidade já adimpliu com o pagamento da segunda parcela do valor da outorga em comento.

CONCLUSÃO

4. Portanto, o SLCOM deverá promover o cancelamento do sequencial 002, do FISTEL Nº 504.0699.81-67. Empós, os autos devem retornar ao Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial- SDCOM, para arquivamento junto à Concorrência nº 078/2000/SSR/MC. Ressalte-se que, ante do arquivamento, os autos devem ser despachados ao Subgrupo Técnico de Radiodifusão Comercial - STCOM, para ciência da regularização do FISTEL da outorga.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Alves Pinheiro, Chefe de Serviço**, em 26/03/2015, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Monica Furtado Rodrigues Lima, Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial-Substituta**, em 26/03/2015, às 11:39, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.


Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Duarte Faria, Coordenador-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, substituto**, em 26/03/2015, às 11:41, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.


A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0433741** e o código CRC **93E612BE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por elisangelap, versão 12 por mariamonica em 26/03/2015 11:38:29.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA		AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
OF:10134/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA AV.HILDA LOURDES PERSICI PEDREOTTI, Nº 831, 1º ANDAR, MÓDULO 4 CEP: 72.320-000 JUÍNA/MT PROC.: 53900.016488/2015 REVISÃO DE OUTORGA		PAÍS / PAYS 	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 23/04/2015	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR 		CARMEN DE JUINA UNIDADE DE DESTINO 23 ABR 2015 ECT-MT	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR 		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT Ademar de Oliveira Nº 8.428.545-9 DEAMT	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR 1.828.448-3-MT		ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO 	

 CORREIOS BRASIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CDE AVIS CDE	AR	JH 03864774 9 BR		
	DATA DE POSTA / DATE DE DÉPÔT 17 ABR 2015		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
UN / BUREAU DE DÉPÔT AGENCIA MINZOM		: h : h : h			
PRECHER COM LETRA DE FORMA					
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR Serviço Público Federal Ministério das Comunicações Secretaria de Serviços Departamento de Oportunidades e Comunicação Eletrônica Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0 70044-900 - Brasília - DF					
CIDADE / LOCAL					UF BRASIL
[] [] [] [] [] [] []					

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Hilda Pedrotti, n.º 831, 1º andar, Centro
78320-000 Juína/MT

Brasnorte/MT, 19 de setembro de 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-MCTIC
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga e Serviços
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – S/300 – Ala Oeste
Brasília – DF

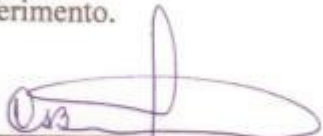
Assunto : Renovação de Outorga
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT

REFERÊNCIA Processo n. 53900.016488/2015-02

O SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM, na cidade de BRASNORTE/MT, vem ratificar seu interesse na **RENOVAÇÃO DE OUTORGA** da FM na referida cidade. Nessa oportunidade, vem apresentar as certidões atualizadas, que seguem em anexo.

No mais aguardamos deferimento da renovação da outorga para o período de 30/03/2015 a 30/03/2025 e aproveitamos para apresentar nossos votos de estima e consideração.

Nestes termos,
pede deferimento.



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Administradora -
CPF: 570.511.789-20



**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO EM
GERAL**

DE JUINA E REGIÃO

CNPJ: 00.866.149/0001-58 - REG / MTE: 46000.000859/2001-17

CÓD. SINDICAL: 005.324..97615-2

**CERTIDÃO DE QUITAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS
EMPREGADOS**

O **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO EM GERAL DE JUINA**, inscrito o CNPJ nº 00.866.149/0001-58, com sede na AVENIDA BERTODO SHAEFER nº 369-N no Bairro Módulo 04 na cidade de Juína/MT através de seu presidente, Sr **JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS**,

CERTIFICA:

Que a empresa **S J C - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com sede na AVENIDA CASTANHEIRA nº 193 Bairro CENTRO na Cidade de Castanheira/MT, encontra-se quites com suas contribuições sindicais referente os empregados, nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser a expressão da verdade e para que a presente produza os efeitos desejados, firmamos -a.

JUINA/MT 26 DE JULHO DE 2016.

JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS

PRESIDENTE-SECOMJUR

Avenida Bertodo Shaefer - Nº 369 - N, Módulo 04 - Fone: (66) 3566-5878

Juina - MT - CEP 78320-000 - E-mail: secomjur@gmail.com



Prefeitura Municipal de Juína - MT

Travessa Emmanuel, 605 - Centro - Fone: (66) 3566-8300

CNPJ - 15.359.201/0001-57

Certidão Negativa De Débitos do Contribuinte

Certidão nº / Ano	Emissão	Validade
555/2016	28/07/2016	28/09/2016
Nome/Razão Social SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME		Matricula 139074
		CPF / CNPJ 03.931.109/0001-30
Endereço Avenida Odair Luiz Veroneze		Número 831
		Bairro Modulo 04
Complemento 1 Andar	Cidade - Estado Juína - Mato Grosso	CEP 78320-000
Finalidade		
PARA FINS DIVERSOS		
Ao Contribuinte:		
<p>Certificamos, a requerimento de parte interessada que, revendo os arquivos desta Prefeitura Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, na repartição competente, não encontramos nenhum débito, bem como nada consta inscrito nos livros de dívida ativa Municipal em nome do contribuinte desta certidão. Fica ressalvado os direitos da Fazenda Pública a futuros lançamentos ou verificações que forem posteriormente apurados.</p> <p>A presente Certidão Negativa de débitos Municipais terá validade de 60 dias a contar desta data.</p> <p>Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de Juína - MT.</p>		
Sobre a certidão:		Verifique a autenticidade com o código abaixo:
Certidão emitida em: 28/07/2016 Certidão com Validade até: 28/09/2016		  Prefeitura Municipal de Juína 287699475 Agnaldo Araujo dos Santos Portaria nº 1.954/2013

CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE JUÍNA

Av. Mato Grosso, S/Nº - Centro - Juína-MT - CEP:78320-000

Fone/Fax (0xx66) 3566-1486

Marilza da Costa Campos
Oficial e Tabeliã

Hilton de Campos Júnior
Tab. Substituto

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de pessoa interessada, que revendo neste Cartório os livros de Registro de Instrumentos de Protesto, não encontrei nenhum título protestado em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nome(s) de:

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

CPF / CNPJ: 570.511.789-20

PERÍODO CONSULTADO: Quinquênio (05 Anos)

O referido é verdade e dou fé.

JUÍNA 09 de junho de 2016

Este cartório não se responsabiliza por fotocópias deste documento, mesmo que autenticadas.

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUÍNA / MT
Av. Mato Grosso, 695 - Centro - Juína - MT
Caixa Postal 39 - Fone/Fax: (66) 3566-1486
Marilza da Costa Campos - Oficial

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Cartório da Serventia de Tabelião de Registro

MARILZA DA COSTA CAMPOS
TABELIÃ

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod. Ato(s):83

09/06/2016

ATZ 4430

R\$ 29,60

Consulta: www.tj.mt.gov.br/seios

e-mail: servicodejuina2@hotmail.com

Consulta: www.tj.mt.gov.br/seios

Qualquer emenda ou rasura nesta Certidão é considerada como indício de adulteração.

Nº 3127411



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** nem contra o **CPF: 570.511.789-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 25/08/2016 às 14:47 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 25/08/2016, 14h47min.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Certidão de Distribuição
Segundo Grau
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada nos sistemas Proteus e PJe de Distribuição do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, **NADA CONSTA** referente a processos Ações e Execuções Cíveis e Criminais em que seja parte o(a) senhor(a) **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** portador do **CPF: 570.511.789-20**, até a data de **25/08/2016**.

Nº DA CERTIDÃO: **2437774**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 143/2014-PRES;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

Emitida em 25/08/2016, às 14:02h



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**

Inscrição: **065877040671** Zona: 19 Seção: 71

Município: 91855 - TANGARÁ DA SERRA UF: MT

Data de Nascimento: 04/05/1966 Domiciliada desde: 12/04/2007

Filiação: MARIA DO CARMO SILVA BAZZO
JOAO VICENTE BAZZO

Certidão emitida às 18:13 de 25/08/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **S5CF.ØFWX.PUJK.K7WC**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**
Inscrição: **065877040671** Zona: 19 Seção: 71
Município: 91855 - TANGARÁ DA SERRA UF: MT
Data de Nascimento: 04/05/1966 Domiciliada desde: 12/04/2007
Filiação: MARIA DO CARMO SILVA BAZZO
JOAO VICENTE BAZZO

Certidão emitida às 17:57 de 25/08/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **9KFG.++IF.6KAV.ODYL**

Nº 88067



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos na **Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso**, que

N A D A C O N S T A

contra **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER** nem contra o **CPF: 627.644.381-68**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**www.jfmt.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.
- e) Certidão emitida para determinada Seção Judiciária só se refere a processos que tramitam em unidades jurisdicionais sediadas na capital do estado e UAAs a elas vinculadas.

Certidão Emitida em: 25/08/2016 às 17:26 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 25/08/2016, 17h26min.

Endereço: Av. Rubens de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Rabelo. Edifício Desembargador Federal Mário Mendes



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Certidão de Distribuição
Primeiro Grau
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que, revendo os registros de distribuições do 1º Grau de Jurisdição, **NADA CONSTA** contra **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER**, portador do CPF: **627.644.381-68**, até a data de **12/08/2016**.

Nº DA CERTIDÃO: 2438617

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento nº 21/2011-CGJ;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.
- g. Abrange processos de Execução Fiscal, Crimes Militares e Juizados Especiais (Sistemas Apolo e Projudi).

Emitida em 25/08/2016, às 17:36h

Nº 3132817



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER** nem contra o **CPF: 627.644.381-68**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 25/08/2016 às 18:30 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 25/08/2016, 18h30min.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900. Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Certidão de Distribuição
Segundo Grau
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada nos sistemas Proteus e PJe de Distribuição do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, **NADA CONSTA** referente a processos Ações e Execuções Cíveis e Criminais em que seja parte o(a) senhor(a) **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER** portador do **CPF: 627.644.381-68**, até a data de **25/08/2016**.

Nº DA CERTIDÃO: **2438621**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 143/2014-PRES;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

Emitida em 25/08/2016, às 17:40h



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **APARECIDO ANTONIO OCANHASATANDER**

Inscrição: **016879941856** Zona: 35 Seção: 49

Município: 98310 - JUÍNA UF: MT

Data de Nascimento: 04/04/1974 Domiciliado desde: 24/06/1992

Filiação: MARIA DE LOURDES PINHEIROS SANTANDER
ANTONIO OCANHA SANTANDER

Certidão emitida às 18:10 de 25/08/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **IØIN.WB6L.SQCY.UPVN**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

CARTÓRIO 2º OFÍCIO DE JUINA

Av. Mato Grosso, S/Nº - Centro - Juina-MT - CEP: 78320-000

Fone/Fax (0xx66) 3566-1486

Marilza da Costa Campos
Oficial e Tabeliã

Hilton de Campos Júnior
Tab. Substituto

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido de pessoa interessada, que revendo neste Cartório os livros de Registro de Instrumentos de Protesto, não encontrei nenhum título protestado em que conste(m) com responsabilidade direta, o(s) nome(s) de:

APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER

CPF / CNPJ: 627.644.381-68

PERÍODO CONSULTADO: Quinquênio (05 Anos)

O referido é verdade e dou fé.

JUÍNA 26 de agosto de 2016

Este cartório não se responsabiliza por fotocópias deste documento, mesmo que autenticadas.

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUINA / MT
Av. Mato Grosso, 695 - Centro - Juina - MT
Casa Postal 39 - Fone/Fax (66) 3566-1486
Marilza da Costa Campos - Oficial

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Cartório de Registro

SELO DE CONTROLE DIGITAL

Cod. Ato(s): 83

26/08/2016

AUU 28722

R\$ 32,90

Consulta: www.tj.mt.gov.br/selos

e-mail: servicodejuina2@hotmail.com

Consulte: www.tj.mt.gov.br/selos

MARIO NEY COSTA
TAB. SUBSTITUTO

Qualquer emenda ou rasura nesta Certidão é considerada como indício de adulteração.



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **APARECIDO ANTONIO OCANHASATANDER**
Inscrição: **016879941856** Zona: 35 Seção: 49
Município: 98310 - JUÍNA UF: MT
Data de Nascimento: 04/04/1974 Domiciliado desde: 24/06/1992
Filiação: MARIA DE LOURDES PINHEIROS SANTANDER
ANTONIO OCANHA SANTANDER

Certidão emitida às 18:06 de 25/08/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **7ZG7.JIWB.WMMA.VHRU**



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuições do 1º Grau de Jurisdição, **NADA CONSTA** contra **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, portador do **CPF: 570.511.789-20**, até a data de **01/06/2016**.

Nº DA CERTIDÃO: **2271368**

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da **Internet**, com base no Provimento nº 21/2011-CGJ;
- b) **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d) Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e) A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f) Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.
- g) Abrange processos de Execução Fiscal, Crimes Militares e Juizados Especiais (Sistemas Apolo e Projudi).

Emitida em 09/06/2016, às 16:22h



Nº 1836285

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** nem contra o **CPF: 570.511.789-20**.

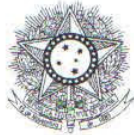
Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 10/06/2016, às 15h16.

Data da última atualização do banco de dados: 10/06/2016, 15h16.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Certidão nº: 52286070/2016

Expedição: 01/06/2016, às 16:27:48

Validade: 27/11/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA - ME (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.931.109/0001-30, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.^e



Certidão não Confirmada (SEM VALIDADE)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE JUÍNA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

CNPJ:

Praça dos Três Poderes S/n - - Bairro: Centro - Cidade: Juína-MT Cep:78320000 Fone: Ramal:0

CERTIDÃO Nº: 20356

Simone de Cássia Gomes, Distribuidor(a) da COMARCA DE JUÍNA, Estado de Mato Grosso, no uso de minhas atribuições legais, etc.

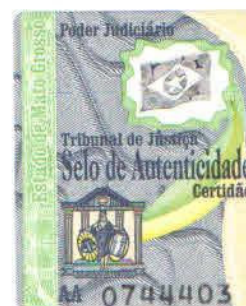
CERTIFICO, a requerimento da parte interessada que consultando o nosso banco de dados de DISTRIBUIÇÕES verifiquei NADA CONSTAR contra a firma: SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO, CNPJ: 03931109000130 referentes a FALÊNCIA E CONCORDATA

O referido é verdade e dou fé, dada e passada nesta cidade de Juína aos 31 de maio de 2016.

E eu, Simone de Cássia Gomes - Distribuidora desta Comarca digitei e assino,

Simone de Cássia Gomes
Distribuidor

Márcio José Felber
Gestor Geral
Matrícula 24587



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001 / 001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de
Empresas - NIRE (Sede)

CNPJ

Data de Arquivamento do
Ato Constitutivo

Data de Início
de Atividade

51 2 0074914-7

03.931.109/0001-30

14/07/2000

14/07/2000

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)

HILDA LOURDES PERSICI PEDROTTI, 831-1º ANDAR, MÓDULO 04, JUÍNA, MT, 78.320-000

Objeto Social

OPERAÇÃO DE ESTÚDIOS DE RÁDIO E A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA DIFUSÃO SIMULTANEA OU POSTERIOR, PARA UMA REDE AFILIADA OU PARA O PÚBLICO EM GERAL. OS PROGRAMAS PRODUZIDOS E TRANSMITIDOS PODEM SER DE ENTRETENIMENTO, NOTÍCIAS, PROMOÇÃO, EDUCATIVOS E ENTREVISTAS, A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS PODE RESULTAR EM UMA FITA QUE PODE SER VENDIDA, ALUGADA OU ARQUIVADA PARA APORTUNA TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO.

Capital: R\$ 40.000,00
(QUARENTA MIL REAIS)

Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte
(Lei nº 123/2006)

Prazo de Duração

Capital Integralizado: R\$ 40.000,00
(QUARENTA MIL REAIS)

Microempresa

Indeterminado

Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato

Nome/CPF ou CNPJ

Participação no capital (R\$)

Espécie de Sócio

Administrador

Término do
Mandato

RUI DEMILSON BARROS SILVA
147.535.611-00

19.600,00 SOCIO

Administrador

XXXXXXXXXX

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
570.511.789-20

20.400,00 SOCIO

Administrador

XXXXXXXXXX

Último Arquivamento

Data: 14/01/2014

Número: 20140007253

Situação
REGISTRO ATIVO

Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Status

Evento (s):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

1 - NIRE: 51 9 0026857-5

CNPJ: 03.931.109/0002-11

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

AV. CASTANHEIRA, 193, CENTRO, CASTANHEIRA, MT, 78.345-000, BRASIL

2 - NIRE: 51 9 0026858-3

CNPJ: 03.931.109/0003-00

Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, País)

RUA CUIABÁ, 489, CENTRO, BRASNORTE, MT, 78.350-000, BRASIL

JUÍNA - MT, 31 de maio de 2016

16/017250-0

*16017

Julio Muller

JULIO FREDERICO MULLER NETO
SECRETÁRIO GERAL

Elaine Costa
Elaine Costa
Preposto JUCEMAT
Juína-MT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.		
Localidade: Brasnorte	UF: MT	Serviço: FM
Período(s): 30/03/2015 a 30/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			3(0495237) (1371570)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			4 (0495237)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			5 (0495237)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		-
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			11 (0495237)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			10 (0495237)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			(1450214)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			8 (0495237)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			9 (0495237)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			8 (0495237)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			7 (0495237)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			6 (0495237)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			3 (1450188)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			4 (1450188)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			5 (1450188)
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X		-

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES			
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/docs./fls.	
		PRIMEIRA	SEGUNDA
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	1 (1450188)	(1371578)
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	(1450188)	(1371578)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
DOCUMENTOS	NOME (S)	Docs./fls.	
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	APARECIDO	(1371591)	
	CARMEN	(1371579)	
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	APARECIDO	(1371593)	
	CARMEN	(1371581)	
23- certidões de protestos de títulos ;	APARECIDO	(1371592)	
	CARMEN	(1371575)	

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.
Documentos retirados do processo nº 53900.037061/2016-11.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE PARCIALMENTE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Heitor dos Santos Costa Pereira Cargo: Analista

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.		
Localidade: Brasnorte	UF: MT	Serviço: FM
Período(s): 30/03/2015 a 30/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			3(0495237) (1371570)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			4 (0495237)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			5 (0495237)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		X		-
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			11 (0495237)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			10 (0495237)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			(1450214)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			8 (0495237)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			9 (0495237)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X		8 (0495237)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X		7 (0495237)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X		6 (0495237)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X		3 (1450188)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X		4 (1450188)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X		5 (1450188)*
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		X	-
*quadros não conferem com os últimos aprovados/ conhecidos por esse Ministério/ a regularização da entidade está sendo tratada no processo de nº 53900.038475/2016-67.			

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES			
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/docs./fls.	
		PRIMEIRA	SEGUNDA
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	1 (1450188)	(1371578)
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	(1450188)	(1371578)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
DOCUMENTOS	NOME (S)	Docs./fls.	
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	APARECIDO	(1371591)	
	CARMEN	(1371579)	
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	APARECIDO	(1371593)	
	CARMEN	(1371581)	
23- certidões de protestos de títulos ;	APARECIDO	(1371592)	
	CARMEN	(1371575)	

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.
Documentos retirados do processo nº 53900.037061/2016-11.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE PARCIALMENTE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Heitor dos Santos Costa Pereira Cargo: Analista

NOTA TÉCNICA Nº 28291/2016/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.016488/2015-02

Assunto: REVISÃO DE OUTORGA. Renovação de Outorga não requerida. Publicação da Medida Provisória nº 747/2016. Possibilidade de manifestação para requerer renovação da outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. O presente processo administrativo fora instaurado de ofício pelo Poder Concedente, conforme se verifica do teor da Nota Técnica nº 6982/2015/SEI-MC, em razão da verificação da ausência de pedido/manifestação da Entidade para renovar a permissão a ela outorgada, por meio da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. 28.03.2002, conforme atestado pela área de documentação responsável, através do Despacho Interno SDCOM s/n.º (evento SEI nº 0445684) .

3. Referida nota foi regularmente encaminhada à Entidade interessada, por intermédio do Ofício nº 10134/2015/SEI-MC, para que se manifestasse no prazo de 30 (trinta) dias, apresentando sua defesa, caso entendesse necessário. Observa-se do autos que a Concessionária foi regularmente notificada, em 23.04.2015, das providências administrativas adotadas por esta Secretaria. Em resposta, a Entidade apresentou requerimento protocolado sob o nº 53900.022035/2015-15 e 53900.053581/2016-71, acompanhado de documentos, sustentando, em síntese, o seguinte:

De acordo com o Plano Básico de Distribuição de Canais de Frequência Modulada, o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda é pioneiro no serviço de radiodifusão em FM na cidade em comento, além de ser a única emissora que presta esse serviço (Rádio FM) na localidade.

Em conformidade com a legislação, o SJC-Sistema Juinense de Comunicação Ltda, ao longo desses anos, tem atendido tempestivamente a todas as taxas e contribuições com o Fistel, a qual não se apresenta com nenhuma pendência nesse sentido.

4. O mérito da defesa ofertada não chegou a ser apreciada por esta Pasta.

5. Independentemente disso, recentemente foi publicado no Diário Oficial da União - D.O.U., em 03 de outubro de 2016, a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, que alterada a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre os processos de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, oportunizando as Concessionárias e Permissionárias executantes do serviço

público de radiodifusão que tenham deixado de apresentar pedido de renovação de outorga, a fazê-lo no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação da citada medida, senão vejamos:

[...]

Art. 3º As entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação poderão fazê-lo no prazo de noventa dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, desde que não tenha havido manifestação do Congresso Nacional, na forma estabelecida no § 2º do art. 223 da Constituição.

6. Com efeito, caso as Delegatárias dos serviços de radiodifusão que não tenham apresentado pedido de renovação de outorga e que mantiverem interesse na execução do serviço a ela outorgado, deverão encaminhar ao órgão competente do Poder Executivo os documentos relacionados abaixo:

RELATIVOS À ENTIDADE:

6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

6.2. laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (OBS: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>).

7. Registra-se que visando à celeridade e economia processual os presentes autos foram instruídos com documentação constante do processo nº 53900.037061/2016-11. Registra-se, ainda, que a regularização societária da Entidade está sendo tratada nos autos do processo nº 53900.038475/2016-67.

8. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará no prosseguimento do processo de revisão de outorga, com vistas à declaração de perempção da mesma.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Analista Técnico Administrativo**, em 24/10/2016, às 17:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 14/11/2016, às 11:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1450226** e o código CRC **F75A2E41**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 1450226



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 41453/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.

Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4

72320 000 Juína/MT

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 28.291/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 14/11/2016, às 11:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1450645** e o código CRC **1334D91B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 41453/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.016488/2015-02 - Nº SEI: 1450645

Data de Envio:

14/11/2016 15:01:15

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

vanderleijuina@hotmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1450645.html

Nota_Tecnica_1450226.html

Brasnorte/MT, 16 de novembro de 2016.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-MCTIC
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga e Serviços
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – S/300 – Ala Oeste
Brasília – DF

Assunto : Renovação de Outorga
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT

REFERÊNCIA Processo n. 53900.016488/2015-02
Ofício nº 41453/2016/SEI-MCTIC

O SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM, na cidade de BRASNORTE/MT, em atenção a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016 (D.O.U. 03 de outubro de 2016), vem tempestivamente ratificar o pleno interesse na renovação de outorga da emissora. Ademais, em conformidade com o Ofício supracitado apresenta a documentação complementar do processo em trâmite neste conceituado Ministério.

No mais aguardamos deferimento da renovação da outorga para o período de 30/03/2015 a 30/03/2025 e aproveitamos para apresentar nossos votos de estima e consideração.

Nestes termos pede deferimento



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Administradora
CPF: 570.511.789-20

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro, para os devidos fins, que o SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço.



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Administradora

CPF: 570.541.789-20

SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

**Av. Hilda Lourdes Persice Pedrotti, n.º 831 - 1º Andar - Módulo 04
78320-000 Juína – MT**

Brasnorte/MT, 30 de novembro de 2016.

Ao

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Assunto : Alteração do Transmissor Principal e Auxiliar
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 (98,1 MHz) - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT
ERP máx a 60 m : 0,3 kW

O SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 03.931.109/0001-30, vem, mui respeitosamente, por seu representante legal infra-assinado, solicitar a substituição do transmissor principal e auxiliar, que passará a constar com as seguintes características:

TRANSMISSOR PRINCIPAL:

Fabricante: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.

Modelo: EX 1200

Potência de Operação: 0,077 kW

Homologação: 2783-09-2884

TRANSMISSOR AUXILAR:

Fabricante: Teclar Equip. Eletrônicos Ltda.

Modelo: TEC114

Potência de Operação: 0,077 kW

Homologação: 00635-03-00345

Para tanto, solicita a aprovação e atualização no banco de dados deste MCTIC/Anatel.

Nestes termos,
pede deferimento.


CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Administradora
CPF: 570.511.789-20

Obs: Constam no processo de renovação de outorga os laudos dos transmissores.

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYR 426	1-2- Horário de funcionamento: 00:00//24:00
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: RUA CUIABÁ, QD 47, LOTE 05, 489	
Cidade: BRASNORTE	UF: MT
CEP:	Telefone:
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 12° 09' 18.00" S	
Longitude: 57° 58' 44.00" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: SINTECK SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	
2.3.2 – Modelo: EX 1200	
2.3.3- Homologação/Certificação: 2783-09-2884	
2.3.4- Potência de operação(kW): 0,077 Potência medida(kW): 0,076	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 98100000 Hz Frequência medida(MHz): 98100040 Hz	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (±2000 Hz): 40 Hz	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não

potência de operação autorizada:	
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: TECLAR EQUIP. ELET. LTDA	
2.4.2 – Modelo: TEC 114	
2.4.3- Homologação/Certificação: 006350300345	
2.4.4- Potência de operação(kW): 0,077 Potência medida(kW): 0,075	
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 98100000 Hz Frequência medida(MHz): 98100070 Hz	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz): 70 Hz	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	() Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) NA

2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: IDEAL – INDUSTRIA DE ANTENAS LTDA	
2.5.1.2- Modelo: FM-ANEL-02	
2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 2	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: 59,5	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): 0°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: KMP-CABOS ESPECIAIS E SISTEMAS LTDA	
2.5.2.2- Modelo: HCC 7/8	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante:	
2.6.1.2- Modelo:	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante:	
2.6.2.2- Modelo:	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	() Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	() Sim () Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2° Harmônico	-75,5
3° Harmônico	-75,5

Espúrios	-41,2
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	-74,3
3º Harmônico	-74,3
Espúrios	-39,4
4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatções:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6. Estúdios	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: RUA CUIABÁ, QD 47, LOTE 05, 489	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço:	
7. Informações Adicionais	
8- Instrumentos Utilizados na Vistoria	
GPS Etrex, Analisador de espectro, e demais equipamentos descritos no laudo de ensaio do TX.	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
<p>Nome. Fábio Fonseca</p> <p>Local: Brasnorte</p> <p>Data: 30/11/2016.</p> <p></p> <p>Eng. Fábio Fonseca CREA: 12250/DF CPF: 032.458.936-04</p> <p>Representante legal da Entidade</p> <p>Nestes termos, pede deferimento.</p> <p></p> <p>CARMEM SILVIA SILVA BAZZO Administradora CPF: 570.511.789-20</p>	

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RADIODIFUSÃO

1. Interessado:

SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Cuiabá, qd.47, Lote 05, n.º 489

Localidade: Brasnorte/MT

3. Ensaio:

Motivo: Renovação de outorga

Local do ensaio: Rua Cuiabá, qd.47, Lote 05, n.º 489

Localidade: Brasnorte/MT

Data do ensaio: 30/11/2016

3 . Fabricante do transmissor: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda

Modelo: EX 1200

Função do Transmissor: Principal

4. Medições:

4.1 – Frequência

a) Nominal: 98.100.000 Hz

b) Medida: 98.100.040 Hz

c) Var Frequência: 40 Hz (após 60 minutos de operação)

d) Var Frequência: 10 Hz (com variação + / - 10% AC rede)

4.2 – Resposta de áudio – frequência

4.2.1 – Pré-ênfase

25% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,21	-0,4	-0,4
100	-0,22	-0,6	-0,5
400	-0,1	-0,1	-0,1
1000	-0,6	0	0
5000	6,5	7,5	7,7
7500	10,1	10,2	10,0
10000	12,5	12,3	12,2
15000	16,7	16,3	16,2
Hz	dB	dB	dB

50% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,21	-0,42	-0,43
100	-0,21	-0,66	-0,57
400	-0,15	-0,17	-0,16
1000	-0,6	0	0
5000	6,6	7,5	7,7
7500	10,5	10,2	10,1
10000	12,5	12,2	12,3
15000	16,7	16,1	16,2
Hz	dB	dB	dB

90% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,25	-0,45	-0,46
100	-0,21	-0,66	-0,57
400	-0,15	-0,17	-0,16
1000	-0,6	0	0
5000	6,6	7,5	7,7
7500	10,5	10,2	10,1
10000	12,5	12,2	12,3
15000	16,7	16,1	16,2
Hz	dB	dB	dB

4.3 – Distorção harmônica:

25% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,21	0,22
100	0,23	0,22
400	0,21	0,24
1000	0,22	0,22
5000	0,23	0,24
7500	0,23	0,25
10000	0,22	0,24
15000	0,21	0,22
Hz	%	%

50% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,22	0,21
100	0,23	0,24
400	0,23	0,24
1000	0,22	0,21
5000	0,24	0,23
7500	0,23	0,25
10000	0,21	0,24
15000	0,21	0,22
Hz	%	%

90% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,24	0,23
100	0,24	0,23
400	0,22	0,25
1000	0,22	0,23
5000	0,23	0,24
7500	0,24	0,26
10000	0,25	0,27
15000	0,25	0,28
Hz	%	%

4.4 - Nível de ruído FM:

-65 dB em relação a 100 % de modulação a 400 Hz

5.5 – Nível de ruído AM:

-55 dB em relação a 100 % de modulação a 400 Hz

5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios:

2º harmônico: -75,5 dB

3º harmônico: -75,5 dB

Afastamento Δ fp kHz	Atenuação dB
de 120 a 240 kHz	-30,1 dB
de 240 kHz até 600 kHz	-41,2 dB
mais de 600 kHz	-75,5 dB

5.7 – Potência de saída:
0,076 kW (método direto)

6.0 – Informações sobre estereofonia:

6.1 – Gerador de estéreo: em funcionamento

Fabricante: Sinteck

Modelo: Strider

6.2 – Medições:

6.2.1 – Frequência da sub portadora piloto

a) 19000 Hz

b) 1 HZ (Variação após 60 minutos de operação) 19001,0 Hz

6.2.2 – Nível de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 9,2 %

6.2.3/6.2.4 Separação estereofônica:

	E → D	D → E
50	45	46
100	46	47
400	45	48
1000	46	45
5000	45	44
7500	46	46
10000	45	43
15000	44	45
Hz	dB	dB

6.2.5 – Diafonia:

	Canal principal	Canal estéreo
50	46	45
100	47	46
400	48	45
1000	45	46
5000	44	45
7500	46	46

10000	43	45
15000	44	45
Hz	dB	dB

6.2.6 - Modulação residual da portadora principal (38 KHz):
> - 64 dB em relação à 90% de modulação à 400 Hz

7- Observações visuais no transmissor:

7.1 – Plaqueta de identificação:

- a) Fabricante: Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda.
- b) Modelo: EX 1200
- c) Potência de saída: 77,0 W
- d) Frequência: 98,1 MHz
- e) Código de homologação: 2783-09-2884
- f) N° Série: 2011226
- h) Consumo: 2000 W

7.2 – Medidores de estágio final de RF:

- a) Corrente DC de Placa: Sim.
- b) Tensão DC de Placa: Sim.
- c) Potência de saída direta e refletida: Sim.

7.3 – Existência de tomadas de RF, para ligação de monitor de:

- a) Modulação: Sim, existente.
- b) Frequência: Sim, existente.

7.4 – Existência de blindagens nas ligações de RF entre as unidades do transmissor: Sim

7.5 – Existência de blindagens nos estágios ou unidades:

Sim

7.6 – Dispositivos de segurança pessoal:

- a) De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão: Sim, resistores de descarga.

b) Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra:

Sim

c) Existência de interruptores de segurança, em todas as portas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 V, que automaticamente desliguem estas tensões quando qualquer dessas portas for aberta:

Este modelo de equipamento não possui tensões no valor acima citado.

d) Possibilidade de serem feitas, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 V:

Não se aplica.

7.7 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor

a) Fonte de alta tensão:

Sim

b) Proteção contra falta de ventilação adequada através de micro interruptor de ar e contra falta de fase:

Sim

c) Proteção contra onda estacionária:

Sim

7.8 – Método de redução de potência


a) A alteração via software, mas externamente ao transmissor não há possibilidade de alteração imediata da potência autorizada para operação.

8 – Declaração

8.1 – Declaração do profissional habilitado

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado pessoalmente no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 09 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso.

Brasnorte/MT, 30 de novembro de 2016.




Eng. **Fábio Fonseca**
CREA: 12250/DF
CPF: 032.458.936-04

8.2 – Parecer Conclusivo:

Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Brasnorte/MT, 30 de novembro de 2016.



Eng. **Fábio Fonseca**
CREA: 12250/DF
CPF: 032.458.936-04

8.3 - DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

"Na qualidade de representante legal da SJC-SISTEMA JUISENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, declaro que o Sr. Fábio Fonseca esteve no endereço abaixo no dia 25/11/2016, ensaiando o transmissor fabricado por Sintech Sistemas Eletrônicos Ltda, modelo EX 1200, potência nominal de 77,0 Watts".

Local do ensaio: Rua Cuiabá, qd.47, lote 05, 489.
Localidade: Santos/SP

Brasnorte, 30 de novembro de 2016.



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Administradora
CPF: 570.511.789-20

9.0 - Demais equipamentos envolvidos no laudo de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos.

Carga BIRD modelo 8755 no de série 30KH /Medidor de potência BIRD mod. 4600-037

Medidor de Frequência Goldstar modelo FC2130U

Gerador de Áudio , Medidor de Distorção e Voltímetro de áudio HP modelo 339

Analizador de Espectro HP 141T/ 8554

Osciloscópio/ Multímetro Fluke modelo 199C com Termômetro Fluke 80T-IR

GPS- Modelo ETREX

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RADIODIFUSÃO

1. Interessado:

SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Cuiabá, qd.47, Lote 05, n.º 489

Localidade: Brasnorte/MT

3. Ensaio:

Motivo: Renovação de outorga

Local do ensaio: Rua Cuiabá, qd.47, Lote 05, n.º 489

Localidade: Brasnorte/MT

Data do ensaio: 30/11/2016

3 . Fabricante do transmissor: Teclar Equip. Eletrônicos Ltda

Modelo: TEC 114

Função do Transmissor: Auxiliar

4. Medições:

4.1 – Frequência

a) Nominal: 98.100.000 Hz

b) Medida: 98.100.070 Hz

c) Var Frequência: 70 Hz (após 60 minutos de operação)

d) Var Frequência: 10 Hz (com variação + / - 10% AC rede)

4.2 – Resposta de áudio – frequência

4.2.1 – Pré-ênfase

25% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,23	-0,22	-0,22
100	-0,22	-0,22	-0,23
400	-0,1	-0,1	-0,1
1000	-0,6	0	0
5000	6,5	6,3	6,5
7500	10,1	10,2	10,0
10000	12,4	12,3	12,4
15000	16,6	16,2	16,1
Hz	dB	dB	dB

50% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,21	-0,22	-0,23
100	-0,21	-0,24	-0,23
400	-0,15	-0,17	-0,16
1000	-0,6	0	0
5000	6,6	6,5	6,6
7500	10,5	10,2	10,1
10000	12,5	12,2	12,3
15000	16,7	16,1	16,5
Hz	dB	dB	dB

90% Mod	Mono	Canal direito	Canal esquerdo
50	-0,22	-0,21	-0,22
100	-0,21	-0,21	-0,21
400	-0,15	-0,16	-0,16
1000	-0,2	0	0
5000	6,6	6,4	6,3
7500	10,7	10,2	10,1
10000	12,5	12,3	12,4
15000	16,7	16,2	16,4
Hz	dB	dB	dB

4.3 – Distorção harmônica:

25% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,22	0,23
100	0,22	0,24
400	0,21	0,24
1000	0,23	0,23
5000	0,22	0,24
7500	0,23	0,26
10000	0,23	0,23
15000	0,21	0,22
Hz	%	%

50% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,21	0,21
100	0,24	0,23
400	0,22	0,24
1000	0,22	0,25
5000	0,25	0,23
7500	0,26	0,25
10000	0,26	0,27
15000	0,27	0,26
Hz	%	%

90% Mod	Canal direito	Canal esquerdo
50	0,22	0,23
100	0,21	0,23
400	0,22	0,25
1000	0,25	0,23
5000	0,26	0,27
7500	0,28	0,28
10000	0,29	0,29
15000	0,28	0,28
Hz	%	%

4.4 - Nível de ruído FM:

-67 dB em relação a 100 % de modulação a 400 Hz

5.5 – Nível de ruído AM:

-56 dB em relação a 100 % de modulação a 400 Hz

5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios:

2º harmônico: -74,3 dB

3º harmônico: -74,3 dB

Afastamento Δ fp kHz	Atenuação dB
de 120 a 240 kHz	-28,9 dB
de 240 kHz até 600 kHz	-39,4 dB
mais de 600 kHz	-74,3 dB

5.7 – Potência de saída:
0,075 kW (método direto)

6.0 – Informações sobre estereofonia:

6.1 – Gerador de estéreo: em funcionamento

Fabricante: Sinteck

Modelo: Strider

6.2 – Medições:

6.2.1 – Frequência da sub portadora piloto

a) 19000 Hz

b) 1 HZ (Variação após 60 minutos de operação) 19001,0 Hz

6.2.2 – Nível de modulação da portadora principal pela subportadora piloto: 9,3 %

6.2.3/6.2.4 Separação estereofônica:

	E → D	D → E
50	43	46
100	46	44
400	47	48
1000	45	47
5000	48	49
7500	47	47
10000	43	43
15000	44	45
Hz	dB	dB

6.2.5 – Diafonia:

	Canal principal	Canal estéreo
50	47	45
100	47	48
400	49	44
1000	43	45
5000	44	45
7500	46	46

10000	45	49
15000	48	45
Hz	dB	dB

6.2.6 - Modulação residual da portadora principal (38 KHz):
> - 66 dB em relação à 90% de modulação à 400 Hz

7- Observações visuais no transmissor:

7.1 – Plaqueta de identificação:

- a) Fabricante: Teclar Equip. Elet. Ltda.
- b) Modelo: TEC 114
- c) Potência de saída: 75,0 W
- d) Frequência: 98,1 MHz
- e) Código de homologação: 00635-03-00345
- f) N° Série: 2006-000628
- h) Consumo: 1978VA

7.2 – Medidores de estágio final de RF:

- a) Corrente DC de Placa: Sim.
- b) Tensão DC de Placa: Sim.
- c) Potência de saída direta e refletida: Sim.

7.3 – Existência de tomadas de RF, para ligação de monitor de:

- a) Modulação: Sim, existente.
- b) Frequência: Sim, existente.

7.4 – Existência de blindagens nas ligações de RF entre as unidades do transmissor: Sim

7.5 – Existência de blindagens nos estágios ou unidades:

Sim

7.6 – Dispositivos de segurança pessoal:

- a) De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão: Sim, resistores de descarga.

b) Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra:

Sim

c) Existência de interruptores de segurança, em todas as portas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 V, que automaticamente desliguem estas tensões quando qualquer dessas portas for aberta:

Não se aplica.

d) Possibilidade de serem feitas, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 V:

Não se aplica.

7.7 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor

a) Fonte de alta tensão:

Sim

b) Proteção contra falta de ventilação adequada através de micro interruptor de ar e contra falta de fase:

Sim

c) Proteção contra onda estacionária:


Sim

7.8 – Método de redução de potência

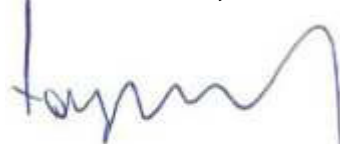
a) A alteração de tensão de placa dos estágios, mas externamente ao transmissor não há possibilidade de alteração imediata da potência autorizada para operação.

8 – Declaração

8.1 – Declaração do profissional habilitado

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado pessoalmente no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 09 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica  de que faço uso.

Brasnorte/MT, 30 de novembro de 2016.



Eng. **Fábio Fonseca**
CREA: 12250/DF
CPF: 032.458.936-04

8.2 – Parecer Conclusivo:

Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Brasnorte/MT, 30 de novembro de 2016.



Eng. **Fábio Fonseca**
CREA: 12250/DF
CPF: 032.458.936-04

8.3 - DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

"Na qualidade de representante legal da SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, declaro que o Sr. Fábio Fonseca esteve no endereço abaixo no dia 25/11/2016, ensaiando o transmissor fabricado por Teclar Equip. Elet. Ltda, modelo TEC114, potência nominal de 77,0 Watts".

Local do ensaio: Rua Cuiabá, qd.47, lote 05, 489.
Localidade: Brasnorte/MT

Brasnorte, 30 de novembro de 2016.



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Administradora
CPF: 570.511.789-20



9.0 - Demais equipamentos envolvidos no laudo de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos.

Carga BIRD modelo 8755 no de série 30KH /Medidor de potência BIRD mod. 4600-037

Medidor de Frequência Goldstar modelo FC2130U

Gerador de Áudio , Medidor de Distorção e Voltímetro de áudio HP modelo 339

Analizador de Espectro HP 141T/ 8554

Osciloscópio/ Multímetro Fluke modelo 199C com Termômetro Fluke 80T-IR

GPS- Modelo ETREX



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720160062057

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

FABIO FONSECA

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **0703143654**

Registro: **12250/D-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**

CPF/CNPJ: **03.931.109/0001-30**

AV. HILDA LOURDES P.

PEDROTTI

Número: **831**

Bairro: **MÓDULO 4**

CEP: **78320-000**

Cidade: **JUÍNA**

UF: **MT**

Complemento:

E-Mail: **ivanpereira23@hotmail.com**

Fone: **(65) 96096234**

Contrato:

Celebrado em: **05/10/2016**

Valor Obra/Serviço: **R\$ 1.000,00**

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

3. Dados da Obra/Serviço

CEP Geral da Localidade

Número: **489**

Bairro: **Não consta**

CEP: **78350-000**

Brasão:

Cidade: **Brasão**

UF: **MT**

Complemento: **Rua Cuiabá, QD.47**

Data de início: **05/10/2016**

Previsão término: **13/10/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código/Obra pública:

Proprietário: **CARMEN SILVIA SILVA BAZZO**

CPF/CNPJ: **570.511.789-20**

E-Mail: **ivanpereira23@hotmail.com**

Fone: **(65) 96096234**

4. Atividade Técnica

Realização

Quantidade

Unidade

Projeto **RÁDIODIFUSÃO FM - FREQUÊNCIA MODULADA Por Onda Portadora**

1,0000

hertz

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Renovação de Outorga da Estação de Frequência Modulada, canal 251, freq. 98,1 MHz, na localidade de Brasão/MT, formulário de vistoria da estação FM.

6. Declarações

Acessibilidade: **Não**; Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.crea-df.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratado. teste



8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima:

Brasão 16 de 11 de 2016

[Assinatura]

FABIO FONSECA - CPF: 032.139.936-04

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - CPF/CNPJ: 03.931.109/0001-30

www.crea-df.org.br

informacao@crea-df.org.br

Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

CREA-DF

Registrada em: **05/10/2016**

Valor Pago: **R\$ 74,37**

Nosso Número/Baixa: **0116046716**



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720160062056

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

1. Responsável Técnico

FABIO FONSECA

Título profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **0703143654**

Registro: **12250/D-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**

CPF/CNPJ: **03.931.109/0001-30**

AV. HILDA LOURDES P.

PEDROTTI

Número: **831**

Bairro: **MÓDULO 4**

CEP: **78320-000**

Cidade: **JUINA**

UF: **MT**

Complemento:

E-Mail: **ivanpereira23@hotmail.com**

Fone: **(65)96096234**

Contrato:

Celebrado em: **05/10/2016**

Valor Obra/Serviço R\$: **1.000,00**

Vinculada a ART:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação Institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

3. Dados da Obra/Serviço

CEP Geral da Localidade
Brasnorte

Número: **489**

Bairro: **Não consta.**

CEP: **78350-000**

Cidade: **Brasnorte**

UF: **MT**

Complemento: **Rua Cuiabá, QD.47**

Data de Início: **05/10/2016**

Previsão término: **13/10/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código/Obra pública:

Proprietário: **CARMEN SILVIA SILVA BAZZO**

CPF/CNPJ: **570.511.789-20**

E-Mail: **ivanpereira23@hotmail.com**

Fone: **(65) 96096234**

4. Atividade Técnica

Realização

Quantidade

Unidade

Projeto **RADIODIFUSÃO FM - FREQUÊNCIA MODULADA Por Onda Portadora**

1.0000

hertz

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Renovação de Outorga da Estação de Frequência Modulada, canal 251, freq. 98.1 MHz, na localidade de Brasnorte/MT, relatório de ensaio do equipamento transmissor.

6. Declarações

Acessibilidade: **Não**. Declaro que as regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade da Classe

NENHUMA

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site: www.creadf.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual, teste



www.creadf.org.br

informacao@creadf.org.br

Tel: (61) 3961-2500 Fax: (61) 3223-4619

CREA-DF

Registrada em: **05/10/2016**

Valor Pago: **R\$ 74,37**

Nosso Número/Baixa: **0116046717**



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
PARECER N° 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU
PROCESSO N° 53900.025989/2015-71
INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU n° 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa n° 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica n° 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos. Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais

acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites

de outorgas de serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
		Art. 3º, parágrafo

5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade	Art. 33, §3º da Lei

15	durante o período de vigência da outorga.	nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec. 52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.

26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de](#)

2010)

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
8. de redução à condição análoga à de escravo; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
9. contra a vida e a dignidade sexual; e ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))
10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes

da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga. (...)**

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.

38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de preempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.

39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.

42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.

43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.
45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL N° XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			

Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de



Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais			
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.			
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).			
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).			
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.			
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.			
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.			
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela			

	Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a			

14.2	decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

28/03/02

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 425 , DE 22 DE MARÇO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001456/2000, Concorrência nº 077/2000-SSR/MC, resolve:

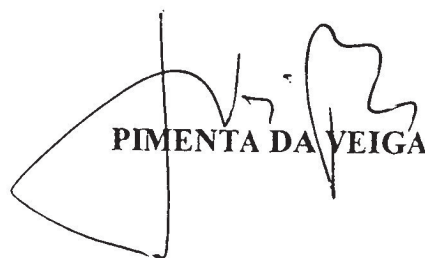
Art. 1º Outorgar permissão ao SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Aiu-rucana de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiu-rucua, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 435, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RADIO E TV EDUCATIVA DE JUÍNA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 779, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa de Juína para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 436, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à JEA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão à Jea Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 437, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO CULTURAL E DESPORTIVA DE DORMENTES - ACSCDD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dormentes, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 866, de 31 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural e Desportiva de Dormentes - ACSCDD a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dormentes, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 438, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 892, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Shalom a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 439, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão ao SIC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, que outorga permissão ao SIC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 440, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE REGIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 124, de 14 de março de 2001, que renova, a partir de 16 de junho de 1991, a permissão outorgada à Sociedade Regional de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 441, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ARTÍSTICA IMACULADA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carandá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 416, de 20 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural e Artística Imaculada para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carandá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 442, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARAÍSO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, de 22 de novembro de 2001, que renova, a partir de 26 de fevereiro de 1996, a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 443, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO KENNEDY GOMES BATISTA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE EMAS - FJKGB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Emas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 450, de 22 de março de 2002, que autoriza a Fundação João Kennedy Gomes Batista para o Desenvolvimento Comunitário de Emas - FJKGB, a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Emas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 444, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ITAMARATI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

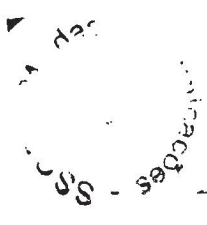
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 510, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação de Moradores do Itamarati a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 30/03/2005
PÁGINA 53 seção 3
ANOTADO POR: *[assinatura]*



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SJC –
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
LTDA., PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA, NA LOCALIDADE DE
BRASNORTE, ESTADO DE MATO GROSSO.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Eunício Oliveira, e a SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ n.º 03.931.109/0001-30, representada por seu Procurador, Roque Lander Menegais, RG n.º 2.942.125 SSP/SC, CPF/MF n.º 782.211.889-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 13 de agosto de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004 para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 077/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

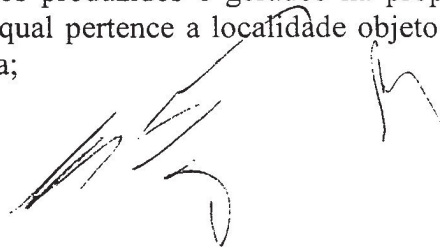
- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;



- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada premissa, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha

[Menu Principal](#)SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.931.109/0001-30

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER	627.644.381-68	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte
CARMEM SILVIA SILVA	570.511.789-20	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína

Usuário: [anatel\marcella.mc](#) - Marcella Souza Carneiro

Data: 31/01/2017

Hora: 16:51:49



BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 627.644.381-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER	627.644.381-68	SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: [anatel\marcella.mc](#) - Marcella Souza Carneiro

Data: 31/01/2017

Hora: 16:52:53

BOA TARDE
Marcella Souza CarneiroSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 570.511.789-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARMEM SILVIA SILVA	570.511.789-20	SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro

Data: 31/01/2017

Hora: 16:53:00

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.		
Localidade: Brasnorte	UF: MT	Serviço: FM
Período(s): 30/03/2015 a 30/03/2025		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			3(0495237) (1371570)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			4 (0495237)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	X			5 (0495237)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			(1542768) 01250.005349/ 2016-24
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			11 (0495237)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	X			10 (0495237)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			(1450214)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			8 (0495237)
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			9 (0495237)

10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			8 (0495237)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			7 (0495237)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	X			6 (0495237)
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			3 (1450188)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			4 (1450188)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	X			5 (1450188)*
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			(1542770), (1542771), (1542772), (1542773) 01250.005349/ 2016-24
*quadros não conferem com os últimos aprovados/ conhecidos por esse Ministério/ a regularização da entidade está sendo tratada no processo de nº 53900.038475/2016-67.				

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES			
DOCUMENTOS	NOME (S)	Instâncias/docs./fls.	
		PRIMEIRA	SEGUNDA
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	1 (1450188)	(1371578)
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371586)	(1371590)
	CARMEN	(1450188)	(1371578)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	APARECIDO	(1371583)	(1371588)
	CARMEN	(1371577)	2(1450188)
DOCUMENTOS	NOME (S)	Docs./fls.	
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	APARECIDO	(1371591)	
	CARMEN	(1371579)	
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	APARECIDO	(1371593)	
	CARMEN	(1371581)	
23- certidões de protestos de títulos ;	APARECIDO	(1371592)	

	CARMEN	(1371575)
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor. Documentos retirados do processo nº 53900.037061/2016-11.		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **ATENDE** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Heitor dos Santos Costa Pereira Cargo: Analista



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: MT

Município: Brasnorte

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	Brasnorte	30/03/2005	30/03/2015

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 03/02/2017

Hora: 16:57:04

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA**

CNPJ: **03.931.109/0001-30**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:56:09 do dia 03/02/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/03/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.931.109/0001-30

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER	627.644.381-68	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
CARMEM SILVIA SILVA	570.511.789-20	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 03/02/2017

Hora: 16:57:43

BOA TARDE
Claudia Franco Vieira AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 627.644.381-68

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER	627.644.381-68	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 03/02/2017

Hora: 16:58:51



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 570.511.789-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARMEM SILVIA SILVA	<u>570.511.789-20</u>	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	<u>03.931.109/0001-30</u>	Sócio	10000	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**

Data: **03/02/2017**

Hora: **17:06:50**



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
 Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SRD | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Brasnorte
Frequência: 98,1 MHz
Classe: C
Canal: 251

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 689549385
Primeiro Licenciamento: 03/08/2015 15:30:03

Fistel: 50401480704
CNPJ: 03.931.109/0001-30
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 03/08/2015 15:30:03

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	28/03/2002	Outorga ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	09/08/2007	Aprovação de Local ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	29/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione - ▼	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	18/11/2015	Multa ◀ <input type="text" value="Jur."/> ▶

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

BOA TARDE
Claudia Franco Vieira AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
251	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	MT	Brasnorte	FM	3	M	
254	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	MT	Castanheira	FM	3	M	
254	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	MT	Castanheira	FM	3	I	
240	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	MT	Juína	FM	3	M	

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **03/02/2017**Hora: **16:56:46**Registro **1** até **4** de **4** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]

NOTA TÉCNICA Nº 2726/2017/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.016488/2015-02

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Comunicação Eletrônica, nos termos da Nota Técnica n.º 28291/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1450226), concluiu pela expedição do Ofício n.º 41453/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1450645), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Entidade protocolou requerimento sob o nº 01250.005349/2016-24, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

3.1. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos) fornecido pelo respectivo sindicato, ou comprovante de que é optante do **Simples Nacional**;

3.2. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal do local da prestação do serviço - **BRASNORTE/MT**;

4. Por fim, submeta-se o feito à consideração do(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 525, de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2017, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada,

implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 23/03/2017, às 15:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 24/03/2017, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1663299** e o código CRC **9A875439**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 1663299



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R

CEP: 70044-900 Brasília-DF

Fone: (61) 2027 6000

Ofício nº 4757/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4

72320 000 Juína/MT

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.016488/2015-02**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 2726/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**,
Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, em
24/03/2017, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC
nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1663353** e o
código CRC **9AE4B64F**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4757/2017/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.016488/2015-02 - Nº SEI: 1663353

Data de Envio:

27/03/2017 15:31:15

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos.sei@mctic.gov.br>

Para:

contaudit@contaudit.com.br
vanderleijuina@hotmail.com
ivanpereira23@hotmail.com
fabiofonseca@hotmail.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1663353.html
Nota_Tecnica_1663299.html

BALANCETE

Código	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	ATIVO	70.360,28D	63.152,00	99.066,64	34.445,64D
2	ATIVO CIRCULANTE	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
3	DISPONÍVEL	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
4	CAIXA	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
5	CAIXA GERAL	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
501	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.325,84D	0,00	701,52	3.624,32D
111	IMOBILIZADO	4.325,84D	0,00	701,52	3.624,32D
118	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.015,00D	0,00	0,00	7.015,00D
119	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.015,00D	0,00	0,00	7.015,00D
125	(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	2.689,16C	0,00	701,52	3.390,68C
128	(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	2.689,16C	0,00	701,52	3.390,68C
149	PASSIVO	70.360,28C	75.725,28	39.810,64	34.445,64C
150	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	2.857,40	3.376,70	519,30C
169	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
170	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
173	ISS A RECOLHER	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
185	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	0,00	2.200,00	2.376,00	176,00C
190	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0,00	308,80	484,80	176,00C
191	INSS A RECOLHER	0,00	308,80	308,80	0,00
192	FGTS A RECOLHER	0,00	0,00	176,00	176,00C
193	PROVISÕES	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
195	PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
242	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.360,28C	72.867,88	36.433,94	33.926,34C
243	CAPITAL SOCIAL	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
244	CAPITAL SUBSCRITO	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
245	CAPITAL SOCIAL	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
264	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	60.360,28C	72.867,88	36.433,94	23.926,34C
265	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	60.360,28C	72.867,88	36.433,94	23.926,34C
266	LUCROS ACUMULADOS	76.133,11C	0,00	0,00	76.133,11C
267	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	15.772,83D	36.433,94	0,00	52.206,77D
523	(-) PREJUÍZO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	0,00	36.433,94	36.433,94	0,00
269	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
295	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
329	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
330	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	37.428,78	37.428,78	0,00
331	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	28.784,86	28.784,86	0,00
334	13º SALÁRIO	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
336	INSS	0,00	3.212,47	3.212,47	0,00
337	FGTS	0,00	3.540,25	3.540,25	0,00
340	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00
341	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00
345	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	242,80	242,80	0,00
348	IPTU	0,00	242,80	242,80	0,00
353	DESPESAS GERAIS	0,00	36.913,66	36.913,66	0,00
354	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	17.552,59	17.552,59	0,00
355	ÁGUA E ESGOTO	0,00	66,90	66,90	0,00
356	TELEFONE	0,00	2.909,89	2.909,89	0,00
362	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	8.185,00	8.185,00	0,00
363	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	701,52	701,52	0,00
525	DESPESAS DIVERSAS	0,00	1.863,40	1.863,40	0,00
526	FRANQUIA	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
527	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	0,00	3.234,36	3.234,36	0,00
402	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	64.152,70	64.152,70	0,00
403	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	64.152,70	64.152,70	0,00
404	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
410	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
411	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
413	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
424	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
427	(-) ISS	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
460	CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
461	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
471	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
472	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
473	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00

JOÃO LUIZ SILVA BAZZO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 542.528.908-00

LUIZ FERNANDES DIAS
Reg. no CRC - MS sob o No. MS002029OT0
CPF: 103.628.001-20

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	34.445,64D
ATIVO CIRCULANTE	30.821,32D
DISPONÍVEL	30.821,32D
CAIXA	30.821,32D
CAIXA GERAL	30.821,32D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.624,32D
IMOBILIZADO	3.624,32D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.015,00D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.015,00D
(-) DEPRECIACES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	3.390,68C
(-) DEPRECIACES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	3.390,68C
PASSIVO	34.445,64C
PASSIVO CIRCULANTE	519,30C
OBRIGAES TRIBUTÁRIAS	343,30C
IMPOSTOS E CONTRIBUIES A RECOLHER	343,30C
ISS A RECOLHER	343,30C
OBRIGAES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	176,00C
OBRIGAES SOCIAIS	176,00C
FGTS A RECOLHER	176,00C
PATRIMIO LÍQUIDO	33.926,34C
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	10.000,00C
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	23.926,34C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	23.926,34C
LUCROS ACUMULADOS	76.133,11C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	52.206,77D

JOÃO LUIZ SILVA BAZZO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 542.528.909-00

LUIZ FERNANDES DIAS
Reg. no CRC - MS sob o No. MS002029OT0
CPF: 103.628.001-20



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.931.109/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:34:06 do dia 06/08/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.931.109/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/07/2000
NOME EMPRESARIAL SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAND FM JUINA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ODAIR LUIZ VERONESE	NÚMERO 196 N	COMPLEMENTO ANDAR 1 SETOR 04 QUADRAAV25 LOTE B	
CEP 78.320-000	BAIRRO/DISTRITO MODULO 04	MUNICÍPIO JUINA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO VANDERLEIJUINA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (66) 3566-5058 / (66) 3566-7500	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/08/2018** às **15:48:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Graciano

CLAUSULA-TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de Juna, no Estado de Mato Grosso a Ave dos Irmãos n.º 786 centro

CLAUSULA-QUARTA

A sociedade e constituída para Ter Vigência por prazo indeterminado, mas, em virtude de se tratar de entidade que somente pode, rigorosamente funcionar por autorização previa do Governo Federal, em ato de outorga publicado em Diário Oficial da União, suas atividades somente terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu Nome, se necessário a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLAUSULA-QUINTA

A Sociedade se compromete, por seus diretores e demais sócios quotistas, a não efetuar qualquer alteração neste contrato social sem que tenha para isso sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLAUSULA-SEXTA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencentes sempre a brasileiros e são inalienáveis e intransmissíveis a estrangeiros e pessoas jurídicas, direta ou indiretamente.

CLAUSULA-SETIMA

A sociedade se obriga a observar, com rigor que impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Códigos, Portarias e quaisquer ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referente a legislação de radiodifusão em geral.

CLAUSULA-OITAVA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um numero mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLAUSULA-NONA

A sociedade não poderá deter concessões ou permissões de serviços de radiodifusão sonora em geral no país além das limitas fixadas na Lei n.º 17

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUNA / MT
AV. MATO GROSSO, S/Nº - CENTRO - CAIXA POSTAL 39 - TEL/FAX: (067) 3564-1485
JUNA - MT
CONFERE FIDELMENTE
APRESENTADO, DOU FE - *****
JUNA-MT 06 de fevereiro de 2007



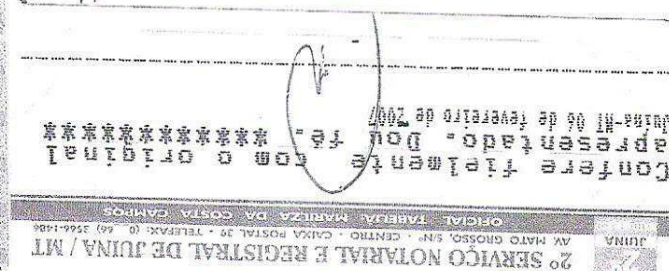
Gravado

CLÁUSULA-DECIMA SÉTIMA:
Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a sociedade não se dissolverá prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito os lucros e o capital apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdito depois de seis meses da data da aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data da aprovação dos citados haveres. O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados na decisão n.º 21/63 do então CONTEL, publicado no diário oficial da união de 24 de janeiro de 1964 se, entretanto, desgratam os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito continuarem na sociedade e com isso concordarem todos os demais sócios devedores aqueles indicarem que os representantes no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado a apreciação do ministério das comunicações e tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advira, necessariamente, a alteração do presente contrato social e a sua consequente arquivamento na

CLÁUSULA-DECIMA SEXTA:
As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos a sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos estipulados na cláusula Quinta do presente contrato social e, para esse fim, o sócio restante deverá comunicar a sua resolução a entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios remanescentes terão, sempre, preferência na aquisição das cotas do sócio restante.

CLÁUSULA-DECIMA QUINTA:
O uso da denominação social, nos termos da cláusula decima terceira deste instrumento, e vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando os diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelas atos praticados.

CLÁUSULA-DECIMA QUARTA:
O sócio gerente terá como remuneração mensal a quantia fixada em comum acordo, não os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda.



Confere fielmente com o original
apresentado. Dou fé.

Juiz de Direito de 2007

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUINA / MT
AM. MATO GROSSO, S/Nº - CENTRO - CAIXA POSTAL 29 - TELEFAX: 06 3662-1455
OFICIAL JUIZ DE DIREITO DA COSTA CAMPOS



procedido

CLAUSULA-VIGESIMA TERCEIRA:

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do decreto n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam diretores e demais sócios quotistas.

CLAUSULA-VIGESIMA SEGUNDA:

Cada sócio, por sua vez DECLARA que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLAUSULA-VIGESIMA PRIMEIRA:

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja o foro da sede da sociedade para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAUSULA-VIGESIMA:

A 31 de dezembro de cada ano levantasse-se um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

CLAUSULA-DECIMA NONA:

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou onerosidade de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a somente admitir brasileiros natos.

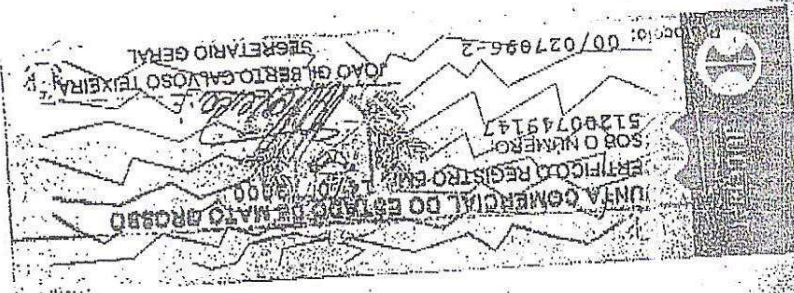
CLAUSULA-DECIMA OITAVA:

Os lucros apurados em balanço geral anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores depois de deduzida, preliminarmente, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido e fundo de reserva legal, ate que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.



Conteúdo fielmente
apresentado. Dou
Juína-MT 06 de fevereiro de 2007
Fé: *****

E por estarem justos e contratados assinam o presente contrato social em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.

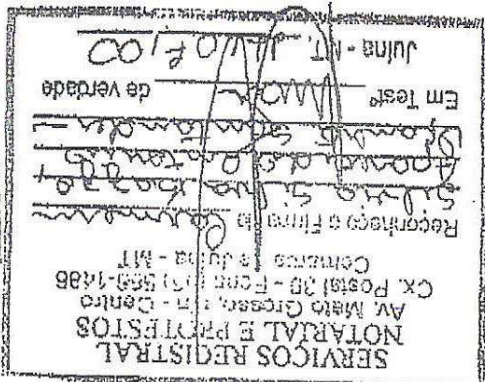


CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

AFARECIDO ANTONIO OCANHIA SANTANDER

RG 5.145.407.SSP/MG
CPF 769.333.096.20
Luis Henrique Pinto

RG 0536.762SSP/MT
CPF 393.704.021.87
MARCOS ROSSA SILVA



SERVIÇOS REGISTRAL
NOTARIAL E REGISTROS
AV. Mato Grosso, s/nº - Centro
Câmaras de Juína - MT
Cm. Postal 39 - Fone (65) 366-1486
Comarca de Juína - MT
Maniz de Costa Campos
Oficial Tabela
Mato Noy Costa
Substituto
Maurício Buzato Fortes
Esc. Juramentado

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **CARMEM SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER**, brasileiro, natural de Barra do Bugres, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 04 de abril de 1974, filho de Antonio Ocanha Santander e de Maria de Lourdes Pinheiros Santander, empresário, portador do CPF nº 627.644.381-68 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1016698-0 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

Únicos sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, que gira sob o nome empresarial de **SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede na Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, município de Juína - MT, com o seu contrato social e alterações registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, conforme NIRE nº 512.200.749.147 em sessão de 14 de julho de 2000, inscrita no CNPJ/MF 03.931.109/0001-30, os quais, de pleno e geral acordo, deliberam à unanimidade, em **readequar a redação** dos seus atos constitutivos em conformidade de regência do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER**, acima qualificado, possuidor e detentor de 10.000 (dez mil) quotas de capital social já integralizadas, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cede e transfere neste ato o total de 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas, no valor total de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentas reais) para o sócio que ora ingressa, **Sr HEINZ KRUEGER**, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jardel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000 e um total de 200 (duzentas) quotas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais para a sócia remanescente **CARMEM SILVA BAZZO**, acima qualificada.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio que se retira da sociedade APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER, declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja que título for nem de cessatário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio que ora ingressa na sociedade, assume a partir da assinatura deste instrumento, solidariamente com o sócio remanescente, todos os deveres e direitos sociais, passando a fazer parte integrante da sociedade com direitos e obrigações assegurados de acordo com sua participação societária e declara sob as penas da Lei que não está incluso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, ficam assim distribuídas:

Ordem	Nome dos sócios	nº de quotas	Valor em reais	% em
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	10.200	10.200,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	9.800	9.800,00	49
TOTALIZANDO		20.000	20.000,00	100

CLÁUSULA QUINTA: O Capital subscrito que é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, fica alterado para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, que de ora em diante fica assim distribuído entre os sócios:

Ordem	Nome dos sócios	nº de quotas	Valor em reais	% em
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	19.600	19.600,00	49
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100

Parágrafo único - O aumento do capital social no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), é integralizado neste ato por todos os sócios em moeda corrente nacional, proporcionalmente ao quinhão de participação social de cada um.

CLÁUSULA SEXTA: O endereço da sede que é Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, passa a ser Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SETIMA: Fica criada a filial de número 01, à Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro na cidade de Castanhiera, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica criada a filial de número 02, à Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz,

para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA NONA: O presente instrumento passa a ser regido pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil), supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelas demais disposições legais e técnicas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA: Para fins de readequação às normas do Novo Código Civil, deliberam os sócios, a unanimidade, **re-ratificarem** "in totum" o Contrato Social primitivo e as posteriores alterações ocorridas, **consolidando-os** num só instrumento contratual, que após efetuadas as correções, passará a vigor, doravante com a **nova redação:**

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Que fazem pelo presente instrumento, os abaixo assinados:

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **HEINZ KRUEGER**, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jardel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, com o seu contrato social primitivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, conforme NIRE nº 512.200.749.147 em sessão de 14 de julho de 2000, inscrita no CNPJ/MF 03.931.109/0001-30, os quais, de pleno e geral acordo, deliberam à unanimidade, em **readequarem a redação** dos seus atos constitutivos em conformidade de regência do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, e tem sede e domicílio na Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

Suplemento 015

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, na forma prevista, assim distribuídos entre os sócios:

Ordem	Nome dos sócios	nº	de Valor	em %
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	19.600	19.600,00	49
	TOTALIZANDO	40.000	40.000,00	100

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da sociedade é a exploração das atividades de (9221-5/00) OPERAÇÃO DE ESTÚDIOS DE RÁDIO E A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA DIFUSÃO SIMULTANEA OU POSTERIOR, PARA UMA REDE AFILIADA OU PARA O PÚBLICO EM GERAL. OS PROGRAMAS PRODUTOS E TRANSMITIDOS PODEM SER DE ANTEFETIMENTO, NOTÍCIAS, PROMOÇÃO, EDUCATIVOS E ENTREVISTAS. A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS PODE RESULTAR EM UMA FITA QUE PODE SER VENDIDA, ALUGADA OU ARQUIVADA PARA OPORTUNA TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade teve início de suas atividades na data em que o Ministério das Comunicações autorizou seu funcionamento, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade mantém a filial de número 01, à Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais, a qual teve início de suas atividades nesta data.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade mantém a filial de número 02, à Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais, a qual teve início de suas atividades nesta data.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá à sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, com poderes e atribuições de administradora, podendo gerir e administrar a sociedade, ficando desde já autorizado a cada um, o uso do nome empresarial, individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou

assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora da sociedade prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão ao(s) administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro - As publicações das contas da administração da sociedade de que trata a cláusula décima e os anúncios de convocação das Reuniões ou Assembleias de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a serem discutidos e analisados, devidamente assinado pelo administrador da sociedade e pelo Contabilista responsável, ou ainda, cópia autêntica de documentos sociais que forem objeto da pauta dessas discussões nas reuniões ou assembleias previstas.

Parágrafo segundo - Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembleias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo terceiro - Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembleias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente perante o órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal aos administradores, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O primeiro procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A administradora CARMEM SILVA BAZZO declara sob penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

F por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias, na presença de duas testemunhas.

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO - Sócia remanescente

APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER - Sócio egressante

HEINZ KRUEGER - Sócio ingressante

Testemunhas:

Nome: CELIO JOSE MENEGAT
CPF 001.724.741-16
RG 1519308-0 SSP/MT

Nome: ELISANGELA MARCIA PIOVESANA

CPF 027.493.329-23
RG 8059128-4 SSP/MT

Uso da Jucemat

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268583
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 861

HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
(CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 12/03/2007)

Protocolo: 07/007489-5
SOB Nº: 200700748953
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO

2º SERVIÇO NOTARIAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, S/Nº - CENTRO - OFICIAL TABELA: 144-154



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268575
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 857

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268575
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 857

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **HEINZ KRUEGER**, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jaridel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, constituem uma sociedade limitada, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso (CEP 78320-000), resolvem pelo presente instrumento alterar o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000 e primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio **HEINZ KRUEGER**, acima qualificado, através de seu bastante procurador, Sr. **CRISTIANO GUERINO VOLPATO**, brasileiro, solteiro, maior, servidor público, portador do CPF nº 630.168.931-34 e Cédula de Identidade / RG sob nº 0952345-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Av. Ipiranga, nº 255, Bairro Golebeiras, na cidade de Curitiba, Estado de Mato Grosso, CEP 78032-035, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo o total de suas quotas equivalente a 19.600 (dezenove mil e seiscentas) quotas no valor de R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais) para o sócio que ora ingressa na sociedade, Sr. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermênio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.



CLÁUSULA SEGUNDA: Por força desta alteração contratual o capital social fica assim distribuído:

ORDEN	SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

Parágrafo Único: O sócio ingressante na sociedade RUI DEMILSON BARROS SILVA, declara sob as penas da Lei que não está incluso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio HEINZ KRUEGER declara haver recebido neste ato a quantia relativa à venda da totalidade de suas quotas de capital ao Cessionário retro mencionado, bem como declara haver também recebido todos os seus direitos e haveres, nada mais tendo a reclamar seja a que título for, nem do Cessionário e nem da sociedade, dando-lhe pelo presente instrumento, plena, rasa, geral irrevogável quitação sobre o ato.

CLÁUSULA QUARTA: O endereço da sociedade que é Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso (CEP 78320-000), passará a ser Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade que era da sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, passará ao sócio **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** e **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, com poderes e atribuições de administradores, podendo gerir e administrar a sociedade, ficando desde já autorizado a cada um, o uso do nome empresarial, individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

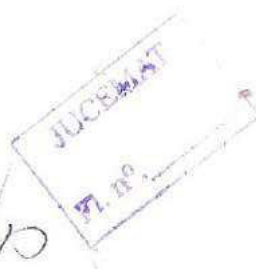
Parágrafo Único – Os sócios administradores declaram, sob pelas da Lei que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na melhor forma de direito e efeito jurídico, os sócios resolvem consolidar o contrato social e posteriores alterações num só instrumento contratual, que passará a vigor, doravante, com a nova redação:

SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria



do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermênio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000..

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento consolidar o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000 e primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sua sede e domicílio na Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDEN	SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de número 01, na Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanhiera, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de número 02, na Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLÁUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESTA CATEGORIA PROVEÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS.

- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.

- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)

- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DECIMA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembleias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembleias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juína – MT., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

Juína-MT, 16 de maio de 2012



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Sócia remanescente

HEINZ KRUEGER

Procurador: CRISTIANO GUERINO VOLPATO (CPF 630.168.931-34)

Sócio egressante

RUI DEMILSON BARROS SILVA

Sócio ingressante

Testemunhas:

Nome: ADENIR DA SILVA

CPF: 313.804.131-32

RG: 521.710 SSP/MT

Luciana Nando

Nome: CRISTIANE NONATO

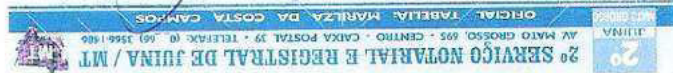
CPF: 008.344.121-69

RG: 136.349-7 SSP/MT

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 03/09/2012 SOB Nº: 20120572816
Protocolo: 12/057281-8, DE 16/08/2012
Empresa: 51 2 0074914 7
S/C-SISTEMA JUINENSE DE
COMUNICAÇÃO LTDA
JOAO GILBERTO CALVOSO TEIXEIRA
1765088



JUCEMAT



Reconheço por verdadeira a(s) firma de: RUI DEMILSON

BARROS SILVA

RS 4,50

Selo: ACJ-05992, 001-22

Juína, 16 de maio de 2012

Mario Ney Costa

Testemunha Substituto

Selo de Controle Digital
Poder Judiciário - MT
Código da Serventia: 91

2º Ofício
Juína - MT

1º Ofício

JUINA
08

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 03.931.109/0001-30

NIRE 51.200.749.147

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e
2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento **alterar** o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob n.º 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000; primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, e segunda alteração nº 20.120.572.818, em sessão de 03 de setembro de 2012, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O endereço da sociedade que é Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, passará a ser **Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.**

CLAUSULA SEGUNDA: O endereço da sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO que é Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, passará a se **Rua 20-A, nº 631 W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000.**

CLÁUSULA TERCEIRA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA: Na melhor forma de direito e efeito jurídico, os sócios resolvem consolidar o contrato social e posteriores alterações num só instrumento contratual, que passará a vigor, doravante, com a nova redação:

 : 

**SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**

CNPJ 03.931.109/0001-30

NIRE 51.200.749.147

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631 W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000; e
2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000..

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sede Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento **consolidar** o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000; primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007; e segunda alteração nº 20.120.572.818, em sessão de 03 de setembro de 2012, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sua sede e domicílio na Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDEM	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de numero 01, na Av. Castanheira, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na



data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de numero 02, na Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLAUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESSA CATEGORIA PROVÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS;
- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.
- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)
- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes desde já autorizados, o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à

elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembléias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembléias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

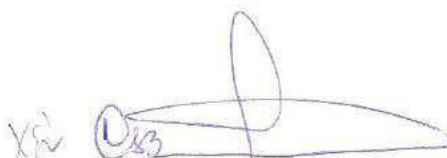
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juina – MT., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

Juina-MT, 20 de agosto de 2013


CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Sócia administradora

1º TAB
Caldas Novas-GO


RUI DEMILSON BARROS SILVA
Sócio administrador

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE TANGARÁ DA SERRA - MT
Oficial: Antonio Tium de Almeida
Rua Sebastião Ramato, 398-W - Centro - Fone (65) 3339.1400 - Fax 3339.1411 - E-mail: cartitga@terra.com.br

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:

[LMBVw1x0] - CARMEM SILVIA SILVA BAZZO.....

Dou fé. Em Testemunho da verdade.

Tga da Serra-MT, 13 de Dezembro de 2013

ELIANE DIAS DOS SANTOS ESCRIVENTE AUTORIZADA
ELIANE DIAS DOS SANTOS

Selo: AJC47107 - Valor: 4,80

Cod Ato: 22 - Cod Serv.: 175

Hora: 09:41:50

Consulte, www.tjmt.jus.br/selo

Selo do Controle Digital

Testemunhas:


Nome: CLAYTON ROSA MAFRA FILHO.....

CPF: 015.150.852-60.....

RG: 3178.234..... SSP/RO.


Nome: ALCIR HALMENSCHLAGER.....


CPF: 024.463.491-29.....

RG: 19.369.411-7..... SSP/MT

Para uso da JUCEMAT

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO		
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/01/2014 SOB Nº: 20140007245		
	Protocolo: 14/000724-5, DE 11/01/2014		
	Empresa: 51 2 0074914 7 EJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA		
		 NAIRJARA BAIRROS SECRETARIA GERAL 1391644	

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL
CNPJ 03.931.109/0001-30 NIRE 51.200.749.147

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e carteira de identidade sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631-W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000;

RUI DEMILSON BARROS SILVA, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e carteira de identidade sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.

Sócias da sociedade limitada de nome empresarial **SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob **NIRE nº 51200749147**, com sede Av Hilda Lourdes Persici Pedrotti, 831, 1º Andar, Módulo 4 Juína, MT, CEP 78.320-000, devidamente inscrita no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.931.109/0001-30**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000.

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA QUARTA. JOAO LUIZ SILVA BAZZO admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 24/03/1965, casado, empresário, CPF/MF nº 542.528.909-00, carteira de identidade nº 4.014.132-4, órgão expedidor SSP - PR, residente e domiciliado no(a) Rua Oiti, nº. 392 N, Modulo 03, Juína, MT, CEP 78.320-00, BRASIL.

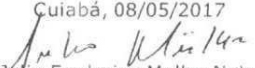
Retira-se da sociedade o sócio **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, detentora de 19.600(Dezenove Mil e Seiscentos) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB
Juiz de Fora, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

CLÁUSULA QUINTA. O sócio **RUI DEMILSON BARROS SILVA** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais), direta e irrestritamente ao sócio **JOAO LUIZ SILVA BAZZO**, da seguinte forma: cede e transfere o capital, em moeda corrente nacional, dando plena, geral e irrevogável quitação.

A sócia **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio **JOAO LUIZ SILVA BAZZO**, da seguinte forma: cede e transfere o capital, em moeda corrente nacional., dando plena, geral e irrevogável quitação.

O capital fica assim distribuído:

ORDE M	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	400	400,00	1 %
B	JOAO LUIZ SILVA BAZZO	39.600	39.600,00	99 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) **JOAO LUIZ SILVA BAZZO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA OITAVA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA NONA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social passa a ser Juína - MT.

CLÁUSULA DÉCIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB
Cuiabá, 08/05/2017

Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631-W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000;

JOAO LUIZ SILVA BAZZO admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 24 de Março de 1965, filho de João Vicente Bazzo e Maria do Carmo Silva Bazzo, solteiro, empresário, CPF/MF nº 542.528.909-00, carteira de identidade nº 4.014.132-4, órgão expedidor SSP - PR, residente e domiciliada no(a) Rua Oiti, nº. 392 N, Modulo 03, Juína, MT, CEP 78.320-00, BRASIL.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de **SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000, resolvem pelo presente instrumento **consolidar** o contrato social primitivo arquivado na **Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob Nº. 51200749147**, inscrita no **CNPJ sob nº 03.931.109/0001-30**, que se regerá pela Lei nº. 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº. 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sua sede e domicílio na Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDE M	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	400,00	400,00	1 %
B	JOAO LUIZ SILVA BAZZO	39.600	39.600,00	99 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de numero 01, na Av. Castanheira, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de numero 02, na Rua Cuiabá, nº 489,



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017

Júlio Frederico Muller Neto
Júlio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLAUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESSA CATEGORIA PROVÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS.
- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.
- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)
- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e JOAO LUIZ SILVA BAZZO, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes desde já autorizados, o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

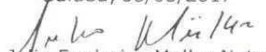
CLÁUSULA DECIMA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembléias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, coma devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembléias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e JOAO LUIZ SILVA BAZZO declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juína – MT, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612

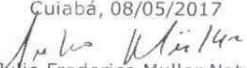
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017

NIRE: 51200749147

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

Juína - MT, 20 de fevereiro de 2017.

2º

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
CPF: 570.511.789-20

[Handwritten signature]

2º Ofício
Juiz de Fora

RUI DEMILSON BARROS SILVA
CPF: 147.535.611-00

[Handwritten signature]

2º Ofício
Juiz de Fora

JOAO LUIZ SILVA BAZZO
CPF: 542.528.909-00

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL OD. 701 B. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIANT - BRASILIA/DF
CNPJ/ME 00.478.421/0001-80
CF/DF 07.455.140/001-38

RECONHECO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
[5KvIO2F3]-RUI DEMILSON BARROS SILVA...

Em testemunho... da verdade.
BRASILIA, 03 de Março de 2017
selo: 1JDFT20170020152757YPEZ
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br

GOIANIO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RAMILO SIMOES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
HENRIQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB
Cuiabá, 08/05/2017

[Handwritten signature]
Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral



2º SERVIÇO NOTARIAL

CNPJ 03.953.890/0001-44

Rua Antônio José da Silva nº 255-W - Centro - Fone (65) 3326-1017 CEP 78300-000 - Tangará da Serra - MT

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Selo: AWO 29680 Cod.: 22 R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros

Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Pailoma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUINA / MT
Av. Mato Grosso, 104 N - Centro - Juina - MT
Caix Postal 39 - Fone/Fax: (68) 3566-1486
Marilza da Costa Campos - Oficial

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Codigo da Serventia: 91 - Atos de Notas e de Registro

Reconheço por verdadeira a(s) firma de: JOAO LUIZ SILVA
BAZZO Termo: 79025

R\$ 5,90 Selo: AVY-13273 Cod.: 22

20 de fevereiro de 2017

Mario Ney Costa

e-mail: servicodejuina2@hotmail.com

Tabelaio Substituto

Consulte: www.jm.gov.br/seios



Reconheço por verdadeira a(s) firma de: JOAO LUIZ SILVA
BAZZO Termo: 79025

R\$ 5,90 Selo: AVY-13273 Cod.: 22

20 de fevereiro de 2017

Mario Ney Costa

e-mail: servicodejuina2@hotmail.com

Tabelaio Substituto

Consulte: www.jm.gov.br/seios

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
 (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda.	CNPJ: 03.931.109/0001-30	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Brasnorte	UF: MT
Validade da Outorga: vencida	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0495237, fl.3
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	evento SEI n.º

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 3235138
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.5
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3234676
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.4
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3234699, fl.2
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n. 0495237 fl. 8(federal); fl.7 (estadual) fl.6 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n. 3234699, fl.1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n. 0495237 fl.8 (INSS) fl.9 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.3
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1542770

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	06/08/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53900.016488/2015-02

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado (eventos SEI n.º1542770, n.º1542771, n.º1542772), pela SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Faço o destaque, no evento SEI n.º1542769, a Interessada solicita a substituição do transmissor principal e auxiliar.

3. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235357** e o código CRC **33503717**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3235357

NOTA TÉCNICA Nº 17598/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.016488/2015-02

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 2.726/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1663299), concluiu pela expedição do Ofício n.º 4.757/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1663353), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.025277/2017-12 , acompanhado dos documentos exigidos.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 3235175), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

4.1. Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235185** e o código CRC **FD0188B9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 30998/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. (03.931.109/0001-30)

Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4

72320 000 Juína/MT

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.016488/2015-02.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17.598/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235291** e o código CRC **0E10480A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30998/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.016488/2015-02 - Nº SEI: 3235291

Data de Envio:

06/08/2018 17:18:55

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Despacho

Mensagem:

Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

ANEXO


DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Zimbra**marluce.oliveira@mctic.gov.br****Re: Despacho****De :** cgfi@mctic.gov.br

Seg, 06 de ago de 2018 17:47

Assunto : Re: Despacho 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte/MT, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Segunda-feira, 6 de agosto de 2018 17:18:55

Assunto: Despacho

Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



Relatório do Canal - BRASNORTE.pdf

101 KB

Data de Envio:

07/08/2018 09:14:12

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

contaudit@contaudit.com.br
vanderleijuina@hotmail.com
ivanpereira23@hotmail.com
ffonseca.eng@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3235291.html
Requerimento_3235426_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__2018.pdf
Nota_Tecnica_3235185.html

BALANCETE

Código	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	ATIVO	70.360,28D	63.152,00	99.066,64	34.445,64D
2	ATIVO CIRCULANTE	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
3	DISPONÍVEL	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
4	CAIXA	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
5	CAIXA GERAL	66.034,44D	63.152,00	98.365,12	30.821,32D
501	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.325,84D	0,00	701,52	3.624,32D
111	IMOBILIZADO	4.325,84D	0,00	701,52	3.624,32D
118	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.015,00D	0,00	0,00	7.015,00D
119	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.015,00D	0,00	0,00	7.015,00D
125	(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	2.689,16C	0,00	701,52	3.390,68C
128	(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	2.689,16C	0,00	701,52	3.390,68C
149	PASSIVO	70.360,28C	75.725,28	39.810,64	34.445,64C
150	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	2.857,40	3.376,70	519,30C
169	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
170	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
173	ISS A RECOLHER	0,00	657,40	1.000,70	343,30C
185	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	0,00	2.200,00	2.376,00	176,00C
190	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	0,00	308,80	484,80	176,00C
191	INSS A RECOLHER	0,00	308,80	308,80	0,00
192	FGTS A RECOLHER	0,00	0,00	176,00	176,00C
193	PROVISÕES	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
195	PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
242	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.360,28C	72.867,88	36.433,94	33.926,34C
243	CAPITAL SOCIAL	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
244	CAPITAL SUBSCRITO	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
245	CAPITAL SOCIAL	10.000,00C	0,00	0,00	10.000,00C
264	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	60.360,28C	72.867,88	36.433,94	23.926,34C
265	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	60.360,28C	72.867,88	36.433,94	23.926,34C
266	LUCROS ACUMULADOS	76.133,11C	0,00	0,00	76.133,11C
267	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	15.772,83D	36.433,94	0,00	52.206,77D
523	(-) PREJUÍZO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	0,00	36.433,94	36.433,94	0,00
269	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
295	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
329	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	98.585,24	98.585,24	0,00
330	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	37.428,78	37.428,78	0,00
331	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	28.784,86	28.784,86	0,00
334	13º SALÁRIO	0,00	1.891,20	1.891,20	0,00
336	INSS	0,00	3.212,47	3.212,47	0,00
337	FGTS	0,00	3.540,25	3.540,25	0,00
340	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00
341	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00
345	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	242,80	242,80	0,00
348	IPTU	0,00	242,80	242,80	0,00
353	DESPESAS GERAIS	0,00	36.913,66	36.913,66	0,00
354	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	17.552,59	17.552,59	0,00
355	ÁGUA E ESGOTO	0,00	66,90	66,90	0,00
356	TELEFONE	0,00	2.909,89	2.909,89	0,00
362	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	8.185,00	8.185,00	0,00
363	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	701,52	701,52	0,00
525	DESPESAS DIVERSAS	0,00	1.863,40	1.863,40	0,00
526	FRANQUIA	0,00	2.400,00	2.400,00	0,00
527	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	0,00	3.234,36	3.234,36	0,00
402	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	64.152,70	64.152,70	0,00
403	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	64.152,70	64.152,70	0,00
404	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
410	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
411	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	63.152,00	63.152,00	0,00
413	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
424	(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
427	(-) ISS	0,00	1.000,70	1.000,70	0,00
460	CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
461	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
471	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
472	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00
473	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	99.585,94	99.585,94	0,00

JOÃO LUIZ SILVA BAZZO
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 542.528.908-00

LUIZ FERNANDES DIAS
Reg. no CRC - MS sob o No. MS002029OT0
CPF: 103.628.001-20

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
ATIVO	34.445,64D
ATIVO CIRCULANTE	30.821,32D
DISPONÍVEL	30.821,32D
CAIXA	30.821,32D
CAIXA GERAL	30.821,32D
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.624,32D
IMOBILIZADO	3.624,32D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.015,00D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.015,00D
(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	3.390,68C
(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	3.390,68C
PASSIVO	34.445,64C
PASSIVO CIRCULANTE	519,30C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	343,30C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	343,30C
ISS A RECOLHER	343,30C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	176,00C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	176,00C
FGTS A RECOLHER	176,00C
PATRIMIO LÍQUIDO	33.926,34C
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
CAPITAL SUBSCRITO	10.000,00C
CAPITAL SOCIAL	10.000,00C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	23.926,34C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	23.926,34C
LUCROS ACUMULADOS	76.133,11C
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	52.206,77D

JOÃO LUIZ SILVA BAZZO
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 542.528.909-00

LUIZ FERNANDES DIAS
Reg. no CRC - MS sob o No. MS002029OT0
CPF: 103.628.001-20



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.931.109/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:34:06 do dia 06/08/2018 (hora e data de Brasília).


Válida até 05/09/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.931.109/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/07/2000
NOME EMPRESARIAL SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAND FM JUINA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ODAIR LUIZ VERONESE	NÚMERO 196 N	COMPLEMENTO ANDAR 1 SETOR 04 QUADRAAV25 LOTE B	
CEP 78.320-000	BAIRRO/DISTRITO MODULO 04	MUNICÍPIO JUINA	UF MT
ENDEREÇO ELETRÔNICO VANDERLEIJUINA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (66) 3566-5058 / (66) 3566-7500	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **06/08/2018** às **15:48:53** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CONTRATO SOCIAL

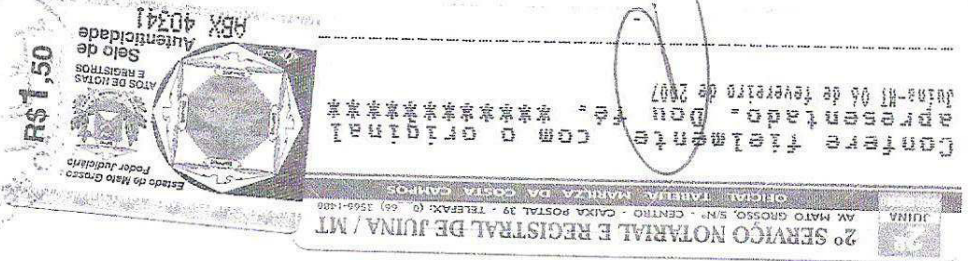
CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, solteira, comerciante, residente e domiciliada na cidade Juiz de Fora - MT, nº 786, centro, portador da cédula de identidade nº 3.866.637-1 SSP-PR e do CPF nº 570.511.789-20, e APARECIDO ANTONIO OCANHIA SANTANDER, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Juiz de Fora - MT, nº 786, centro, portador da cédula de identidade nº 1016598-0-SSP-MT e do CPF nº 627.644.381-68, Constituem entre si e na melhor forma de direito, uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujos negócios serão regidos pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a denominação social de SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, e tem como finalidade a execução de serviços de radiodifusão sonora em geral, quer de onda média, frequência modulada, sons e imagens (televisão) onda curta e onda tropical, mediante autorização prevista do Ministério das Comunicações, na forma da lei e da legislação vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os objetivos expressos da sociedade, e de acordo com o que dispõe o artigo 3º do decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que institui o regulamento dos serviços de radiodifusão, serão a divulgação de programas de caráter educativo, informativo, cultural e recreativo, promovendo ao mesmo tempo, a publicidade comercial para a supressão dos encargos da empresa e a sua necessária expansão.



provisão

Graciano

CLAUSULA-TERCEIRA

A sede e foro da sociedade tem como endereço a cidade de Juna, no Estado de Mato Grosso a Ave dos Irmãos n.º 786 centro

CLAUSULA-QUARTA

A sociedade e constituída para Ter Vigência por prazo indeterminado, mas, em virtude de se tratar de entidade que somente pode, rigorosamente funcionar por autorização previa do Governo Federal, em ato de outorga publicado em Diário Oficial da União, suas atividades somente terão início a partir da data em que o Ministério das Comunicações deferir o ato de outorga da concessão ou permissão em seu Nome, se necessário a sua dissolução serão observados os dispositivos da Lei.

CLAUSULA-QUINTA

A Sociedade se compromete, por seus diretores e demais sócios quotistas, a não efetuar qualquer alteração neste contrato social sem que tenha para isso sido plena e legalmente autorizada, previamente, pelos órgãos do Ministério das Comunicações.

CLAUSULA-SEXTA

As cotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencentes sempre a brasileiros e são inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros e pessoas jurídicas, direta ou indiretamente.

CLAUSULA-SETIMA

A sociedade se obriga a observar, com rigor que impõe, as Leis, Decretos, Regulamentos, Códigos, Portarias e quaisquer ou despachos emanados do Ministério das Comunicações e de seus demais órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, e referente a legislação de radiodifusão em geral.

CLAUSULA-OITAVA

A sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários um numero mínimo de dois terços de empregados brasileiros natos.

CLAUSULA-NONA

A sociedade não poderá deter concessões ou permissões de serviços de radiodifusão sonora em geral no país além das limitas fixadas na legislação

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUNA / MT
AV. MATEO GROSSO, S/Nº - CENTRO - CAIXA POSTAL 39 - TEL/FAX: (06) 3564-1485
JUNA - MT
CONFERE FIDELMENTE
APRESENTADO, DOU FE - *****
JUNA-MT 06 de fevereiro de 2007



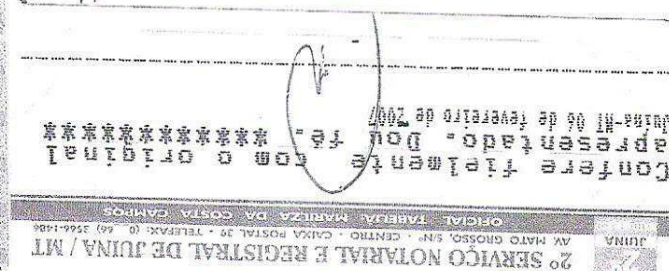
Gravado

CLAUSULA-DECIMA SETIMA:
Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito, a sociedade não se dissolverá prosseguindo com os remanescentes, cabendo aos herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito os lucros e o capital apurados no último balanço geral anual, ou em novo balanço especialmente levantado se ocorrido o falecimento ou interdito depois de seis meses da data da aprovação do balanço geral anual. Os haveres assim apurados serão pagos em 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo a primeira ser paga seis meses após a data da aprovação dos citados haveres. O capital social será reduzido proporcionalmente, nunca inferior aos limites fixados na decisão n.º 21/63 do então CONTEL, publicado no diário oficial da união de 24 de janeiro de 1964 se, entretanto, desgratam os herdeiros ou representantes legais do sócio falecido ou interdito continuarem na sociedade e com isso concordarem todos os demais sócios devedores aqueles indicarem que os representantes no lugar do sócio falecido ou interdito, cujo nome será levado a apreciação do ministério das comunicações e tendo dele a sua aprovação prévia, poderá integrar o quadro social, do que advira, necessariamente, a alteração do presente contrato social e a sua consequente arquivamento na

CLAUSULA-DECIMA SEXTA:
As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos a sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios, e da autorização prévia do Ministério das Comunicações, nos termos estipulados na cláusula Quinta do presente contrato social e, para esse fim, o sócio restante deverá comunicar a sua resolução a entidade. Em qualquer eventualidade, os sócios remanescentes terão, sempre, preferência na aquisição das cotas do sócio restante.

CLAUSULA-DECIMA QUINTA:
O uso da denominação social, nos termos da cláusula decima terceira deste instrumento, e vedado em fianças, avais e outros atos de favor estranhos aos interesses da sociedade, ficando os diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelas atos praticados.

CLAUSULA-DECIMA QUARTA:
O sócio gerente terá como remuneração mensal a quantia fixada em comum acordo, não os limites das deduções fiscais previstas na legislação do imposto de renda.



Confere fielmente com o original
apresentado. Dou fé.
Jun-21-06 de fevereiro de 2007

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUINA / MT
AM. MATO GROSSO, S/Nº - CENTRO - CAIXA POSTAL 29 - TELEFAX: 06 3662-1455
JUN-21-06



procedido

CLAUSULA-VIGESIMA TERCEIRA:

Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelos dispositivos do decreto n.º 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam diretores e demais sócios quotistas.

CLAUSULA-VIGESIMA SEGUNDA:

Cada sócio, por sua vez DECLARA que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLAUSULA-VIGESIMA PRIMEIRA:

Fica eleito, desde já, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja o foro da sede da sociedade para dirimir quaisquer dissídios que eventualmente, venham a surgir entre as partes contratantes.

CLAUSULA-VIGESIMA:

A 31 de dezembro de cada ano levantasse-se um balanço geral anual das atividades da empresa. O balanço geral anual levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

CLAUSULA-DECIMA NONA:

Para o exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou onerosidade de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a somente admitir brasileiros natos.

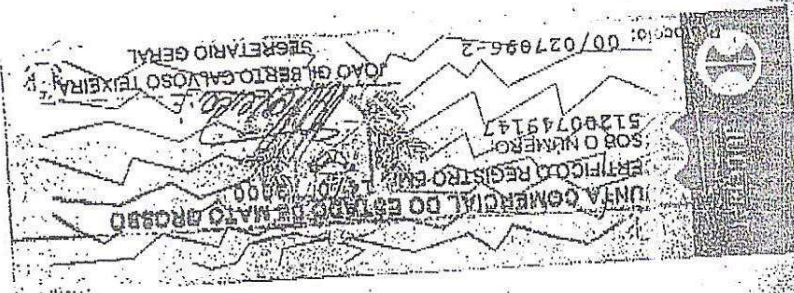
CLAUSULA-DECIMA OITAVA:

Os lucros apurados em balanço geral anual serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao número de cotas de que são detentores depois de deduzida, preliminarmente, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido e fundo de reserva legal, este que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.



Conteúdo fielmente
apresentado. Dou
Juína-MT 06 de fevereiro de 2007

E por estarem justos e contratados assinam o presente contrato social em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas da lei.



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

AFARECIDO ANTONIO OCANHIA SANTANDER

TESTEMUNHAS
Luis Henrique Pinto
CPF 769.333.096.20
RG 5.145.407.SSP/MG

WALDIR ROSA SILVA
CPF 393.704.021.87
RG 0536.762SSP/MT

SERVIÇOS REGISTRAL
NOTARIAL E PROTESTOS
Av. Mato Grosso, 39 - Centro
Cx. Postal 39 - Fone (65) 3666-1486
Comunicação Juína - MT
Reconhecimento de firma
Silvia S. Bazzo
Apostila de 02 folhas
de 02 folhas
de verdade
Juína - MT, 06/02/07

SERVIÇOS REGISTRAL
NOTARIAL E PROTESTOS
Av. Mato Grosso, 39 - Centro
Cx. Postal 39 - Fone (65) 3666-1486
Comunicação Juína - MT
Maniz de Costa Campos
Oficial Tabela
Mato Noy Costa
Substituto
Maurilio Buzato Fortes
Ass. Juramentado

Cumba-MT 05 de Julho de 2000

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **CARMEM SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER**, brasileiro, natural de Barra do Bugres, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 04 de abril de 1974, filho de Antonio Ocanha Santander e de Maria de Lourdes Pinheiros Santander, empresário, portador do CPF nº 627.644.381-68 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1016698-0 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

Únicos sócios componentes da sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, que gira sob o nome empresarial de **SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede na Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, município de Juína - MT, com o seu contrato social e alterações registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, conforme NIRE nº 512.200.749.147 em sessão de 14 de julho de 2000, inscrita no CNPJ/MF 03.931.109/0001-30, os quais, de pleno e geral acordo, deliberam à unanimidade, em **readequar a redação** dos seus atos constitutivos em conformidade de regência do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio **APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER**, acima qualificado, possuidor e detentor de 10.000 (dez mil) quotas de capital social já integralizadas, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cede e transfere neste ato o total de 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas, no valor total de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentas reais) para o sócio que ora ingressa, **Sr HEINZ KRUEGER**, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jardel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000 e um total de 200 (duzentas) quotas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais para a sócia remanescente **CARMEM SILVA BAZZO**, acima qualificada.

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio que se retira da sociedade APARECIDO ANTONIO OCANHA SANTANDER, declara ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja que título for nem de cessatário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio que ora ingressa na sociedade, assume a partir da assinatura deste instrumento, solidariamente com o sócio remanescente, todos os deveres e direitos sociais, passando a fazer parte integrante da sociedade com direitos e obrigações assegurados de acordo com sua participação societária e declara sob as penas da Lei que não está incluso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, ficam assim distribuídas:

Ordem	Nome dos sócios	nº de quotas	Valor em reais	% em
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	10.200	10.200,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	9.800	9.800,00	49
TOTALIZANDO		20.000	20.000,00	100

CLÁUSULA QUINTA: O Capital subscrito que é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) dividido em 20.000 (vinte mil) quotas, fica alterado para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, que de ora em diante fica assim distribuído entre os sócios:

Ordem	Nome dos sócios	nº de quotas	Valor em reais	% em
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	19.600	19.600,00	49
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100

Parágrafo único - O aumento do capital social no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), é integralizado neste ato por todos os sócios em moeda corrente nacional, proporcionalmente ao quinhão de participação social de cada um.

CLÁUSULA SEXTA: O endereço da sede que é Av. dos Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, passa a ser Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SETIMA: Fica criada a filial de número 01, à Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro na cidade de Castanhiera, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica criada a filial de número 02, à Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz,

para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA NONA: O presente instrumento passa a ser regido pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil), e supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e pelas demais disposições legais e técnicas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA: Para fins de readequação às normas do Novo Código Civil, deliberam os sócios, a unanimidade, **re-ratificarem** "in totum" o Contrato Social primitivo e as posteriores alterações ocorridas, **consolidando-os** num só instrumento contratual, que após efetuadas as correções, passará a vigor, doravante com a **nova redação:**

SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Que fazem pelo presente instrumento, os abaixo assinados:

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **HEINZ KRUEGER**, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jardel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, com o seu contrato social primitivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, conforme NIRE nº 512.200.749.147 em sessão de 14 de julho de 2000, inscrita no CNPJ/MF 03.931.109/0001-30, os quais, de pleno e geral acordo, deliberam à unanimidade, em **readequarem a redação** dos seus atos constitutivos em conformidade de regência do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, e tem sede e domicílio na Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, no município de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

Suplemento 015

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, na forma prevista, assim distribuídos entre os sócios:

Ordem	Nome dos sócios	nº	de Valor	em %
A-	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51
B-	HEINZ KRUEGER	19.600	19.600,00	49
	TOTALIZANDO	40.000	40.000,00	100

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto da sociedade é a exploração das atividades de (9221-5/00) OPERAÇÃO DE ESTÚDIOS DE RÁDIO E A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA DIFUSÃO SIMULTANEA OU POSTERIOR, PARA UMA REDE AFILIADA OU PARA O PÚBLICO EM GERAL. OS PROGRAMAS PRODUTOS E TRANSMITIDOS PODEM SER DE ANTEFETIMENTO, NOTÍCIAS, PROMOÇÃO, EDUCATIVOS E ENTREVISTAS. A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS PODE RESULTAR EM UMA FITA QUE PODE SER VENDIDA, ALUGADA OU ARQUIVADA PARA OPORTUNA TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade teve início de suas atividades na data em que o Ministério das Comunicações autorizou seu funcionamento, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade mantém a filial de número 01, à Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais, a qual teve início de suas atividades nesta data.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade mantém a filial de número 02, à Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais, a qual teve início de suas atividades nesta data.

CLÁUSULA SETIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá à sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, com poderes e atribuições de administradora, podendo gerir e administrar a sociedade, ficando desde já autorizado a cada um, o uso do nome empresarial, individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou

assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora da sociedade prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão ao(s) administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro - As publicações das contas da administração da sociedade de que trata a cláusula Oitava e os anúncios de convocação das Reuniões ou Assembleias de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias a data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a serem discutidos e analisados, devidamente assinado pelo administrador da sociedade e pelo Contabilista responsável, ou ainda, cópia autêntica de documentos sociais que forem objeto da pauta dessas discussões nas reuniões ou assembleias previstas.

Parágrafo segundo - Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembleias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo terceiro - Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembleias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente perante o órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal aos administradores, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O primeiro procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolve em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A administradora CARMEM SILVA BAZZO declara sob penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de

condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias, na presença de duas testemunhas.

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO - Sócia remanescente

APARECIDO ANTONIO OCAINHA SANTANDER - Sócio egressante

HEINZ KRUEGER - Sócio ingressante

Testemunhas:

Nome: CELIO JOSE MENEGAT
CPF 001.724.741-16
RG 1519308-0 SSP/MT

Nome: ELISANGELA MARCIA PIOVESANA

CPF 027.493.329-23
RG 8059128-4 SSP/MT

Uso da Jucemat

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268583
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 861

HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
(CERTIFICADO O REGISTRO EM: 12/03/2007)

Protocolo: 07/007489-5
SOB Nº: 20070074895-3

Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO

2º SERVIÇO NOTARIAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, S/Nº - CENTRO - OFICIAL TABELA: 14.000



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268575
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 857

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 12/03/2007
SOB Nº: 51900268575
Protocolo: 07/007489-5
Empresa: 51 2 0074914 7
SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES
SECRETARIO GERAL 857

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. HEINZ KRUEGER, brasileiro, natural de Blumenau - SC, casado sob regime de comunhão parcial de bens, nascido aos 03 de fevereiro de 1957, filho de Jens Krueger e de Waltrudes Krueger, empresário, portador do CPF nº 370.589.759-49 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1309805-5, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Rua Jaridel Filho, s/nº, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, constituem uma sociedade limitada, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso (CEP 78320-000), resolvem pelo presente instrumento alterar o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000 e primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio **HEINZ KRUEGER**, acima qualificado, através de seu bastante procurador, Sr. **CRISTIANO GUERINO VOLPATO**, brasileiro, solteiro, maior, servidor público, portador do CPF nº 630.168.931-34 e Cédula de Identidade / RG sob nº 0952345-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, residente e domiciliado na Av. Ipiranga, nº 255, Bairro Golebeiras, na cidade de Curitiba, Estado de Mato Grosso, CEP 78032-035, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo o total de suas quotas equivalente a 19.600 (dezenove mil e seiscentas) quotas no valor de R\$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais) para o sócio que ora ingressa na sociedade, Sr. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermênio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.



CLÁUSULA SEGUNDA: Por força desta alteração contratual o capital social fica assim distribuído:

ORDEN	SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

Parágrafo Único: O sócio ingressante na sociedade RUI DEMILSON BARROS SILVA, declara sob as penas da Lei que não está incluso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possa impedir-lo de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio HEINZ KRUEGER declara haver recebido neste ato a quantia relativa à venda da totalidade de suas quotas de capital ao Cessionário retro mencionado, bem como declara haver também recebido todos os seus direitos e haveres, nada mais tendo a reclamar seja a que título for, nem do Cessionário e nem da sociedade, dando-lhe pelo presente instrumento, plena, rasa, geral irrevogável quitação sobre o ato.

CLÁUSULA QUARTA: O endereço da sociedade que é Rua Evaldo Braga, nº 326, Bairro Módulo 2, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso (CEP 78320-000), passará a ser Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA QUINTA: A administração da sociedade que era da sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, passará ao sócio **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** e **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, com poderes e atribuições de administradores, podendo gerir e administrar a sociedade, ficando desde já autorizado a cada um, o uso do nome empresarial, individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

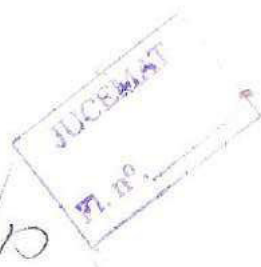
Parágrafo Único – Os sócios administradores declaram, sob pelas da Lei que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na melhor forma de direito e efeito jurídico, os sócios resolvem consolidar o contrato social e posteriores alterações num só instrumento contratual, que passará a vigor, doravante, com a nova redação:

SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ 03.931.109/0001-30
NIRE 51.200.749.147
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria



do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e

2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermênio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000..

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento consolidar o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000 e primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, com sua sede e domicílio na Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDEN	SÓCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de número 01, na Av. Castanhiera, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanhiera, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de número 02, na Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLAUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESTA CATEGORIA PROVEÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS.

- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.

- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)

- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLAUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes em atividades estranhas ao interesse social ou assumir em obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA DECIMA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembleias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembleias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juína – MT., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

Juina-MT, 16 de maio de 2012



CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Sócia remanescente

HEINZ KRUEGER

Procurador: CRISTIANO GUERINO VOLPATO (CPF 630.168.931-34)

Sócio egressante

RUI DEMILSON BARROS SILVA

Sócio ingressante

Testemunhas:

Nome: ADEMIR DALMASC

CPF: 313.804.131-32

RG: 521.710 SSP/MT

Luciana Nando

Nome: CRISTIANE NONATO

CPF: 008.364.121-69

RG: 136.349-7 SSP/MT

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 03/09/2012 SOB Nº: 20120572816

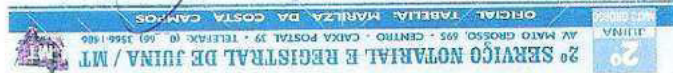
Protocolo: 12/057281-8, DE 16/08/2012

Empresa: 51 2 0074914 7

SOC-SISTEMA JUINENSE DE

COMUNICAÇÃO LTDA

JOAO GILBERTO CALVOSO TEIXEIRA



Reconheço por verdadeira a(s) firma de: RUI DEMILSON

BARROS SILVA

Seio: ACJ-05392 001-22

R\$ 4,50

Juina, 16 de maio de 2012

Mario Ney Costa

Testado Substituto



66. Serviço Notarial
Registral de Imóveis da 3ª Circ
Juina de Agis
Rua de Agis

JUINA
08

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 03.931.109/0001-30

NIRE 51.200.749.147

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000; e
2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento **alterar** o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob n.º 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000; primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007, e segunda alteração nº 20.120.572.818, em sessão de 03 de setembro de 2012, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O endereço da sociedade que é Rua Victor Bernaks, Esquina com Av. Holmis Ioris, nº 218, Bairro Módulo 1, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, passará a ser **Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.**

CLAUSULA SEGUNDA: O endereço da sócia CARMEM SILVIA SILVA BAZZO que é Av. os Jambos, nº 786, Bairro Centro, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, passará a se **Rua 20-A, nº 631 W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000.**

CLÁUSULA TERCEIRA: Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA: Na melhor forma de direito e efeito jurídico, os sócios resolvem consolidar o contrato social e posteriores alterações num só instrumento contratual, que passará a vigor, doravante, com a nova redação:

 : 

**SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**

CNPJ 03.931.109/0001-30

NIRE 51.200.749.147

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1. **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade / RG sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631 W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000; e
2. **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e Cédula de Identidade / RG sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000..

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA com sede Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000, resolvem pelo presente instrumento **consolidar** o contrato social primitivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.200.749.147, em sessão de 14 de julho de 2000; primeira alteração nº 20.070.074.895, em sessão de 12 de março de 2007; e segunda alteração nº 20.120.572.818, em sessão de 03 de setembro de 2012, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0001-30, que se regerá pela Lei nº 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sua sede e domicílio na Av. Hilda Lourdes Persici Pedrotti, nº 831, 1º Andar, Bairro Módulo 4, na cidade de Juina, Estado de Mato Grosso, CEP 78320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDEM	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	20.400	20.400,00	51 %
B	RUI DEMILSON BARROS SILVA	19.600	19.600,00	49 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de numero 01, na Av. Castanheira, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na



data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de numero 02, na Rua Cuiabá, nº 489, Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLAUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESSA CATEGORIA PROVÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS;
- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.
- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)
- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes desde já autorizados, o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à

elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembléias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, com a devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembléias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

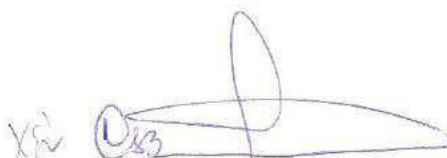
Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e RUI DEMILSON BARROS SILVA declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juína – MT., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

Juína-MT, 20 de agosto de 2013


CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Sócia administradora

1º TAB
Caldas Novas-GO


RUI DEMILSON BARROS SILVA
Sócio administrador

1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE TANGARÁ DA SERRA - MT
Oficial: Antonio Tium de Almeida
Rua Sebastião Ramato, 398-W - Centro - Fone (65) 3339.1400 - Fax 3339.1411 - E-mail: cartitga@terra.com.br

Reconheço por verdadeira a(s) firma(s) de:

[LMBVw1x0] - CARMEM SILVIA SILVA BAZZO.....

Dou fé. Em Testemunho da verdade.

Tga da Serra-MT, 13 de Dezembro de 2013

ELIANE DIAS DOS SANTOS ESCRIVENTE AUTORIZADA
ELIANE DIAS DOS SANTOS

Selo: AJC47107 - Valor: 4,80

Cod Ato: 22 - Cod Serv.: 175

Hora: 09:41:50

Consulte, www.tjmt.jus.br/selo

Selo do Controle Digital

Testemunhas:


Nome: CLAYTON ROSA MAFRA FILHO.....

CPF: 015.150.852-60.....

RG: 31.78.234..... SSP/RO.


Nome: ALCIR HALMENSCHLAGER.....



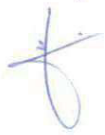
CPF: 0.24.463.491-29.....

RG: 19.369.411-7..... SSP/MT

Para uso da JUCEMAT

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 14/01/2014 SOB Nº: 20140007245
	Protocolo: 14/000724-5, DE 11/01/2014
	Empresa: 51.2 0074914-7 EJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
	
NARJARA BAIRRES SECRETARIA GERAL 1391644	

SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL
CNPJ 03.931.109/0001-30 NIRE 51.200.749.147




CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e carteira de identidade sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631-W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000;

RUI DEMILSON BARROS SILVA, brasileiro, natural de Rio Verde - GO, solteiro, maior, nascido aos 22 de maio de 1960, filho de João Hermenio da Silva Filho e de Durcelina Rosa Barros, empresário, portador do CPF nº 147.535.611-00 e carteira de identidade sob nº 1.213.513 (2ª Via), expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, residente e domiciliado na Alameda do Contorno, nº 6.680, Quadra B, Lote 4/7, Bairro Centro, na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, CEP 75690-000.

Sócias da sociedade limitada de nome empresarial **SJC – SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, sob **NIRE nº 51200749147**, com sede Av Hilda Lourdes Persici Pedrotti, 831, 1º Andar, Módulo 4 Juína, MT, CEP 78.320-000, devidamente inscrita no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.931.109/0001-30**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ENDEREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA. A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000.

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA QUARTA. JOAO LUIZ SILVA BAZZO admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 24/03/1965, casado, empresário, CPF/MF nº 542.528.909-00, carteira de identidade nº 4.014.132-4, órgão expedidor SSP - PR, residente e domiciliado no(a) Rua Oiti, nº. 392 N, Modulo 03, Juína, MT, CEP 78.320-00, BRASIL.

Retira-se da sociedade o sócio **RUI DEMILSON BARROS SILVA**, detentora de 19.600(Dezenove Mil e Seiscentos) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB
Juiz de Fora, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

CLÁUSULA QUINTA. O sócio **RUI DEMILSON BARROS SILVA** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 19.600,00 (Dezenove Mil e Seiscentos Reais), direta e irrestritamente ao sócio **JOAO LUIZ SILVA BAZZO**, da seguinte forma: cede e transfere o capital, em moeda corrente nacional, dando plena, geral e irrevogável quitação.

A sócia **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO** transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), direta e irrestritamente ao sócio **JOAO LUIZ SILVA BAZZO**, da seguinte forma: cede e transfere o capital, em moeda corrente nacional., dando plena, geral e irrevogável quitação.

O capital fica assim distribuído:

ORDE M	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	400	400,00	1 %
B	JOAO LUIZ SILVA BAZZO	39.600	39.600,00	99 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) **CARMEM SILVIA SILVA BAZZO**, ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) **JOAO LUIZ SILVA BAZZO** com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA OITAVA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA NONA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social passa a ser Juína - MT.

CLÁUSULA DÉCIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB

Cuiabá, 08/05/2017

Julio Frederico Muller Neto
Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO, brasileira, natural de Icaraima - PR, solteira, maior, nascida aos 04 de maio de 1966, filha de João Vicente Bazzo e de Maria do Carmo Silva Bazzo, empresária, portadora do CPF nº 570.511.789-20 e Cédula de Identidade sob nº 3.866.637-1, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, residente e domiciliada na Rua 20-A, nº 631-W, Bairro Jardim Tangará II, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, CEP 78300-000;

JOAO LUIZ SILVA BAZZO admitido neste ato, nacionalidade brasileira, nascido em 24 de Março de 1965, filho de João Vicente Bazzo e Maria do Carmo Silva Bazzo, solteiro, empresário, CPF/MF nº 542.528.909-00, carteira de identidade nº 4.014.132-4, órgão expedidor SSP - PR, residente e domiciliada no(a) Rua Oiti, nº. 392 N, Modulo 03, Juína, MT, CEP 78.320-00, BRASIL.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação comercial de **SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sede Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000, resolvem pelo presente instrumento **consolidar** o contrato social primitivo arquivado na **Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob Nº. 51200749147**, inscrita no **CNPJ sob nº 03.931.109/0001-30**, que se regerá pela Lei nº. 10.406/2002 (novo código civil) e, supletivamente pela Lei nº. 6.404 de 15/12/1976 e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **SJC – SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA**, com sua sede e domicílio na Av. Odair Luiz Veronese, nº. 196 N, 1º Andar, Setor 04 Quadra AV25 Lote B, Bairro Modulo 04, Juína, MT, CEP 78.320-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído pelos sócios:

ORDE M	SOCIOS	QUOTAS	VALOR	%
A	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO	400,00	400,00	1 %
B	JOAO LUIZ SILVA BAZZO	39.600	39.600,00	99 %
TOTALIZANDO		40.000	40.000,00	100,0 %

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantém a filial de numero 01, na Av. Castanheira, nº 193, Bairro Centro, na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso, CEP 78345-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.575, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0002-11, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém a filial de numero 02, na Rua Cuiabá, nº 489,



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017

Júlio Frederico Muller Neto
Júlio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

Bairro Centro, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, CEP 78350-000, arquivada na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 51.900.268.583, na data de 12/03/2007, inscrita no CNPJ nº 03.931.109/0003-00, com o mesmo ramo de atividade da Matriz, para a qual fica destacado do capital da Matriz, a cifra de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para fins e efeitos fiscais

CLAUSULA QUINTA: O objeto social é:

(6010-1/00) ATIVIDADES DE RÁDIO QUE COMPREENDE:

- ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO (BROADCASTING) ATRAVÉS DE INSTALAÇÕES E ESTÚDIOS DE RÁDIO E DE TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO PARA O PÚBLICO EM GERAL, PARA EMISSORAS DE RÁDIO AFILIADAS OU PARA ASSINANTES; A RECEITA DAS UNIDADES NESSA CATEGORIA PROVÉM DA VENDA DE ESPAÇO PUBLICITÁRIO, VENDA DE PROGRAMAS, DOAÇÕES E SUBSÍDIOS.
- ATIVIDADES DE CADEIAS RADIOFÔNICAS, ISTO É, A MONTAGEM E TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DE ÁUDIO PARA ASSINANTES, COM O USO DE TECNOLOGIA POR MICROONDAS, CABO OU SATÉLITE.
- AS ATIVIDADES DE DIFUSÃO DE PROGRAMAS DE RÁDIO VIA INTERNET (EMISSORAS DE RÁDIO NA INTERNET)
- A DIFUSÃO DE DADOS INTEGRADA COM A DIFUSÃO DE SINAIS DE ÁUDIO

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade iniciou suas atividades na data de 14 de julho de 2000 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: A administração da sociedade caberá aos sócios: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e JOAO LUIZ SILVA BAZZO, com os poderes e atribuições de administradores, podendo agir e administrar a sociedade, ficando-lhes desde já autorizados, o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerarem ou alienarem bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

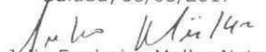
CLÁUSULA DECIMA: Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

quando for o caso.

Parágrafo primeiro – As publicações das contas da administração da sociedade e os anúncios de convocação das Reuniões de Sócios, ficam dispensadas, quando todos os sócios da sociedade declararem por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia, da reunião a ser realizada, bem como, declararem ter recebido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias à data da reunião, os documentos do Balanço e Demonstrações Financeiras do exercício social a ser analisado, devidamente assinados pelos administradores e pelo Contabilista responsável, ou da cópia autenticada de documentos que forem objeto da pauta de discussão dessas reuniões.

Parágrafo Segundo – Tornar-se-ão dispensáveis, as reuniões ou assembléias de sócios, quando todos os sócios, decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de tais convocações, coma devida manifestação expressa das deliberações que forem tomadas.

Parágrafo Terceiro – Todas as deliberações sociais tomadas em reuniões ou assembléias de sócios, passarão a ter eficácia jurídica, a partir do arquivamento da Ata competente, perante ao órgão de Registro do Comércio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os sócios poderão, por deliberação da maioria do capital social, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, para os administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotados em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Administradores CARMEM SILVIA SILVA BAZZO e JOAO LUIZ SILVA BAZZO declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro de Juína – MT, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias, de igual teor e forma.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612

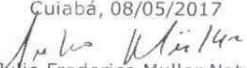
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017

NIRE: 51200749147

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME

Chancela: **628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB**

Cuiabá, 08/05/2017


Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral

Juína - MT, 20 de fevereiro de 2017.

2º

CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
CPF: 570.511.789-20

[Handwritten signature]

2º Ofício
Rui Demilson Barros Silva

RUI DEMILSON BARROS SILVA
CPF: 147.535.611-00

[Handwritten signature]

2º Ofício
João Luiz Silva Bazzo

JOAO LUIZ SILVA BAZZO
CPF: 542.528.909-00

2º. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL QD. 701 B. L. 01 L. 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIANT - BRASILIA/DF
CNPJ/ME 00.478.421/0001-80
CE/DF 07.455.140/001-38

RECONHECO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
[5KvIO2F3]-RUI DEMILSON BARROS SILVA...

Em testemunho... da verdade.
BRASILIA, 03 de Março de 2017
selo: 1JDFT20170020152757YPEZ
Para consultar acesse: www.tjdft.jus.br

GOIANIO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
RAMILO SIMOES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
HENRIQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
IRITA OLIDES B. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
KENIA VIRGINIA F.R. ANDRADE -
ESC. NOT. AUT.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
Certifico o Registro em 05/05/2017 sob nº 20170379612
Protocolo: 17/037961-2 de 03/05/2017
NIRE: 51200749147
SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Chancela: 628EF-E97C3-B8371-F7A22-A2455-8F902-EC740-432BB
Cuiabá, 08/05/2017

[Handwritten signature]
Julio Frederico Muller Neto
Secretário Geral



2º SERVIÇO NOTARIAL

CNPJ 03.953.890/0001-44

Rua Antônio José da Silva nº 255-W - Centro - Fone (65) 3326-1017 CEP 78300-000 - Tangará da Serra - MT
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Selo: AWO 29680 Cod.: 22 R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90

Consulte: www.jm.gov.br/seios Cod. Cartório 176 10.40.44

Tangará da Serra-MT, 21 de fevereiro de 2017

Dou Fé. Em testemunho () da Verdade

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - Atos de Notas e Registros
Reconheço por Verdadeira a Firma de: CARMEM SILVIA SILVA BAZZO

Elyssia Palloma Firmino de Araújo

Escrevente Autorizada

Att: JEANINI

Selo: AWO 29680 Cod.: 22

R\$ 5,90



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE JUINA / MT
Av. Mato Grosso, 104 N - Centro - Juina - MT
Caix Postal 39 - Fone/Fax: (68) 3566-1486
Marilza da Costa Campos - Oficial

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Codigo de Serventia: 91 - Atos de Notas e de Registro

Reconheço por verdadeira a(s) firma de: JOAO LUIZ SILVA
BAZZO Termo: 79025

R\$ 5,90 Selo: AVY-13273 Cod.: 22

20 de fevereiro de 2017

Mario Ney Costa

e-mail: servicodejuina2@hotmail.com

Tabelaio Substituto

Consulte: www.jm.gov.br/seios



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda.	CNPJ: 03.931.109/0001-30	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Brasnorte	UF: MT
Validade da Outorga: vencida	Período: 2015-2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0495237, fl.3
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	PENDENTE	evento SEI n.º
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	PENDENTE	evento SEI n.º

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 3235138
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.5
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3234676
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.4
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3234699, fl.2
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n. 0495237 fl. 8(federal); fl.7 (estadual) fl.6 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n. 3234699, fl.1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n. 0495237 fl.8 (INSS) fl.9 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.3
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1542770

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	06/08/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº 53900.016488/2015-02

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado (eventos SEI n.º1542770, n.º1542771, n.º1542772), pela SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminho os autos à CGPO_REGIONAIS, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Faço o destaque, no evento SEI n.º1542769, a Interessada solicita a substituição do transmissor principal e auxiliar.

3. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235357** e o código CRC **33503717**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3235357

NOTA TÉCNICA Nº 17598/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53900.016488/2015-02

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 2.726/2017/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1663299), concluiu pela expedição do Ofício n.º 4.757/2016/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 1663353), à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.025277/2017-12 , acompanhado dos documentos exigidos.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º 3235175), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

4.1. Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235185** e o código CRC **FD0188B9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 30998/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. (03.931.109/0001-30)

Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4

72320 000 Juína/MT

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53900.016488/2015-02.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17.598/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 06/08/2018, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3235291** e o código CRC **0E10480A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30998/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.016488/2015-02 - Nº SEI: 3235291

Data de Envio:

06/08/2018 17:18:55

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <coror@mctic.gov.br>

Para:

cgfi@mctic.gov.br

Assunto:

Despacho

Mensagem:

Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do representante legal

ANEXO


DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Zimbra**marluce.oliveira@mctic.gov.br****Re: Despacho****De :** cgfi@mctic.gov.br

Seg, 06 de ago de 2018 17:47

Assunto : Re: Despacho 1 anexo**Para :** coror <coror@mctic.gov.br>**Cc :** Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

À Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR

Prezado(a) responsável,

Em atenção à solicitação copiada abaixo, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte/MT, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

Att,

----- Mensagem original -----

De: "coror" <coror@mctic.gov.br>

Para: cgfi@mctic.gov.br

Enviadas: Segunda-feira, 6 de agosto de 2018 17:18:55

Assunto: Despacho

Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhora Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte estado do Mato Grosso, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



Relatório do Canal - BRASNORTE.pdf

101 KB

Data de Envio:

07/08/2018 09:14:12

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

contaudit@contaudit.com.br
vanderleijuina@hotmail.com
ivanpereira23@hotmail.com
ffonseca.eng@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3235291.html
Requerimento_3235426_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA__2018.pdf
Nota_Tecnica_3235185.html

SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

Avenida Odair Luiz Veronese, n.º 196N, 1º Andar, Setor 4 Quadra AV25 Lote B, Bairro Módulo 04
78320-000 Juína – MT

Brasnorte/MT, 15 de agosto de 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES-MCTIC

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outogas

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Anexo – S/300 – Ala Oeste

Brasília – DF

Assunto : Renovação de Outorga
Serviço : FM (Frequência Modulada)
Canal : 251 - Classe C
Localidade : Brasnorte/MT

REFERÊNCIA Processo n. 53900.016488/2015-02

Ofício nº 31911/2018/SEI-MCTIC

Nota Técnica nº 18056/2018/SEI-MCTIC

O SJC-SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM, na cidade de BRASNORTE/MT, vem apresentar a documentação solicitada por meio do Ofício supracitado e reiterar o interesse na renovação de outorga da emissora.

Informamos que foi realizada a atualização dos equipamentos transmissores principal e auxiliar no Sistema Mosaico-SCR da Anatel. Para tanto, anexamos o espelho do sistema constando a comprovação dos fabricantes, modelos e homologações dos referidos equipamentos.

No mais aguardamos deferimento da renovação da outorga para o período de 30/03/2015 a 30/03/2025 e aproveitamos para apresentar nossos votos de estima e consideração.

Nestes termos pede deferimento.



João Luiz Silva Bazzo

CPF: 542.528.909-00

Sócio Administrador

SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

**Avenida Odair Luiz Veronese, n.º 196N, 1º Andar, Setor 4 Quadra AV25 Lote B, Bairro Módulo 04
78320-000 Juína – MT**

D E C L A R A Ç Ã O

Na qualidade de representante legal da SJC- SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, declaro que o Sr. Fábio Fonseca esteve nesta cidade de Brasnorte/MT no dia 30/11/2016, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM.



(assinatura)

nome: **João Luiz Silva Bazzo**

CPF: 542.528.909-00

cargo que exerce na entidade: Sócio Administrador

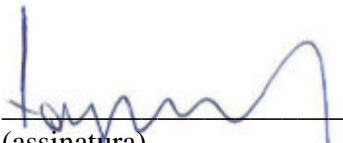
SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.931.109/0001-30

**Avenida Odair Luiz Veronese, n.º 196N, 1º Andar, Setor 4 Quadra AV25 Lote B, Bairro Módulo 04
78320-000 Juína – MT**

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações do SJC-SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA localizada na cidade de BRASNOTE no Estado do Mato Grosso no dia 30/11/2016. O presente laudo consta de 04 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso".



(assinatura)

nome: Fábio Fonseca

nº de Registro no CREA: 12250/D-DF

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SJC - SISTEMA JUIINENSE DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3453-6896	E-mail:
CNPJ: 03.931.109/0001-30	Número do Fistel: 50401480704
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSC52/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Odair Luiz Veronese	Complemento: – 1º Andar – Setor 4 – Quadra AV25 – Lote B	
Bairro: Módulo 04	Numero: 196 N	
Município: Juína	UF: MT	CEP: 78320000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA CUIBÁ QD 47 LOT 05	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 489	
Município: Brasnorte	UF: MT	CEP: 78350000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA CUIABÁ QD 47 LOT 05	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 489	
Município: Brasnorte	UF: MT	CEP: 78350000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Brasnorte	UF: MT
Latitude: -12.155	Longitude: -57.97889

Parâmetros Técnicos			
Canal: 251	Frequência: 98.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689549385	Número Indicativo: ZYR426

Data Último Licenciamento: 03/08/2015

Número da Licença: 000006/2015-MT

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -12.155	Longitude: -57.979	Cota da base: 251.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1200
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .077 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCC - 7/8	Fabricante: KMP - CABOS ESECAIS E SISTEMAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.10 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM-ANEL-02	Fabricante: IDEAL - INDUSTRIA DE ANTENAS LTDA				
Ganho: .06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 59.5 m	ERP Máximo: 0.16 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	10°: 1.39	20°: 1.74	30°: 1.9	40°: 1.7	50°: 1.31	60°: 1.02	70°: 0.96	80°: 0.99	90°: 1.02	100°: 1.02	110°: 1.02
120°: 1.02	130°: 1.02	140°: 1.02	150°: 1.02	160°: 1.02	170°: 1.02	180°: 1.02	190°: 1.04	200°: 1.06	210°: 1.02	220°: 0.87	230°: 0.65
240°: 0.44	250°: 0.26	260°: 0.1	270°: 0	280°: 0	290°: 0.02	300°: 0.14	310°: 0.41	320°: 0.76	330°: 1.02	340°: 1.08	350°: 1.06

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .077 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.16 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	425	Portaria	MC	22/03/2002	28/03/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	590	Portaria	MC	31/07/2007	09/08/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	439	Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66790	Ato	CMPRL	28/08/2007	29/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	5002	Portaria	MC	05/11/2015	18/11/2015	Multa	Jurídico

53500.067535/2017-42	11088	Ato	ORLE	08/08/2017	28/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
----------------------	-------	-----	------	------------	------------	-----------------------------------	---------

Horário de funcionamento							

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (65) 3453-6896	E-mail:
CNPJ: 03.931.109/0001-30	Número do Fistel: 50401480704
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/03/2005	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSC52/96;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Odair Luiz Veronese	Complemento: – 1º Andar – Setor 4 – Quadra AV25 – Lote B	
Bairro: Módulo 04	Numero: 196 N	
Município: Juína	UF: MT	CEP: 78320000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA CUIBÁ QD 47 LOT 05	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 489	
Município: Brasnorte	UF: MT	CEP: 78350000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA CUIABÁ QD 47 LOT 05	Complemento:	
Bairro: -	Numero: 489	
Município: Brasnorte	UF: MT	CEP: 78350000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Brasnorte	UF: MT
Latitude: -12.155	Longitude: -57.97889

Parâmetros Técnicos			
Canal: 251	Frequência: 98.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 689549385	Número Indicativo: ZYR426

Data Último Licenciamento: 03/08/2015 Número da Licença: 000006/2015-MT

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -12.155	Longitude: -57.979	Cota da base: 251.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1200
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .077 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCC - 7/8	Fabricante: KMP - CABOS ESECAIS E SISTEMAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.10 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FM-ANEL-02	Fabricante: IDEAL - INDUSTRIA DE ANTENAS LTDA				
Ganho: .06 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 59.5 m	ERP Máximo: 0.16 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.11	10°: 1.39	20°: 1.74	30°: 1.9	40°: 1.7	50°: 1.31	60°: 1.02	70°: 0.96	80°: 0.99	90°: 1.02	100°: 1.02	110°: 1.02
120°: 1.02	130°: 1.02	140°: 1.02	150°: 1.02	160°: 1.02	170°: 1.02	180°: 1.02	190°: 1.04	200°: 1.06	210°: 1.02	220°: 0.87	230°: 0.65
240°: 0.44	250°: 0.26	260°: 0.1	270°: 0	280°: 0	290°: 0.02	300°: 0.14	310°: 0.41	320°: 0.76	330°: 1.02	340°: 1.08	350°: 1.06

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: .077 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0.16 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	425	Portaria	MC	22/03/2002	28/03/2002	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	590	Portaria	MC	31/07/2007	09/08/2007	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	439	Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	66790	Ato	CMPRL	28/08/2007	29/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	5002	Portaria	MC	05/11/2015	18/11/2015	Multa	Jurídico

53500.067535/2017-42	11088	Ato	ORLE	08/08/2017	28/08/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
----------------------	-------	-----	------	------------	------------	-----------------------------------	---------

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Processos da Coordenação-Geral de Pós-Outorga em análise na Regional do Rio de Janeiro

NOTA INFORMATIVA Nº 2395/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: **53900.016488/2015-02.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de laudo técnico de estação de radiofrequência operando no canal 251 (duzentos e cinquenta e um), classe C, encaminhado pela **SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.931.109/0001-30, permissionária de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Brasnorte/MT, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes, pelo art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir formulário de requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do do art.4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, **acompanhado da documentação exigida para habilitação à época do protocolo do requerimento de renovação de outorga.**

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada, composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, documento SEI nº 01250.005349/2016-24, eventos SEI nº 1542770(Laudo) e

1542773(Art) e documento SEI nº 01250.048552/2018-57, evento SEI nº 3269998(Declarações e Relatório do Canal com novos transmissores), atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorgas - COROR informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 22/08/2018, às 15:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Coordenadora do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado do Rio de Janeiro**, em 22/08/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3278588** e o código CRC **99BFB439**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 3519/2018/SEI-MCTIC**Processo nº 01250.030833/2017-72****Assunto: ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO.** Alteração Contratual/Estatutária.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no municípios de Brasnorte, Castanheira e Juína, estado de Mato Grosso, por intermédio da qual apresenta 4ª Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

ANÁLISE

2. O requerimento inicial encontra-se firmado pelo Sr. João Luiz Silva Bazzo, intitulado representante legal da Entidade, nos termos do instrumento de alteração contratual. Desta forma, considerando a comprovação da legitimidade do subscritor do requerimento, o pedido passa a ser conhecido por esta Pasta, dando condições de prosseguimento da análise.

3. Acompanhado do requerimento em questão, constata-se o encaminhamento da 4ª Alteração Contratual, realizada em 20/02/2017, registrada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso -JUCEMAT sob o nº 20170379612, em 05/05/2017 que dispõe sobre transferência indireta da outorga com modificação de quadro diretivo. Além desse instrumento, foi acostada, ainda, a (i) certidão da Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente) e (ii) prova de condição de brasileiro nato/naturalizado, relativos aos sócios/diretores da Entidade.

4. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério são decorrentes do Contrato Social, quando do Ato de Outorga, a seguir dispostos:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Carmem Silvia Silva Bazzo	10.000	10.000,00
Aparecido A. O. Santander	10.000	10.000,00
TOTAL	20.000	20.000,00

NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Sócia-Gerente

5. Infere-se da mesma Pasta, que a última Alteração Contratual conhecida por este Ministério é a de nº 3 realizada em m 20.08.2013, registrada na JUCEMAT sob o nº 20140007245, em 14.01.2014, que trata sobre alteração de endereço da sede e de sócio. No tocante as composições societária e diretiva, a última composição conhecida refere-se 2ª Alteração Contratual e Consolidação do Contrato Social realizada em 16.05.2012, registrada na JUCEMAT sob o nº 20120572818, em 03.09.2012, conforme demonstra-se abaixo:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Carmem Silvia Silva Bazzo	20.400	20.400,00
Rui Demilson Barros Silva	19.600	19.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora

Rui Demilson Barros Silva	Administrador
----------------------------------	----------------------

6. Já de acordo com o que se observa do instrumento da Alteração Contratual apresentado no bojo deste processo, constata-se que os quadros societário e diretivo da empresa passaram a ser constituídos da seguinte forma:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Carmem Silva Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

NOME	CARGO
Carmem Silva Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

7. Observa-se que a Alteração Contratual apresentada, apesar de independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017), *in verbis*:

(...) as alterações contratuais ou estatutárias deverão ser encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato, acompanhadas de todos os documentos que comprovam atendimento à legislação em vigor, nos termos regulamentares;

7.1. Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (26/05/2017) e do registro da operação (05/05/2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

8. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 2660405), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; (ii) declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64/1990.

9. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 19/02/2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 2660087).

10. Por fim, considerando que a 4ª Alteração Contratual já se encontra registrada, bem como a constatação da regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

CONCLUSÃO

11. Diante do exposto, opina-se pela remessa de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta, e dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica a 4ª Alteração Contratual, atualização dos sistemas pertinentes, e ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 20/02/2018, às 18:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 20/02/2018, às 19:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2660423** e o código CRC **82245384**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.030833/2017-72

SEI nº 2660423

BOA TARDE
Altair de Santana PereiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: carmem silvia silva

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARMEM SILVIA SILVA	570.511.789-20	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	400	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 27/08/2018

Hora: 14:51:40



BOA TARDE
Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda



Dados da consulta



Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 542.528.909-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO LUIZ SILVA BAZZO	542.528.909-00	SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MT	Brasnorte
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Juína
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Castanheira
		SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICACAO LTDA	03.931.109/0001-30	Sócio	39600	0,00%	0,00%	FM	--	MT	Brasnorte

Usuário: anatel\altair.mc - Altair de Santana Pereira

Data: 27/08/2018

Hora: 15:01:34



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Altair de Santana Pereira**

Data/Hora: **27/08/2018 15:08:17**

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: MT
Município: Brasnorte
Frequência: 98,1 MHz
Classe: C
Canal: 251

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SJC - SISTEMA JUIINENSE DE COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 689549385
Primeiro Licenciamento: 03/08/2015 15:30:03

Fistel: 50401480704
CNPJ: 03.931.109/0001-30
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 03/08/2015 15:30:03

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

+ Documentos Emitidos


Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	425		Portaria	MC	22/03/2002	28/03/2002	Outorga	Jur. ▼
	439		Decreto Legislativo	CN	13/08/2004	16/08/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
	590		Portaria	MC	31/07/2007	09/08/2007	Aprovação de Local	Téc. ▼
	66790		ATO	CMPRL	28/08/2007	29/08/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Téc. ▼
	5002		Portaria	MC	05/11/2015	18/11/2015	Multa	Jur. ▼

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

canal 251

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 28/03/02	
Página: 125	Sessão: 1
ANOTADO POR: 	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 425 , DE 22 DE MARÇO DE 2002.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53670.001456/2000, Concorrência nº 077/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 519, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Anruocana de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anruoca, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO RADIO E TV EDUCATIVA DE JUÍNA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 779, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio e TV Educativa de Juína para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à JEA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão à Jea Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO CULTURAL E DESPORTIVA DE DORMENTES - ACSCDD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dormentes, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 866, de 31 de maio de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural e Desportiva de Dormentes - ACSCDD a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dormentes, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 438, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALOM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 892, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Shalom a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão ao SJC - SISTEMA JUIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, que outorga permissão ao SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 440, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE REGIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 124, de 14 de março de 2001, que renova, a partir de 16 de junho de 1991, a permissão outorgada à Sociedade Regional de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 441, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ARTÍSTICA IMACULADA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carandá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 416, de 20 de março de 2002, que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural e Artística Imaculada para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carandá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 442, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à PARAÍSO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 700, de 22 de novembro de 2001, que renova, a partir de 26 de fevereiro de 1996, a permissão outorgada à Paraíso FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOÃO KENNEDY GOMES BATISTA PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE EMAS - FJKGB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Emas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 450, de 22 de março de 2002, que autoriza a Fundação João Kennedy Gomes Batista para o Desenvolvimento Comunitário de Emas - FJKGB, a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Emas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 444, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ITAMARATI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 510, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação de Moradores do Itamarati a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 2004
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

03.131.109/0004-30

Av. dos Iambos, 756 - Centro - Juízo Me

CER: 78-320-000

100-100000

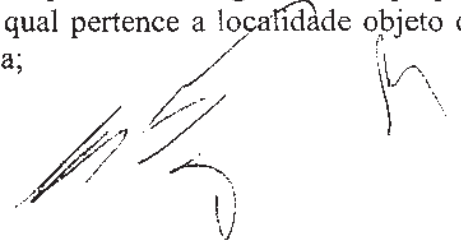
10

- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;



- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.


Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada premissa, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



Ministro de Estado das Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53900.016488/2015-02		
Entidade: SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda.	CNPJ: 03.931.109/0001-30	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Brasnorte	UF: MT
Validade da Outorga: vencida	Período: 2015 a 2025	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	evento SEI n.º 0495237, fl.3
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.2
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.3
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.3
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.3
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.3
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	evento SEI n.º 3245436, fl.3

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	evento SEI n.º 3235138)
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.5
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	evento SEI n.º 3234676
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.4
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	evento SEI n.º 3234699, fl.2
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	evento SEI n. 0495237 fl. 8(federal); fl.7 (estadual) fl.6 (municipal)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	evento SEI n. 3234699, fl.1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	evento SEI n. 0495237 fl.8 (INSS) fl.9 (FGTS)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	evento SEI n.º 1450188, fl.3
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	evento SEI n.º 1542770

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	Não se aplica	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	Não se aplica	

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Rafael Ferreira Larcher CARGO: Coordenador de Renovação de Outorga	27/08/2018

NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.016488/2015-02

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º 3303285, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º3303285, fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da razão da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De

acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º 53900.022035/2015-15, e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3302417.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de

infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º3234676). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º1450188, fl.4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.030833/2017-72. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3302741), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI nº 3303147).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.

13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).

13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador)

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3303147, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3236160).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.395/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3278588), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 27/08/2018, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/08/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 27/08/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3302418** e o código CRC **88058F64**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3302418



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADOS: SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2731868):

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º [3303285](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º [3303285](#), fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

3. De acordo com a Secretaria, o presente processo foi instaurado de ofício em razão da ausência de pedido de renovação pela interessada. Contudo, no curso do processo, a entidade manifestou interesse em continuar explorando o serviço. Desse forma, considerando o disposto na Lei nº 13.424/2017, resultante da conversão da Medida Provisória nº 747, de 2016, a qual estabelece em seu art. 2º que o Poder Público deverá conhecer do pedido de renovação feito de forma intempestiva, o pleito teve seguimento, conforme esclareceu a Secretaria em sua manifestação, *in verbis*:

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da razão

da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º [53900.022035/2015-15](#), e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

4. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, *b*, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de

radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "*os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais*".

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "*durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga*", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "*caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário*".

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado intempestivamente. Sobre o assunto, vale repisar que a Lei nº 13.424/2017 determinou, em seu art. 2º, que "*os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor*". Desse modo, o órgão competente prosseguiu com o processo, constando ao final que a entidade atendeu aos requisitos legais.

20. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3302418).

21. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
 X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

23. Verificamos que a interessada apresentou todas as declarações exigidas, conforme se verifica do Doc. SEI nº 3245436, constante do protocolo nº 01250.046540/2018-98. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

24. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3235138, fls. 1/28) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 1450188, fl. 5), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3.519/2018/SEI-MC** (Doc. SEI nº 3302741), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.030833/2017-72](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colaciona nestes autos sob o evento SEI n.º [3302741](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

25. Para demonstrar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial, exigido pela legislação de regência (doc. SEI nº 3234676) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (doc. SEI nº 1450188, fl. 4). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *"Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3234676](#)). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [1450188](#), fl.4)"*.

26. A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (docs. SEI nº 0495237, fls. 6/9 - protocolo nº 53900.022035/2015-15 e nº 3234699). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

27. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 2395/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 3278588)**, segundo a qual *"o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art.113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga"*.

28. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3303147](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3236160](#)).

29. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. É o que denota o Relatório extraído do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (Doc. SEI nº 3303147), manifestando-se a Secretaria de Radiodifusão nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI nº [3303147](#)).

- 13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.
- 13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).
- 13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador)

30. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

31. Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

32. Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

34. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 5 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL
Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 165656109 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 11-09-2018 15:50. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01381/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADO: SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

1. Aprovo o **PARECER Nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Coordenadora de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 12 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação
Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016
Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 169090707 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 12-09-2018 15:22. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



PORTARIA Nº 4693/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/09/2018, às 18:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357824** e o código CRC **38760B46**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/09/2018, às 18:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3357883** e o código CRC **F4F5B89C**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 36741/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. (03.931.109/0001-30)

Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4

72320 000 Juína/MT

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação – Processo nº 53900.016488/2015-02

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 17/09/2018, às 08:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3368283** e o código CRC **58FEED88**.



001-9

00190.00009 02941.021004 00068.699172 1 76710000033040

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000068699
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 08/10/2018		Valor documento 330,40	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4
Juína, MT - CEP: 78320-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4969168 enviado em 18/09/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00068.699172 1 76710000033040

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 08/10/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 18/09/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 18/09/2018	Nosso número 00029410210000068699	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 330,40	(=) Valor documento 330,40	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4969168 enviado em 18/09/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

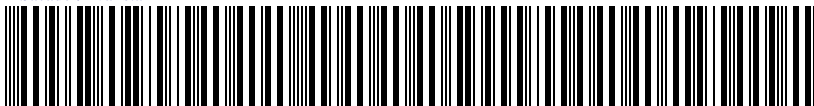
Sacado

SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Av. Hilda Lourdes Persici Pedreotti, n.º 831, 1º andar, Módulo 4
Juína, MT - CEP: 78320-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 18/09/2018 11:45:12**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA**Ofício:** 4969168**Data prevista de publicação:** 19/09/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11084972	ATO PORTARIA Nº 4693_53900.016488.2015.02.rtf	f8105b24faf89ec1 db2ea5569b6de78f	10,00	
	Total da matéria		10,00	R\$ 330,40
TOTAL DO OFICIO			10,00	R\$ 330,40

Data de Envio:

18/09/2018 11:59:45

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

contaudit@contaudit.com.br
vanderleijuina@hotmail.com
ivanpereira23@hotmail.com
ffonseca.eng@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3368283.html
Boleto_3374770_BOLETO_PORT_4693_53900.016488.2015.02.pdf
Comprovante_3374782_RECIBO_PORT_4693_53900.016488.2015.02.pdf

Data de Envio:

28/09/2018 11:37:05

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

contaudit@contaudit.com.br
vanderleijuina@hotmail.com
ivanpereira23@hotmail.com
ffonseca.eng@gmail.com

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 53900.016488/2015-02

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Comprovante_3374782_RECIBO_PORT_4693_53900.016488.2015.02.pdf
Boleto_3374770_BOLETO_PORT_4693_53900.016488.2015.02.pdf
Oficio_3368283.html

PORTARIA Nº 4.192 - SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.023570/2016-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva, com CNPJ nº 18.392.966/0001-87 e sede à Rua do Mangueirão, nº 377, Bairro Estiva, na localidade de São Luís/MA, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 106,3MHz (Canal 292).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.693 - SEI, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro e 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO
PARANÁ E SANTA CATARINA****ATO Nº 7.382, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018**

Processo nº 53516.013692/2018-40, Expede à FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA, CNPJ nº 77.737.831/0001-75 autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSE FRANCISCO ZEMANN
Gerente**GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO****ATO Nº 7.333, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018**

Outorga autorização à MUNICIPIO DE PERUIBE, CNPJ nº 46.578.514/0001-20 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente**ATOS DE 1º DE OUTUBRO DE 2018**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.360 - MUNICIPIO DE ARARAQUARA, CNPJ nº 45.276.128/0001-10;

Nº 7.369 - MECANICA CAPELA LTDA - ME, CNPJ nº 67.503.490/0001-10

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente**ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.273 - FERRARI AGROINDUSTRIA S/A, CNPJ nº 54.846.951/0001-05;

Nº 7.284 - VOA SP SPE S.A., CNPJ nº 28.102.118/0001-40

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente**ATOS DE 27 DE SETEMBRO DE 2018**

Outorga autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao):

Nº 7.295 - ASSOCIACAO AMIGOS DO KURUMIN, CNPJ nº 08.872.672/0001-07;

Nº 7.306 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ nº 59.952.259/0001-85;

Nº 7.311 - GARCIA AVIACAO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 00.928.376/0001-60

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente**ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2018**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 7.164 - AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZENS GERAIS S.A, CNPJ nº 04.272.637/0001-98;

Nº 7.189 - AGFA GEVAERT DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 00.980.360/0001-05

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ,
RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ****ATO Nº 7.281, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018**

Expede autorização à RADIO CURRAIS NOVOS LTDA, CNPJ nº 08.386.575/0001-04 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ,
MARANHÃO E AMAPÁ****ATO Nº 7.125, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018**

Processo nº 53569.002432/2018-23. Expede autorização à BOXER SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13155084000184, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente**ATOS DE 26 DE SETEMBRO DE 2018**

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.267 - Processo nº 53569.002494/2018-35. TAPAJÓS VIGILÂNCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 28902654000200.

Nº 7.268 - Processo nº 53569.002421/2018-43. Expede autorização ao ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A, CNPJ nº 03024422000195.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente**ATO Nº 7.358, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018**

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à IMERYS RIO CAPIM CAULIM SA, CNPJ nº 16.532.798/0003-14 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente**SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS
À PRESTAÇÃO****ATOS DE 2 DE OUTUBRO DE 2018**

Nº 7389 Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/10/2018 a 31/10/2018.

Nº 7.390 Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 01/10/2018 a 20/10/2018.

Nº 7.391 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 30/09/2018 a 03/10/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente**CONSULTA PÚBLICA Nº 33, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.044483/2018-17, a proposta de Alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom. O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 14 de outubro de 2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL****PORTARIA Nº 4.500 - SEI, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.000224/2014-48, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RORAINÓPOLIS/RR, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.791 - SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.048914/2018-18, resolve:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo: 53900.016488/2015-02

1. Tendo em vista a publicação no Diário Oficial da União - D.O.U, do dia 03 de outubro de 2018 (Evento SEI nº 3425786), da Portaria nº 4.693/SEI, de 14 de setembro, de 2018, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, **remeto os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para anotação cadastral e atualização dos sistemas pertinentes.**

2. Após a adoção dessas providências os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 03/10/2018, às 09:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3425833** e o código CRC **761FC24D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3425833

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.016488/2015-02

Certifico que, nesta data, anexei na pasta técnica e jurídica referente à SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, executante, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, copia da Portaria nº 4.693, de 14 de setembro de 2018. Publicada no D.O.U. em 03/ 10/ 2018, referente a renovação de outorga.

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga – SEPOS.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 03/10/2018, às 09:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3426132** e o código CRC **8ACEEB4A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3426132



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 03/10/2018, às 11:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3426677** e o código CRC **F0FECDDC**.

Brasília, 14 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 04/12/2018 17:39

Termo(s): 506 2018
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00506 2018 Brasnorte/MT - Renov/FM - SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 45690/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 22/11/2018, às 21:41, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3562316** e o
código CRC **CA26A1E3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 45690/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.016488/2015-02 - Nº SEI: 3562316

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Bloco R - Esplanada dos Ministérios,
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 49151/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de mídia digital.

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

PROCESSOS	EM
53670.001341/2001-65	505
53000.006481/2010-11	545
53000.042414/2013-03	546
53900.047853/2016-01	504
53900.016488/2015-02	506
53000.039908/2003-21	507
53000.022925/2012-10	501
53000.020988/2012-31	503
53000.043010/2012-48	502

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern**, **Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/12/2018, às 17:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3678360** e o código CRC **EB7277D9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 49151/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.031854/2018-96 - Nº SEI: 3678360

Presidência da República	
CODOC/PROTOCOLO	
12 DEZ 2018	
Hora:	09:24
Func.:	Anil

Brasília, 4 de Dezembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADOS: SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2731868):

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º [3303285](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º [3303285](#), fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

De acordo com a Secretaria, o presente processo foi instaurado de ofício em razão da ausência de pedido de renovação pela interessada. Contudo, no curso do processo, a entidade manifestou interesse em continuar explorando o serviço. Desse forma, considerando o disposto na Lei nº 13.424/2017, resultante da conversão da Medida Provisória nº 747, de 2016, a qual estabelece em seu art. 2º que o Poder Público deverá conhecer do pedido de renovação feito de forma intempestiva, o pleito teve seguimento, conforme esclareceu a Secretaria em sua manifestação, *in verbis*:

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º [53900.022035/2015-15](#), e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a

autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a*

renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência". A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado intempestivamente. Sobre o assunto, vale repisar que a Lei nº 13.424/2017 determinou, em seu art. 2º, que "*os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor*". Desse modo, o órgão competente prosseguiu com o processo, constando ao final que a entidade atendeu aos requisitos legais.

Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3302418).

Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Verificamos que a interessada apresentou todas as declarações exigidas, conforme se verifica do Doc. SEI nº 3245436, constante do protocolo nº 01250.046540/2018-98. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3235138, fls. 1/28) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 1450188, fl. 5), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3.519/2018/SEI-MC** (Doc. SEI nº 3302741), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.030833/2017-72](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cujas cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3302741](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

Para demonstrar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial, exigido pela legislação de regência (doc. SEI nº 3234676) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (doc. SEI nº 1450188, fl. 4). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3234676](#)). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [1450188](#), fl.4)”*.

A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (docs. SEI nº 0495237, fls. 6/9 - protocolo nº 53900.022035/2015-15 e nº 3234699). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA N° 2395/2018/SEI-MCTIC (SEI n° 3278588)**, segundo a qual *"o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga"*.

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3303147](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3236160](#)).

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei n° 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei n° 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. É o que denota o Relatório extraído do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (Doc. SEI n° 3303147), manifestando-se a Secretaria de Radiodifusão nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n° 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI n° [3303147](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.

13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).

13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador)

Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica,

nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 5 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 165656109 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 11-09-2018 15:50. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01381/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADO: SJC- SISTEMA JUISENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Aprovo o **PARECER N° 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Coordenadora de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 12 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 169090707 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 12-09-2018 15:22. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.016488/2015-02

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º 3303285, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º 3303285, fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º 53900.022035/2015-15, e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3302417.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3234676). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 1450188, fl.4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)

Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.030833/2017-72. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3302741), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI nº 3303147).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.

13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).

13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador).

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3303147, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3236160).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.395/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3278588), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conj. para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conj.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 27/08/2018, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/08/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 27/08/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3302418** e o código CRC **88058F64**.

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria nº

425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3302418

Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 12 de dezembro de 2018.

Ao Protocolo da SUPAR

Ao Protocolo da SAJ

Ao Protocolo da SAG

Assunto: EXM 506 2018 MCTIC

1. Encaminha, para providências, a EXM 506 2018 MCTIC.

CARLOS HENRIQUE T. BOTELHO

Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, Supervisor**, em 12/12/2018, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0929490** e o código CRC **A6564955** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Prezado Andr ©, De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da Rep blica e do novo Ministro de Estado da Ci ncia, Tecnologia, Inova  es e Comunica  es, solicito a devolu  o das Exposi  es de Motivos relacionadas abaixo   Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Gera  o e Tramita  o de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavalia  o da pertin ncia da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequa  o   s novas diretrizes governamentais. 53000.012166/2010-15    EM n  81/2017-MCTIC 53000.040830/2013-69    EM n  00330/2017-MCTIC 53000.055760/2011-81    EM n  00333/2017-MCTIC 53000.074982/2013-65    EM n  00261/2017-MCTIC 53000.032006/2011-73    EM n  00321/2017-MCTIC 53000.047616/2011-71 - EM n  00281/2017 MCTIC 53000.007973/2012-88    EM n  00232/2016-MCTIC 53000.026910/2010-69    EM 00230/2016 - MCTIC 53900.006400/2014-55    EM 00289/2017 - MCTIC 53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC 53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC 53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC 53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC 53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC 53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC 53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC 53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC 53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC 53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC 53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC 53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC 53000.074700/2013-20 Exposi  o de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387) 53000.051583/2012-45 Exposi  o de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186) 53000.027859/2012-74 Exposi  o de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944) 53790.000368/2000-93 Exposi  o de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170) 53000.031941/2012-01 Exposi  o de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902) 53000.059476/2011-84 Exposi  o de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948) 53900.063451/2015-65 Exposi  o de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657) 53000.000369/2006-82 Exposi  o de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228) 53000.064006/2007-56 Exposi  o de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972) 53000.058471/2011-34 - EM n  417/2017 MCTIC 53900.010501/2014-21 - EM n  378/2018 MCTIC 53000.057831/2011-81- Exposi  o de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094) 53000.009001/2012-28    Exposi  o de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266) 53000.067611/2011-65 - Exposi  o de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555) 53900.021361/2014-16 - Exposi  o de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588) 01250.072621/2017-62 - Exposi  o de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682) 53000.047461/2011-73 - Exposi  o de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018) 53000.058151/2011-84 - Exposi  o de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009) 53900.029941/2015-32 - Exposi  o de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687) 53000.070171/2013-95 - Exposi  o de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929) 53900.003001/2014-32 - Exposi  o de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630) 53900.047381/2015-06 - Exposi  o de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399) 53900.018561/2014-91 - Exposi  o de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184) 53000.010271/2012-81 - Exposi  o de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194) 53900.025631/2014-68 - Exposi  o de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446) 53900.026731/2014-10 - Exposi  o de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503) 53900.031471/2014-96 - Exposi  o de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495) 53000.007901/2014-01 - Exposi  o de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758) 53900.048911/2015-25 - Exposi  o de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602) 53900.016981/2014-33 - Exposi  o de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036) 53900.047341/2015-56 - Exposi  o de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008) 53900.050321/2015-62 - Exposi  o de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244) 53000.066111/2013-78 - Exposi  o de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949) 53000.007961/2012-53 - Exposi  o de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696) 53900.018141/2014-13 - Exposi  o de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159) 53000.054981/2012-13 - Exposi  o de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602) 53000.006951/2013-81 - Exposi  o de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365) 53900.017301/2015-80 - Exposi  o de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770) 53900.050611/2015-14 - Exposi  o de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598) 53900.007781/2015-71 - Exposi  o de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460) 53000.056641/2011-46 - Exposi  o de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776) 53000.056241/2011-31 - Exposi  o de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496) 53900.049331/2015-55 - Exposi  o de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348) 53000.069421/2013-44 - Exposi  o de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538) 53000.056221/2011-60 - Exposi  o de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599) 53000.059721/2011-53 - Exposi  o de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403) 53650.000551/2001-74 - Exposi  o de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447) 53000.051661/2012-10 - Exposi  o de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554) 53000.059431/2011-18 - Exposi  o de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119) 53900.017561/2015-55 - Exposi  o de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870) 53000.057231/2011-12 - Exposi  o de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276) 53000.007691/2012-81 - Exposi  o de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413) 53000.055761/2011-26 - Exposi  o de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569) 53900.005861/2014-19 - Exposi  o de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040) 53900.046841/2015-71 - Exposi  o de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995) 53000.007031/2013-81 - Exposi  o de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646) 53900.034331/2015-51 - Exposi  o de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209) 53500.002411/2000-73 - Exposi  o de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979) 53000.068251/2013-81 - Exposi  o de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332) 53000.057301/2012-13 - Exposi  o de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438) 53000.050951/2012-38 - Exposi  o de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786) 53900.003161/2014-81 - Exposi  o de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442) 53000.051671/2011-66 - Exposi  o de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528) 53000.038631/2013-91 - Exposi  o de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389) 53900.017191/2015-56 - Exposi  o de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021) 53000.061151/2013-23 - Exposi  o de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960) 53000.033271/2013-31 - Exposi  o de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204) 53000.056621/2011-75 - Exposi  o de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737) 53000.057441/2011-19 - Exposi  o de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772) 53000.058111/2011-32 - Exposi  o de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751) 53000.058131/2011-11 - Exposi  o de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527) 53900.021931/2015-59 - Exposi  o de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108) 53000.056441/2013-55 - Exposi  o de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582) 53000.040721/2013-41 - Exposi  o de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680) 53900.017291/2015-82 - Exposi  o de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745) 53900.016191/2015-39 - Exposi  o de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259) 53000.023661/2010-50 - Exposi  o de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002) 53000.041601/2013-61 - Exposi  o de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184) 53000.015611/2013-41 - Exposi  o de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540) 53000.055771/2011-61 - Exposi  o de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291) 53900.017321/2015-51 - Exposi  o de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024) 53000.029031/2013-31 - Exposi  o de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150) 53000.044171/2012-59 Exposi  o de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163) 53000.056211/2011-24 - Exposi  o de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087) 53000.040711/2013-14 - Exposi  o de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742) 53900.049701/2015-54 - Exposi  o de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870) 53900.041581/2015-47 - Exposi  o de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861) 53900.041521/2015-24 - Exposi  o de Motivos 677

2017 MCTIC (0311053) 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133) 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650) 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154) 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237) 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699) 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860) 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610) 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918) 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776) 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467) 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759) 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809) 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154) 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025) 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387) 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141) 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282) 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478) 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514) 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433) 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062) 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006) 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989) 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792) 53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649) 53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407) 53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610) 53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587) 53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157) 53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972) 53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653) 53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252) 53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415) 53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262) 53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802) 53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853) 53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230) 53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741) 53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019) 53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282) 53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623) 53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089) 53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320) 53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724) 53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074) 53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808) 53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446) 53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082) 53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591) 53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220) 53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225) 53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520) 53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231) 53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600) 53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488) 53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803) 53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321) 53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211) 53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509) 53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690) 53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197) 53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045) 53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075) 53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587) 53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636) 53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966) 53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940) 53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104) 53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445) 53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667) 53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934) 53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293) 53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855) 53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511) 53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847) 53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227) 53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437) 53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122) 53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162) 53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611) 53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306) 53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916) 53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282) 53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123) 53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393) 53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474) 53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581) 53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423) 53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320) 53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174) 53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459) 53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498) 53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401) 53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183) 53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731) 53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681) 53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851) 53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055) 53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373) 53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476) 53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819) 53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083) 53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284) 53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414) 53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942) 53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983) 53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744) 53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)

53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632) 53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938) 53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427) 53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017 53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017 53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018 00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD 53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018 53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018 53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018 53000.030397/2012-72 EM nº 0553/2018 53000.009024/2012-32 EM nº 0555/2018 53900.009151/2015-31 EM nº 0550/2018 53000.064009/2013-38 EM nº 0551/2018 53900.000271/2014-91 EM nº 0038/2018 53900.016778/2016-29 EM nº 0029/2018 53000.049242/2012-18 EM nº 0323/2017 53000.052684/2013-14 EM nº 0568/2017 53000.054982/2012-68 EM nº 0445/2017 53000.057297/2012-93 EM nº 0420/2017 53000.030840/2012-13 EM nº 0446/2017 53000.015829/2013-04 EM nº 0443/2017 53000.053176/2013-53 EM nº 0314/2017 53000.065155/2013-81 EM nº 0441/2017 53000.007050/2013-15 EM nº 0195/2017 53000.056214/2011-68 EM nº 0285/2017 53000.007687/2014-84 EM nº 0194/2017 53900.017162/2015-94 EM nº 0338/2017 53000.006481/2010-11 EM nº 0545/2018 53000.055599/2007-60 EM nº 0484/2017 53000.052021/2011-38 EM nº 0360/2017 53000.056217/2011-00 EM nº 0274/2017 00001.004765/2018-46 Ofício 0327/2018-GCH-CD 53000.039908/2003-21 EM nº 0507/2018 53900.047853/2016-01 EM nº 0504/2018 53900.016488/2015-02 EM nº 0506/2018 53000.022925/2012-10 EM nº 0501/2018 53000.042414/2013-03 EM nº 0546/2018 53000.020988/2012-31 EM nº 0503/2018 53000.043010/2012-48 EM nº 0502/2018 53670.001341/2001-65 EM nº 0505/2018 53900.011448/2014-85 EM nº 0531/2018 01250.034988/2018-69 EM nº 0533/2018 01250.048763/2017-17 EM nº 0542/2018 53900.024997/2014-10 EM nº 0517/2018 53900.034082/2015-01 EM nº 0516/2018 53900.037331/2014-21 EM nº 0515/2018 53900.034520/2015-23 EM nº 0525/2018 53900.044560/2015-83 EM nº 0526/2018 53900.041939/2015-31 EM nº 0514/2018 53900.024692/2014-16 EM nº 0530/2018 53900.001273/2016-60 EM nº 0541/2018 53900.017145/2015-57 EM nº 0521/2018 53900.013241/2015-26 EM nº 0532/2018 53900.009333/2014-21 EM nº 0512/2018 53000.016596/2013-59 EM nº 0518/2018 53900.014648/2014-90 EM nº 0519/2018 53900.017091/2015-20 EM nº 0520/2018 53900.043270/2015-12 EM nº 0513/2018 53900.050381/2015-85 EM nº 0528/2018 53900.027712/2014-01 EM nº 0524/2018 53900.048226/2015-07 EM nº 0527/2018 53000.007913/2014-27 EM nº 0529/2018 53900.022443/2014-88 EM nº 0485/2018 53000.009433/2013-10 EM nº 0499/2018 53900.038863/2014-86 EM nº 0722/2017 53900.042143/2015-04 EM nº 0724/2017 53000.007973/20012-88 EM nº 1054/2017 53900.007823/2014-92 EM nº 0413/2018 53900.073493/2015-12 EM nº 0389/2018 53900.011113/2014-67 Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC 01250.059013/2017-62 Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC 53000.001683/2014-92 Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC 53900.017343/2015-11 Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC 53000.013433/2010-71 Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC 53900.013163/2015-60 Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC 53900.017133/2015-22 Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC 53000.065773/2013-21 Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC 53900.008953/2015-23 Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC 53000.015613/2013-31 Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC 53900.047623/2015-53 Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC 53900.016403/2015-88 Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC 53900.026403/2015-96 Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC 53900.042013/2015-63 Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC 53900.029943/2015-21 Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC 53900.046473/2015-61 Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC 53000.061863/2006-13 Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC 53900.016433/2015-94 Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC 53000.007663/2014-25 Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC 53000.043803/2012-67 Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC 53000.006763/2012-72 Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC 53900.028013/2014-70 Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC 53000.007683/2014-04 Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC 53900.014053/2014-34 Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC 53900.016483/2016-52 Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC 53000.007963/2012-42 Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC 53900.050703/2015-96 Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC 53000.066813/2013-51 Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC 53900.046743/2015-33 Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC 00001.001003/2018-98 Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC 53000.001033/2012-85 Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC 53000.071343/2013-48 Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC 53000.043713/2013-57 Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC 53000.055773/2011-51 Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC 53900.009743/2014-71 Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC 53000.055803/2012-18 Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC 53000.061913/2013-91 Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC 53000.007503/2006-76 Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC 53000.043193/2011-11 Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC 53900.020193/2016-11 Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC 53000.006483/2012-64 Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC 53000.055153/2010-31 Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC 53900.017153/2015-01 Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC 53000.056613/2011-29 Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC 53000.004483/2010-68 Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC 53000.056113/2011-97 Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC 53000.054723/2012-37 Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002) 53900.002813/2016-22 Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756) 53000.059283/2011-23 Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346) 53900.061443/2015-84 Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600) 53000.060033/2013-06 Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495) 53900.042113/2015-90 Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640) 53000.055723/2011-73 Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798) 53000.059473/2011-41 Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543) 53900.038993/2015-08 Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220) 53000.056613/2013-91 Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715) 53900.041793/2015-24 Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895) 53000.058113/2011-21 Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704) 53900.046763/2015-12 Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211) 53900.005543/2014-40 Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459) 53000.036553/2012-17 Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472) 53000.003653/2013-30 Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876) 53000.058083/2011-53 Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512) 53000.056213/2011-13 Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699) 53000.065763/2013-95 Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566) 53900.006983/2014-14 Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816) 53569.000463/2014-16 Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647) 53000.051423/2012-04 Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692) 53000.010093/2013-70 Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756) 53000.058133/2011-01 Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573) 53000.028473/2013-61 Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135) 53000.049063/2007-13 Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579) 53000.015823/2013-29 Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)

53000.070013/2013-35 Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059) 53000.070233/2013-69 Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412) 3900.005813/2014-12 Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506) 53000.054603/2012-30 Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396) 53000.055673/2012-13 Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643) 53000.047873/2012-94 Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419) 53000.021323/2012-45 Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270) 53000.055763/2011-15 Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991) 53000.058143/2011-38 Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455) 53900.020573/2014-86 Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618) 53000.056993/2012-82 Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657) 53900.029293/2014-33 Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222) 53000.065857/2011-01 Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820) 53900.024997/2014-10 Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704) 53000.030007/2005-35 Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610) 53000.056217/2011-00 Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697) 53000.007687/2014-84 Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330) 53000.057297/2012-93 Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041) 53000.030397/2012-72 Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218) 53900.022527/2014-11 Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398) 53000.059717/2011-95 Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840) 53900.023727/2014-91 Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334) 53900.034197/2015-98 Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077) 53000.040197/2013-13 Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583) 53000.062227/2013-38 Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688) 53900.047647/2015-11 Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038) 53900.029947/2015-18 Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169) 53000.058097/2011-77 Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498) 53900.006047/2014-11 Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454) 53000.039597/2011-18 Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120) 53790.000407/2000-52 Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598) 53000.058347/2013-31 Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276) 53000.011767/2014-34 Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649) 53900.015077/2015-91 Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466) 53900.050577/2016-51 Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419) 53000.007037/2013-58 Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824) 53000.004357/2012-75 Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473) 53900.045907/2016-96 Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915) 53000.071797/2013-19 Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022) 53900.045557/2016-68 Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991) 53900.017337/2015-63 Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897) 53900.017347/2015-07 Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857) 53900.034487/2015-31 Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130) 53000.057937/2012-65 Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458) 53900.047647/2015-11 Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038) 53000.041397/2012-06 Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069) 53000.058147/2011-16 Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135) 53900.035797/2015-73 Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214) 53900.050617/2015-83 Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844) 53900.045447/2015-15 Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838) 53900.050637/2015-54 Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695) 53900.008677/2015-01 Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649) 53000.003257/2014-93 Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161) 53900.026027/2014-59 Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143) 53900.017937/2015-21 Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867) 53000.069977/2013-31 Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122) 53000.007107/2013-78 Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390) 53900.039587/2015-54 Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293) 53900.004157/2014-31 Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050) 53000.018567/2013-21 Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289) 53000.045037/2013-56 Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352) 53900.007957/2014-11 Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563) 53900.047997/2015-79 Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656) 53900.008967/2014-66 Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858) 53900.048797/2015-33 Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982) 53900.049257/2015-77 Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323) 53900.009307/2014-01 Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471) 53900.055547/2015-50 Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947) 53000.050217/2012-79 Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854) 53000.065557/2013-85 Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537) 53000.068677/2013-34 Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265) 53900.000757/2014-21 Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287) 53000.015797/2013-39 Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244) 53000.031927/2012-08 Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176) 53000.034057/2003-20 Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430) 53000.056247/2011-16 Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565) 53000.005567/2013-61 Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269) 53000.021797/2014-59 Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398) 53000.015837/2013-42 Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335) 53000.003387/2012-64 Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697) 53000.043077/2012-82 Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429) 53000.041617/2013-74 Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479) 53000.058587/2011-73 Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253) 53000.006767/2012-51 Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276) 53000.057527/2011-33 Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429) 53000.039997/2012-04 Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787) 53900.003577/2014-16 Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278) 53900.001487/2014-74 Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243) 53000.014127/2010-52 Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106) 53000.071367/2013-05 Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936) 53000.055757/2011-68 Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350) 53000.052857/2011-32 Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660) 53900.040337/2016-48 Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860) 53000.013347/2011-40 Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829) 53900.002457/2015-66 Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460) 53900.017327/2015-28 Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417) 53000.055767/2011-01 Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366) 53000.071647/2013-13 Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505) 53000.020077/2012-12 Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089) 53900.046737/2015-86 Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091) 53000.058117/2011-18 Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010) 53900.041797/2015-11 Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240) 53900.047727/2015-68 Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880) 53900.049087/2015-21 Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769) 53900.047617/2015-04 Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853) 53900.050647/2015-90 Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628) 53000.061897/2013-37 Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494) 53000.052747/2012-51 Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504) 53000.056227/2011-37 Exposição de Motivos 800

2017 MCTIC (0327615) 53900.017267/2015-43 Exposi       de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162) 53000.020797/2013-51
Exposi       de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186) 53900.017067/2015-91 Exposi       de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29 Exposi       de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794) 53900.042147/2015-84 Exposi       de Motivos 758
2017 MCTIC (0323380) 53000.058137/2011-81 Exposi       de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420) 53000.049727/2012-01
Exposi       de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403) 53900.021997/2014-68 Exposi       de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91 Exposi       de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146) 53000.017857/2013-58 Exposi       de Motivos 224
2017 MCTIC (0267126) 53000.049117/2012-08 Exposi       de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425) 53000.006807/2013-45
Exposi       de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586) 53000.017967/2013-10 Exposi       de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18 Exposi       de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202) 53000.070507/2013-10 Exposi       de Motivos 435
2017 MCTIC (0272809) 53000.029227/2012-45 Exposi       de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003) 53000.041817/2011-65
Exposi       de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286) 53000.000127/2013-18 Exposi       de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02 Exposi       de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048) 53900.017747/2014-23 Exposi       de Motivos 383
2017 MCTIC (0282371) 53000.068877/2013-97 Exposi       de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563) 53000.000307/2014-81
Exposi       de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080) 53000.061497/2013-21 Exposi       de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23 Exposi       de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364) 53000.005447/2010-11 Exposi       de Motivos 223
2016 MCTIC (0083781) 53900.003257/2014-41 Exposi       de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852) 53900.042127/2015-11
Exposi       de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518) 53900.041857/2015-97 Exposi       de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84 Exposi       de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461) 53900.049367/2015-39 Exposi       de Motivos 668
2017 MCTIC (0309842) 53000.047027/2012-74 Exposi       de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680) 53000.055907/2013-03
Exposi       de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633) 53900.039719/2015-48 Exposi       de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29 Exposi       de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041) 53000.048669/2012-91 Exposi       de Motivos 483
2017 MCTIC (0276629) 53900.006389/2014-23 Exposi       de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128) 53000.036049/2012-17
Exposi       de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499) 53000.007039/2013-47 Exposi       de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81 Exposi       de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695) 53000.009819/2014-11 Exposi       de Motivos 585
2017 MCTIC (0301909) 53900.041679/2015-02 Exposi       de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114) 53000.056639/2012-58
Exposi       de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144) 53900.039649/2015-28 Exposi       de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57 Exposi       de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944) 53900.048239/2015-78 Exposi       de Motivos 667
2017 MCTIC (0309927) 53000.070169/2013-16 Exposi       de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655) 53900.017339/2015-52
Exposi       de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949) 53000.059219/2013-12 - Exposi       de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31 - Exposi       de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288) 53900.041939/2015-31 - Exposi       de Motivos 514
2018 MCTIC (0923928) 53000.015829/2013-04 - Exposi       de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211) 53000.064009/2013-38 -
Exposi       de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983) 53000.053969/2012-91 - Exposi       de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposi       de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404) 53000.059289/2011-09 - Exposi       de Motivos
248 2017 MCTIC (0246474) 53000.041679/2013-86 - Exposi       de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648) 53000.046089/2012-69 -
Exposi       de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181) 53710.000749/2000-15 - Exposi       de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposi       de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880) 53900.045489/2015-56 - Exposi       de Motivos 442
2018 MCTIC (0837144) 53900.003029/2016-31 - Exposi       de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698) 53900.020099/2014-92 -
Exposi       de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381) 53900.062019/2015-57 - Exposi       de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposi       de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302) 53900.046879/2015-43 - Exposi       de Motivos 386
2018 MCTIC (0785111) 53900.049709/2015-11 - Exposi       de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064) 53900.011959/2016-69 -
Exposi       de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035) 53900.019629/2014-50 - Exposi       de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposi       de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449) 53900.016399/2015-58 - Exposi       de Motivos 324
2018 MCTIC (0733553) 53900.012339/2016-47 - Exposi       de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695) 53000.015799/2013-28 -
Exposi       de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199) 53900.049739/2015-27 - Exposi       de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposi       de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569) 53900.005039/2014-41 - Exposi       de Motivos 273
2018 MCTIC (0703141) 53900.041859/2015-86 - Exposi       de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917) 53000.060089/2011-91 -
Exposi       de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680) 53900.029509/2014-61 - Exposi       de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposi       de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211) 53900.031989/2014-20 - Exposi       de Motivos 207
2018 MCTIC (0676319) 53900.016239/2014-28 - Exposi       de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392) 53900.011529/2016-47 -
Exposi       de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699) 53000.050129/2012-77 - Exposi       de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposi       de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536) 53900.017279/2015-78 - Exposi       de Motivos 120
2018 MCTIC (0556709) 53000.041399/2012-97 - Exposi       de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470) 53680.000099/1998-36 -
Exposi       de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209) 53900.017059/2015-44 - Exposi       de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposi       de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570) 53900.050709/2015-63 - Exposi       de Motivos 13
2018 MCTIC (0481473) 53000.071349/2013-15 - Exposi       de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124) 53000.070749/2013-11 -
Exposi       de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217) 53000.063589/2012-65 - Exposi       de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposi       de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571) 53000.059079/2011-11 - Exposi       de Motivos 1042
2017 MCTIC (0382071) 53000.006409/2009-42 - Exposi       de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344) 53000.050949/2012-69 -
Exposi       de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381) 53000.067009/2011-28 - Exposi       de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposi       de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193) 53000.001359/2014-74 - Exposi       de Motivos 292
2018 MCTIC (0701572) 53900.011859/2016-32 - Exposi       de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395) 53900.046499/2015-17 -
Exposi       de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418) 53900.009349/2014-33 - Exposi       de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposi       de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053) 53000.059679/2011-71 - Exposi       de Motivos 1065
2017 MCTIC (0382287) 53000.003089/2010-11 - Exposi       de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371) 53000.044199/2011-13 -
Exposi       de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578) 53000.066549/2011-94 - Exposi       de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)

53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719) 53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821) 53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553) 53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082) 53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308) 53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033) 53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557) 53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249) 53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513) 53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256) 53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323) 53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301) 53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854) 53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355) 53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984) 53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561) 53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468) 53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969) 53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094) 53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686) 53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643) 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291) 53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984) 53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907) 53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598) 53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367) 53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706) 53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991) 53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602) 53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148) 53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836) 53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082) 53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847) 53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843) 53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372) 53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522) 53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568) 53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120) 53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966) 53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013) 53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156) 53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788) 53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856) 53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331) 53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513) 53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626) 53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238) 53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552) 53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937) 53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862) 53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446) 53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085) 53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667) 53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870) 53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064) 53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087) 53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000) 53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868) 53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899) 53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263) 53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379) 53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265) 53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132) 53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057) 53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533) 53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554) 53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681) 53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524) 53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678) 53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160) 53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090) 53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898) 53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434) 53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729) 53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728) 53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467) 53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925) 53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169) 53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215) 53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266) 53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472) 53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938) 53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745) 53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275) 53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085) 53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707) 53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749) 53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809) 53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239) 53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293) 53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806) 53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794) 53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737) 53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950) 53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540) 53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614) 53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399) 53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391) 53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468) 53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046) 53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417) 53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103) 53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245) 53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430) 53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120) 53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202) 53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104) 53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151) 53900.003786/2014-43 -

Exposi     de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622) 53000.037836/2011-97 - Exposi     de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581) 53000.017326/2015-83 - Exposi     de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958) 53000.065326/2013-71 - Exposi     de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690) 53900.024846/2015-42 - Exposi     de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336) 53000.063406/2011-21 - Exposi     de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757) 53000.004676/2014-42 - Exposi     de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220) 53000.000416/2009-31 - Exposi     de Motivos 466 2018 MCTIC (0837237) 53000.049916/2013-57 - Exposi     de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774) 53000.070826/2013-25 - Exposi     de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864) 53000.042696/2011-79 - Exposi     de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908) 53900.055346/2015-52 - Exposi     de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006) 53000.011766/2014-90 - Exposi     de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654) 53000.007916/2014-61 - Exposi     de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217) 53000.006816/2013-36 - Exposi     de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674) 53900.002856/2015-27 - Exposi     de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322) 53900.017286/2015-70 - Exposi     de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304) 53000.070736/2013-34 - Exposi     de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961) 53900.048776/2015-18 - Exposi     de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409) 53900.045626/2016-33 - Exposi     de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005) 53900.020036/2015-17 - Exposi     de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960) 53900.022496/2015-80 - Exposi     de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102) 53900.011676/2014-55 - Exposi     de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082) 53900.042136/2015-02 - Exposi     de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417) 53000.047896/2013-80 - Exposi     de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638) 53900.048786/2015-53 - Exposi     de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467) 53900.017866/2015-67 - Exposi     de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815) 53000.003536/2013-76 - Exposi     de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189) 53900.053766/2016-85 - Exposi     de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416) 53000.068096/2013-01 - Exposi     de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081) 53900.000576/2014-11 - Exposi     de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007) 53900.050256/2015-75 - Exposi     de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455) 53000.066606/2013-05 - Exposi     de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040) 53900.017136/2015-66 - Exposi     de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180) 53000.058466/2011-21 - Exposi     de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167) 53900.034256/2015-28 - Exposi     de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741) 53900.017156/2015-37 - Exposi     de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620) 53000.058106/2011-20 - Exposi     de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566) 53900.007846/2015-88 - Exposi     de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136) 53900.049346/2015-13 - Exposi     de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525) 53000.056216/2011-57 - Exposi     de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585) 53000.067636/2013-21 - Exposi     de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350) 53000.062556/2013-89 - Exposi     de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613) 53000.059736/2013-83 - Exposi     de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303) 53000.050216/2012-24 - Exposi     de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161) 53000.050186/2011-75 - Exposi     de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089) 53000.029836/2013-85 - Exposi     de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254) 53900.078146/2015-78 - Exposi     de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329) 53000.057226/2011-18 - Exposi     de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777) 53000.052326/2012-21 - Exposi     de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625) 53900.049266/2015-68 - Exposi     de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490) 53000.004356/2012-21 - Exposi     de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414) 53900.000766/2016-82 - Exposi     de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045) 53900.042116/2015-23 - Exposi     de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072) 53900.046836/2015-68 - Exposi     de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366) 53000.070526/2013-46 - Exposi     de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906) 53000.055766/2011-59 - Exposi     de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371) 53000.005496/2008-30 - Exposi     de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295) 53000.025416/2013-20 - Exposi     de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697) 53000.065796/2013-35 - Exposi     de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870) 53000.001866/2009-41 - Exposi     de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634) 53000.039926/2013-84 - Exposi     de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418) 53000.058116/2011-65 - Exposi     de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053) 53900.005056/2014-87 - Exposi     de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633) 53000.055726/2012-98 - Exposi     de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751) 53000.020796/2013-14 - Exposi     de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702) 53000.054986/2012-46 - Exposi     de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492) 53000.057916/2011-69 - Exposi     de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549) 53900.046846/2015-01 - Exposi     de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233) 53900.034546/2015-71 - Exposi     de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901) 53900.046496/2015-75 - Exposi     de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812) 53900.017336/2015-19 - Exposi     de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021) 53900.020946/2014-19 - Exposi     de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443) 53900.029926/2015-94 - Exposi     de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946) 53000.061976/2013-48 - Exposi     de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391) 53900.015016/2015-24 - Exposi     de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985) 53000.070516/2013-19 - Exposi     de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954) 53000.031936/2012-91 - Exposi     de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465) 53000.006656/2013-25 - Exposi     de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697) 53900.061306/2015-40 - Exposi     de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043) 53900.017866/2014-86 - Exposi     de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359) 53000.058076/2011-51 - Exposi     de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136) 53000.054476/2012-79 - Exposi     de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326) 53000.011716/2013-21 - Exposi     de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105) 53000.068456/2013-66 - Exposi     de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312) 53000.024276/2012-91 - Exposi     de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637) 53900.034526/2015-09 - Exposi     de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378) 53000.052576/2012-61 - Exposi     de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317) 53000.057706/2012-51 - Exposi     de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001) 53900.001546/2014-12 - Exposi     de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059) 53000.046516/2011-28 - Exposi     de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250) 53000.047886/2011-82 - Exposi     de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467) 53000.065566/2013-76 - Exposi     de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464) 53900.006386/2014-90 - Exposi     de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800) 53000.007056/2013-84 - Exposi     de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082) 53000.015816/2013-27 - Exposi     de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291) 53000.063176/2012-81 - Exposi     de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173) 53000.075026/2013-09 - Exposi     de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598) 53000.043084/2012-84 - Exposi     de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146) 53000.026544/2011-29 - Exposi     de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817) 53000.064284/2010-17 - Exposi     de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344) 53000.024854/2013-71 - Exposi     de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388) 53000.058104/2011-31 - Exposi     de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107) 53000.041034/2013-43 - Exposi     de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205) 53000.029374/2013-04 - Exposi     de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217) 53900.001804/2014-52 - Exposi     de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096) 53000.057044/2013-09 - Exposi     de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345) 53000.017204/2013-79 - Exposi     de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407) 53000.003434/2014-31 - Exposi     de Motivos 582

2017 MCTIC (0301851) 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500) 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543) 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650) 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456) 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608) 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137) 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529) 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683) 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123) 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523) 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544) 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107) 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268) 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350) 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793) 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218) 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358) 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196) 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005) 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857) 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364) 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264) 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688) 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720) 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177) 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450) 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204) 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628) 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793) 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813) 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039) 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259) 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607) 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031) 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272) 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906) 53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770) 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174) 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516) 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294) 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009) 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146) 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205) 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931) 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705) 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940) 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839) 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678) 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352) 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897) 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191) 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168) 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154) 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163) 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829) 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677) 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564) 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643) 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330) 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683) 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147) 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079) 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434) 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590) 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368) 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150) 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790) 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607) 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098) 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119) 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769) 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889) 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952) 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843) 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784) 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173) 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222) 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098) 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186) 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222) 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692) 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561) 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488) 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503) 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423) 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306) 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655) 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248) 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829) 53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804) 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723) 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689) 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418) 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819) 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936) 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180) 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577) 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707) 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876) 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215) 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864) 53900.049962/2015-74--- Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170) 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991) 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181) 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459) 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261) 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416) 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)

53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386) 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452) 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442) 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504) 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044) 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374) 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015) 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189) 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822) 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537) 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116) 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644) 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132) 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432) 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901) 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320) 53000.029232/2008-71- -- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667) 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340) 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521) 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520) 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584) 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177) 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254) 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282) 53900.016742/2015-64 -- -Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352) 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735) 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021) 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424) 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342) 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174) 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771) 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236) 53000.031922/2012-77 - -- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848) 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408) 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433) 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073) 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162) 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209) 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749) 53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492) 53000.037302/2011-61 - -- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003) 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216) 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270) 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322) 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638) 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645) 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267) 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377) 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398) 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187) 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812) 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836) 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015) 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696) 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590) 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502) 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002) 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747) 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417) 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519) 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063) 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121) 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268) 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424) 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278) 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817) 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847) 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243) 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652) 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368) 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955) 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898) 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623) 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061) 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996) 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641) 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317) 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379) 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693) 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391) 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044) 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371) 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142) 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035) 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664) 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140) 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245) 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028) 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616) 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114) 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092) 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010) 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614) 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402) 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569) 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562) 53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453) 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470) 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103) 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457) 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816) 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510) 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306) 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122) 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147) 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820) 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768

2017 MCTIC (0323907) 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572) 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885) 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220) 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291) 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086) 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036) 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432) 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057) 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062) 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062) 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838) 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580) 53000.022892/2010-46 - Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433) 53900.041642/2015-76 - Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116) 53000.008922/2012-73 - Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015) 53900.018692/2014-79 - Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696) 53900.012702/2014-62 - Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813) 53000.055772/2011-14 - Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060) 53000.057442/2011-55 - Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332) 53000.057442/2011-55 - Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332) 53000.050492/2011-10 - Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002) 53000.031942/2012-48 - Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319) 53000.006882/2013-14 - Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002) 53000.059292/2011-14 - Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329) 53000.046522/2013-47 - Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242) 53000.057352/2011-64 - Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001) 53900.017332/2015-31 - Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579) 53000.047332/2013-47 - Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358) 53000.025272/2013-10 - Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074) 53900.016802/2015-49 - Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232) 53000.045172/2012-11 - Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766) 53000.056212/2011-79 - Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134) 53000.015822/2013-84 - Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152) 53900.050622/2015-96 - Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897) 53900.047842/2015-32 - Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708) 53900.022882/2014-91 - Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058) 53000.053259/2013-42 - Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937) 53000.053259/2013-42 - Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937) 53900.007299/2015-31 - Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366) 53000.031939/2012-24 - Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156) 53000.015189/2014-13 - Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529) 53900.039779/2015-61 - Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419) 53000.021819/2010-57 - Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272) 53000.048009/2013-91 - Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047) 53900.006559/2014-70 - Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079) 53000.008099/2010-34 - Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064) 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432) 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)

Att, Luciana Silveira Teixeira Assessora Subchefia para Assuntos Jurídicos Casa Civil - Presidência da República (61) 3411-3426
luciana.teixeira@presidencia.gov.br

Data de Envio:

21/01/2019 15:01:20

De:

PR/Protocolo Central <codoc.protocolocentral@presidencia.gov.br>

Para:

codin.ccivil@mctic.gov.br

Assunto:

DEVOLUÇÃO DA MCTIC EXM 506 2018

Mensagem:

Considerando a posse do Presidente da República e dos novos Ministros de Estado, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais. Log Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho.

ANDRE

Anexos:

E_mail_0996494_Email_de_devolucao__EXM_radiodifusao_2.msg

Brasília, 25 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 948/2018, aprovado pelo Despacho n.º 01381/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhados da Portaria n.º 4.693/2018/SEI-MCTIC, de 14 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U do dia 3 de outubro de 2018 que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ Nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria n.º 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADOS: SJC- SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
- VII. Pelo restituição do feito para prosseguimento.

Senhor Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento do SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso, no período de 30.3.2015 a 30.3.2025.

Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2731868):

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º [3303285](#), fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º [3303285](#), fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

De acordo com a Secretaria, o presente processo foi instaurado de ofício em razão da ausência de pedido de renovação pela interessada. Contudo, no curso do processo, a entidade manifestou interesse em continuar explorando o serviço. Desse forma, considerando o disposto na Lei nº 13.424/2017, resultante da conversão da Medida Provisória nº 747, de 2016, a qual estabelece em seu art. 2º que o Poder Público deverá conhecer do pedido de renovação feito de forma intempestiva, o pleito teve seguimento, conforme esclareceu a Secretaria em sua manifestação, *in verbis*:

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º [53900.022035/2015-15](#), e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a

autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a*

renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência". A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação, que fora apresentado intempestivamente. Sobre o assunto, vale repisar que a Lei nº 13.424/2017 determinou, em seu art. 2º, que *"os pedidos intempestivos de renovação de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor"*. Desse modo, o órgão competente prosseguiu com o processo, constando ao final que a entidade atendeu aos requisitos legais.

Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a *"Lista de Verificação de Documentos"* (SEI nº 3302418).

Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Verificamos que a interessada apresentou todas as declarações exigidas, conforme se verifica do Doc. SEI nº 3245436, constante do protocolo nº 01250.046540/2018-98. Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

No que diz respeito à habilitação jurídica, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 3235138, fls. 1/28) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 1450188, fl. 5), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 3.519/2018/SEI-MC** (Doc. SEI nº 3302741), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º [01250.030833/2017-72](#). No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º [3302741](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

Para demonstrar a manutenção da qualificação econômico-financeira para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do balanço patrimonial, exigido pela legislação de regência (doc. SEI nº 3234676) e certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (doc. SEI nº 1450188, fl. 4). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, *“Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [3234676](#)). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º [1450188](#), fl.4)”*.

A regularidade fiscal, por sua vez, restou demonstrada por meio da juntada das certidões negativas de débito junto ao FISTEL, INSS, FGTS e Fazendas federal, estadual e municipal, demonstrada também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, a regularidade trabalhista com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (docs. SEI nº 0495237, fls. 6/9 - protocolo nº 53900.022035/2015-15 e nº 3234699). Vale assinalar que algumas das certidões remontam à data de protocolização do feito, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente.

Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA N° 2395/2018/SEI-MCTIC (SEI n° 3278588)**, segundo a qual *"o laudo técnico da estação exigido nos termos do art. 112 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga"*.

Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [3303147](#), fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [3236160](#)).

Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei n° 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei n° 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. É o que denota o Relatório extraído do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO (Doc. SEI n° 3303147), manifestando-se a Secretaria de Radiodifusão nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n° 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI n° [3303147](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.

13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).

13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador)

Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

Como se vê, os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica,

nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

Em adendo consigne-se apenas a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pelo prosseguimento da tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 5 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 165656109 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 11-09-2018 15:50. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01381/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.016488/2015-02

INTERESSADO: SJC- SISTEMA JUISENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Aprovo o **PARECER N° 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Coordenadora de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra. Danielle Lustz Portela Brasil.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 12 de setembro de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900016488201502 e da chave de acesso 9fa6d064

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 169090707 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 12-09-2018 15:22. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 19249/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53900.016488/2015-02

Assunto: Renovação de Outorga. Deferimento.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SJC- Sistema Juinense de Comunicação Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte, estado de Mato Grosso, referente à Renovação de Outorga para o período de 30.03.2015 a 30.03.2025.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão, para a execução do referido serviço se materializou nos termos da Portaria n.º 425, de 22.3.2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.3.2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no D.O.U. de 16.8.2004 (evento SEI n.º 3303285, fls.1/2). O correspondente contrato de adesão à permissão celebrado entre a União e a Interessada foi publicado no D.O.U. de 30.3.2005 (evento SEI n.º 3303285, fls. 3/8). Com efeito, se constata que a permissão se encontra vencida desde 30.3.2015.

7. O processo ora sob exame foi instaurado de ofício em abril de 2015, em razão da ausência de manifestação da Interessada com vistas à renovação da outorga. De acordo com a legislação vigente à época, o prazo para apresentação do pleito renovatório era o compreendido entre os dias 30.9.2014 e 30.12.2014. A Interessada atendeu ao chamamento desta Pasta, conforme se verifica da documentação autuada nesta Pasta sob o n.º 53900.022035/2015-15, e manifestou interesse na renovação da outorga. Em razão da edição da Medida Provisória 747/2016, a manifestação intempestiva da Interessada passou a ser conhecida e por essa razão o feito passou a ser instruído com vistas à renovação.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3302417.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 3234676). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI n.º 1450188, fl.4). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos, os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS	VALOR (R\$)

Carmem Silvia Silva Bazzo	400	400,00
João Luiz Silva Bazzo	39.600	39.600,00
TOTAL	40.000	40.000,00

QUADRO DIRETIVO	
NOME	CARGO
Carmem Silvia Silva Bazzo	Administradora
João Luiz Silva Bazzo	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.030833/2017-72. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 3.519/2018/SEI-MC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n.º3302741), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela concessionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios e dirigentes, conforme atesta consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 27.7.2018 (evento SEI nº 3303147).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém, além da permissão objeto de análise nestes autos, permissões para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Juína e Castanheira, ambos no estado de Mato Grosso.

13.2. A Sra. Carmem Silvia Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócia-administradora) e Castanheira/MT (na qualidade de sócia-administradora).

13.3. O Sr. João Luiz Silva participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Juína/MT (na qualidade de sócio-administrador) e Castanheira/MT (na qualidade de sócio-administrador).

14. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º3303147, fl.3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º3236160).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Informativa n.º 2.395/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º3278588), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

16. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conj. para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conj. para manifestação quanto a legalidade do feito.

18. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 27/08/2018, às 16:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 27/08/2018, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 27/08/2018, às 16:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3302418** e o código CRC **88058F64**.

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, tendo em vista o disposto na Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017 e o disposto no Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com nova redação dada pelo Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017 o que consta do Processo Administrativo n.º 53900.016488/2015-02, invocando as razões presente na Nota Técnica n.º 19.249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria n.º 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53900.016488/2015-02, acompanhado de Portaria que renova, por dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., nos termos da Portaria n.º

425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, cancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

SEI nº 3302418

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 25 de setembro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAJ, CGAP e SAG.

ASSUNTO: Brasnorte/MT - Renov/FM - SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 534 2019 MCTIC.

Francisco de Assis Alves da Silva
Assistente DAS



Documento assinado eletronicamente por **Francisco de Assis Alves da Silva, DAS**, em 25/09/2019, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1463717** e o código CRC **B490AE5A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 12 de novembro de 2019.

C E R T I D ã O

Processo nº 53900.016488/2015-02.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

Analisando os autos do Processo nº 53900.016488/2015-02, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº:00534/2019-MCTIC
- Tipo de Serviço:
 - ☐ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
 - ☒ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
 - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
 - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga
- Entidade: SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda.
- CNPJ nº: 03.931.109/0001-30
- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga: 19.249/2018/SEI-MCTIC
- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga: 948/2018
- Portaria MCTIC nº: 4.693/2018/SEI-MCTIC, de 14 de setembro de 2018, que renova a outorga a partir de 30 de março de 2015

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU: 3 de outubro de 2018

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

À consideração superior:

Ana Beatriz Fumian Gomes
Estagiário
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Fumian Gomes, Estagiário(a)**, em 12/11/2019, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1559156** e o código CRC **E90F8968** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 353/2020/AS/SAINF/SAG

Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasnorte/MT

Interessado: **SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda. (CNPJ 03.931.109/0001-30)**

Referência: **EM nº00534/2019 MCTIC, de 25/09/2019 – Processo nº 53900.016488/2015-02**

1. Trata-se da PORTARIA Nº 4.693 - SEI, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018 que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Brasnorte/MT, com o uso do canal 251, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/03/2015, sem direito a exclusividade, em favor da SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 03.931.109/0001-30, de acordo com o disposto no § 3º do art. 33 do Código Brasileiro de Telecomunicações^[2] e nos termos do art. 110 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3].
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão, nos termos da Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, de 27/08/2018, 1463715), com o registro de entendimento que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do pedido de renovação da outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU de 05/09/2018 1463701^[4], com o destaque pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, e a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo.
3. A matéria já havia sido enviada a esta Casa Civil da Presidência da República, por meio da EM nº 00506/2018 MCTIC (0929478), de 04/12/2018, tendo sido devolvida ao Ministério com o E-mail PROTOCOLO CENTRAL0996498), de 21/01/2019, para a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais. Posteriormente, a matéria retornou à Casa Civil na forma da EM nº00534/2019 MCTIC 1463695), ora analisada, ratificando os termos da precedente Exposição de Motivos daquela Pasta.
4. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR^[5], disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac28bb4fe&state=FM-C3, verificou-se constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos o registro dos atos referentes ao processo.
5. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, e ponderando que a eventual necessidade de atualização do MOSAICO não impede o prosseguimento da matéria, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[6], uma vez que o ato de renovação da outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Brasília/DF, 17 de abril de 2020.

À consideração superior,

CÍCERO COELHO DE A. ROCHA FILHO

Assessor

De Acordo,

JOSÉ CRUZ FILHO

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos,

RODRIGO PEREIRA DE MELLO

Subchefe Adjunto Executivo

[1] Publicada no DOU de 03/10/2018.


[2] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27/08/1962](#).

[3] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31/10/1963](#), com redação dada pelo [Decreto nº 9.138, de 2017](#).

[4] Aprovado pelo Despacho nº 01381/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 12/09/2018, do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

[5] O Mosaico é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[6] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.931.109/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/07/2000
NOME EMPRESARIAL SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) BAND FM JUINA		PORTAL ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 80.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 208-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV HOLMES JORIS	NÚMERO 426 N	COMPLEMENTO número
CNPJ 78.920-000	SANTIDADE/CEP MÓDULO 01	MUNICÍPIO JUINA
ENDEREÇO ELETRÔNICO VANDERLEJUINA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (68) 3588-6068	UF MT
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) número		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2008
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL número		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL número

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/04/2020 às 14:43:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.931.109/0001-30
NOME EMPRESARIAL:	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOAO LUIZ SILVA BAZZO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/04/2020 às 14:44 (data e hora de Brasília).



Documento assinado eletronicamente por **Cicero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 17/04/2020, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunto (DAS 101.5)**, em 17/04/2020, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira de Mello, Subchefe Adjunto Executivo**, em 17/04/2020, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1840102** e o código CRC **D77AF65A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53900.016488/2015-02 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53900.016488/2015-02.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970843** e o código CRC **5EEEF9BE** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53900.016488/2015-02

INTERESSADA: SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Brasnorte/MG, referente ao período de 30 de março de 2015 a 30 de março de 2025 (SUPER 3302418 e 3357584).

2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, no Diário Oficial da União do dia 3 de outubro de 2018, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 3425786). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da minuta proposta na referida Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3302418).

3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionadas aos autos sob o SUPER 10906099, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.

4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 19/05/2023, às 12:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906098** e o código CRC **566B844F**.

Minutas e Anexos

- Minuta Exposição de Motivos (10906099)

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

Documento nº 10906098

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, publicada em 3 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 19/05/2023, às 12:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de **Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 13:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de **Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 15:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/05/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10906099** e o código CRC **3A05F57F**.

Referência: Processo nº 53900.016488/2015-02

Documento nº 10906099

Brasília, 23 de maio de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, publicada em 3 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria n.º 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo n.º 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 02/06/2023, às 18:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920860** e o código CRC **C2695BB4**.

Ofício Interno nº 36346/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (10920860)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREP_MCOM (10906098), encaminho a Exposição de Motivos **(10920860)**, para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 30/05/2023, às 16:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10920877** e o código CRC **F2CEBE6B**.

Ofício Interno nº 37189/2023/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (10920860)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREP_MCOM (10906098), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (10920860), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2023, às 15:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10947002** e o código CRC **FE76FE0C**.

Brasília, 14 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.693-SEI, de 14 de setembro de 2018, publicada em 3 de outubro de 2018, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda (CNPJ nº 03.931.109/0001-30), nos termos da Portaria nº 425, de 22 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2002, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 439, de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2004, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Brasnorte, estado de Mato Grosso.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 16186/2023/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.016488/2015-02.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 15/06/2023, às 00:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10954008** e o código CRC **5611285F**.

Usuário Externo (signatário): Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário: 20/11/2023 09:02:34
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53900.016488/2015-02

Interessados:

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
 SJC - Sistema Juíense de Comunicação Ltda, Localidade: Brasnorte - MT

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga	4744346
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4744347
- Exposição de Motivos Renovação FM	4744348
- OFICIO Interno nº 36346/2023/MCOM	4744349
- OFICIO Interno nº 37189/2023/MCOM	4744350
- Exposição de Motivos nº 00258/2023 MCOM	4744351
- OFICIO Nº 16186/2023/MCOM	4744352

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 132/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53900.016488/2015-02.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00258/2023 MCOM, de 14 de junho de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Brasnorte (MT).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00258/2023 MCOM (1744351), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53900.016488/2015-02, acompanhado da [Portaria nº 4.693, de 14 de setembro de 2018](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de março de 2015, no município Brasnorte, estado do Mato Grosso sem direito à exclusividade, para a empresa Sistema Juinense de Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.931.109/0001-30, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC, de 27 de agosto de 2018 (1463715), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)^[3], posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Brasnorte (MT), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00948/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AG (1463701) posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que *"os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão"* (atual SECOM/MCOM).
5. O quadro societário e diretoria da empresa [Sistema Juinense de Comunicação Ltda.](#) se encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4].
6. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.931.109/0001-30
NOME EMPRESARIAL:	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$40.000,00 (Quarenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO LUIZ SILVA BAZZO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARMEM SILVIA SILVA BAZZO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/04/2024 às 17:24 (data e hora de Brasília).

7. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[1], cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

8. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a informação constante no item 9 da Nota Técnica nº 19249/2018/SEI-MCTIC 1463715), referendada pelo Ofício Interno nº 36346/2023/MCOM (4744349), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, de que a pessoa jurídica interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram toda a documentação exigida pela legislação em vigor; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

LEILA PRZYTAK
Assessora
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).
[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).
[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de](#)

[janeiro de 2023.](#)

[4] O **SIACCO** é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Leila Przytyk, Assessor(a)**, em 19/04/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/04/2024, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 22/04/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108805** e o código CRC **018E8CCA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53900.016488/2015-02

SUPER nº 5108805

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53900.016488/2015-02

Nota SAJ - Radiodifusão nº 115 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53900.016488/2015-02

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53900.016488/2015-02, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SJC - SISTEMA JUINENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, CNPJ nº 03.931.109/0001-30, na localidade de **Brasnorte/MT**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53900.016488/2015-02, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 12/04/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 12/04/2024, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 15/04/2024, às 09:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5108807** e o código CRC **218E533C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.693, de 14 setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2018, que renova, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura digital.

À Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº XXX, de X de junho de 2024, ao Congresso Nacional referente ao ato constante da Portaria nº 4.693, de 14 setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2018, que renova, a partir de 30 de março de 2015, a permissão outorgada à SJC - Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Brasnorte, Estado do Mato Grosso.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício (5842852)

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

SÉRGIO VIANA CAVALCANTE

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República